

Gestão 2024-2026

Procurador-Geral de Justiça
Romão Avila Milhan Junior
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa
Camila Augusta Calarge Doreto
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Luiz Gustavo Camacho Terçariol
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 6/2024-PGJ, DE 6 DE MAIO DE 2024.**

Fixa as atribuições das Procuradorias-Gerais Adjuntas de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o Colégio de Procuradores de Justiça,

RESOLVE:**Art. 1º** Compete ao Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico:

I – substituir o Procurador-Geral de Justiça em suas faltas, inclusive nas presidências das sessões do Conselho Superior do Ministério Público e do Colégio de Procuradores de Justiça;

II – supervisionar o recebimento dos processos oriundos dos Tribunais de competência originária do Procurador-Geral de Justiça e a sua distribuição entre os Procuradores de Justiça com atuação nos respectivos colegiados, observada a respectiva classificação ou designação;

III – elaborar, anualmente, o relatório geral do movimento processual e o dos trabalhos realizados pela Assessoria Especial e remetê-los ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público;

IV – coordenar o Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça;

V – coordenar o Núcleo de Ações de Competência Originária Criminal;

VI – coordenar e acompanhar os processos judiciais de interesse institucional nos Tribunais Superiores, no Tribunal de Justiça Estadual, bem como no Supremo Tribunal Federal, prestando informações ao Procurador-Geral de Justiça;

VII – acompanhar os procedimentos de interesse do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul em tramitação no Conselho Nacional do Ministério Público e no Conselho Nacional de Justiça;

VIII – coordenar a elaboração da proposta orçamentária do Ministério Público, encaminhando-a ao Procurador-Geral de Justiça;

IX – coordenar a elaboração, o acompanhamento e a avaliação do plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais;

X – exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas.

Art. 2º Compete ao Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo:

I – substituir o Procurador-Geral de Justiça na falta do Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico;

II – assistir o Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas funções administrativas e executar a política administrativa da Instituição;

III – supervisionar as atividades administrativas que envolvam membros do Ministério Público;

IV – designar servidores ou aprovar a indicação destes para responderem pelo expediente das unidades subordinadas, em caráter permanente ou em substituição;

V – conceder férias, licenças, benefícios ou vantagens previstas em lei e, ainda, decidir questões relativas ao registro de frequência, no tocante aos servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

VI – assessorar o Procurador-Geral de Justiça no relacionamento com órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como demais instituições;

VII – coordenar o Núcleo de Ações de Competência Originária Cível;

VIII – exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas.

Art. 3º Compete ao Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional:

I – substituir o Procurador-Geral de Justiça na falta dos Procuradores-Gerais Adjuntos de Justiça Jurídico e Administrativo;

II – assistir o Procurador-Geral de Justiça no desenvolvimento do Planejamento Estratégico Institucional e propor, coordenar, acompanhar e monitorar o sistema de gestão estratégica no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, incluindo sua comunicação interna e externa;

III – auxiliar o Procurador-Geral de Justiça na promoção da integração dos órgãos de execução do Ministério Público, para estabelecimento da atuação institucional uniforme;

IV – coordenar e gerir as políticas e diretrizes para modernização do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;



V - promover a articulação e a integração das unidades administrativas e de execução do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com o escopo de otimizar o seu desempenho, o alcance dos seus resultados e o desenvolvimento institucional, formulando e revisando periodicamente o Planejamento Estratégico Institucional;

VI - promover a cooperação e a parceria entre o Ministério Público e outras instituições, públicas ou privadas, que comungam dos mesmos ideais institucionais;

VII – assessorar o Procurador-Geral de Justiça no relacionamento com órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como demais instituições;

VIII – exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas.

Art. 4º Compete ao Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo:

I – substituir o Procurador-Geral de Justiça na falta dos Procuradores-Gerais Adjuntos de Justiça Jurídico, Administrativo e de Gestão e Planejamento Institucional;

II – coordenar o Departamento de Apoio Institucional e auxiliar o Procurador-Geral de Justiça nas seguintes atribuições:

a) elaboração de escala de plantão integrado e de plantão do feriado forense dos membros do Ministério Público, assegurando a continuidade do serviço, observado o que dispõe a Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29 de maio de 2023;

b) designação dos Promotores de Justiça para assegurar a continuidade dos serviços em casos de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular do cargo, ou em caráter excepcional, por necessidade momentânea, para auxiliar o titular, se houver a anuência deste, na hipótese de volume excessivo de feitos;

c) indicação ao Procurador Regional Eleitoral de Promotores de Justiça para atuação perante a Justiça Eleitoral;

d) concessão de férias ou folgas compensatórias e licenças aos membros do Ministério Público Estadual;

III – acompanhar os procedimentos de interesse do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul em tramitação no Conselho Nacional do Ministério Público e no Conselho Nacional de Justiça;

IV – coordenar escritório de representação dos interesses do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul em Brasília/DF;

V – acompanhar processos judiciais de interesse institucional nos Tribunais Superiores e no Tribunal de Justiça Estadual, prestando informações ao Procurador-Geral de Justiça;

VI – auxiliar o Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça;

VII – acompanhar a tramitação de proposições legislativas de interesse do Ministério Público, junto aos Poderes Legislativos federal, estadual e municipal, prestando informações ao Procurador-Geral de Justiça.

VIII – assistir o Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas funções legislativas;

IX – elaborar anteprojeto de lei sobre matéria de interesse do Ministério Público e acompanhar sua tramitação;

X – assessorar o Procurador-Geral de Justiça no relacionamento com órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como demais instituições;

XI – exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas.

Art. 5º A substituição entre os Procuradores-Gerais Adjuntos de Justiça dar-se-á na forma seguinte:

I - o Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico será substituído pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional e, na ausência deste, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo ou pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo;

II - o Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo será substituído pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo, e, na ausência deste, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico ou pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional;

III - o Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional será substituído pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, e, na ausência deste, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo ou pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo;

IV - o Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo será substituído pelo Procurador-Geral de Adjunto de Justiça Administrativo, e, na ausência deste, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico ou pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020.

Campo Grande, 6 de maio de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**RESOLUÇÃO Nº 7/2024-PGJ, DE 6 DE MAIO DE 2024.**

Altera a Resolução nº 18/2023-PGJ, de 17 de maio de 2023.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º A Resolução nº 18/2023-PGJ, de 17 de maio de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O Núcleo de Ações de Competência Originária Criminal, coordenado pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico e com a coordenação adjunta do Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional, tem por objetivo fortalecer a atuação ministerial na apuração de atos passíveis de responsabilização criminal praticados por agentes públicos detentores de foro por prerrogativa de função perante o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (TJMS)." (NR)

"Art. 3º O Núcleo de Ações de Competência Originária Cível, coordenado pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo e com a coordenação adjunta do Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo, tem por objetivo fortalecer a atuação ministerial na apuração de atos passíveis de responsabilização cível praticados por agentes públicos detentores de foro por prerrogativa de função perante o TJMS." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 6 de maio de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1910/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda para, com prejuízo de suas funções, exercer o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico do Estado de Mato Grosso do Sul; e revogar a Portaria nº 3446/2022-PGJ, de 11.7.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1911/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear a Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva para, sem prejuízo de suas funções, exercer o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Estado de Mato Grosso do Sul; e revogar a Portaria nº 1405/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1912/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear o Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes para, sem prejuízo de suas funções, exercer o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional do Estado de Mato Grosso do Sul; e revogar a Portaria nº 2088/2022-PGJ, de 5.5.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1913/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear a Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto para, com prejuízo de suas funções, exercer o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul; e revogar a Portaria nº 710/2023-PGJ, de 16.2.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1914/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa, para, com prejuízo de suas funções, exercer a função de Secretária-Geral do Ministério Público, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 1443/2020-PGJ e 1444/2020-PGJ, ambas de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1915/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, com prejuízo de suas funções, exercer a função de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 1698/2021-PGJ e 1699/2021-PGJ, ambas de 19.5.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1916/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2346/2021-PGJ, de 2.7.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1917/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2852/2020-PGJ, de 2.9.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1918/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 1195/2020-PGJ, 1198/2020-PGJ e 1201/2020-PGJ, todas de 6.4.2020; e 173/2024-PGJ, de 15.1.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1919/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1695/2021-PGJ, de 19.5.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1922/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Marcos Alex Vera de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3116/2020-PGJ, de 1º.10.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1920/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2078/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1404/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2077/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1400/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1921/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 711/2023-PGJ, de 16.2.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2111/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1923/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, para, com prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisor de Planejamento e Gestão Estratégica, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2089/2022-PGJ, de 5.5.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1928/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando o artigo 46 do Anexo I da Resolução nº 33/2018-PGJ, de 14.12.2018,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, atualmente exercendo a função de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa, para, sem prejuízo de suas funções, atuar como Supervisora da Assessoria de Comunicação do Ministério Público, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 1446/2020-PGJ, de 4.5.2020, e 672/2023-PGJ, de 10.2.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1929/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani, atualmente agregada ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, atuar como Supervisora Adjunta da Assessoria de Comunicação do Ministério Público.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1924/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar a Secretaria de Desenvolvimento de Apoio às Atividades de Execução, Daex, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1524/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1927/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres para, sem prejuízo de suas atribuições, coordenar a Gestão dos Estagiários de Direito, nível de graduação e de pós-graduação, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1613/2020-PGJ, de 6.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1925/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Thalys Franklin de Souza, para, com prejuízo de suas funções, coordenar o Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 2417/2020-PGJ, de 9.7.2020; 2447/2020-PGJ, de 10.7.2020; e 5431/2023-PGJ, de 3.10.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1926/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thalys Franklin de Souza para, sem prejuízo de suas funções, coordenar a atividade de segurança institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até ulterior deliberação, nos termos do artigo 23 da Resolução n° 10/2018-PGJ, de 25.5.2018; e revogar as Portarias n°s 1471/2020-PGJ, de 4.5.2020, e 3915/2020-PGJ, de 8.12.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2113/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Marcos Alex Vera de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a coordenação da atividade de segurança institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até ulterior deliberação, nos termos do artigo 23 da Resolução n° 10/2018-PGJ, de 25.5.2018.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1930/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Procuradora de Justiça Ana Lara Camargo de Castro, para, com prejuízo de suas funções, atuar como Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, Gaeco, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria n° 4461/2021-PGJ, de 11.11.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1931/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça de Antenor Ferreira de Rezende Neto, para, com prejuízo de suas funções, atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, Gaeco, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria n° 2904/2022-PGJ, de 20.6.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1932/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Gerson Eduardo de Araújo para, com prejuízo de suas funções, atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, Gaeco, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1456/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1933/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Tiago Di Giulio Freire, para, com prejuízo de suas funções, atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, Gaeco, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1459/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1934/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Moisés Casarotto, para, com prejuízo de suas funções, atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, Gaeco, a partir de 13.5.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da mesma data, a Portaria nº 1457/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1935/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli, para, com prejuízo de suas funções, atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, Gaeco, na comarca de Dourados, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2419/2020-PGJ, de 9.7.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1936/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende, para, sem prejuízo de suas funções, integrar o Grupo Especial de Combate à Corrupção, Gecoc, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1461/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1937/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri, para, sem prejuízo de suas funções, integrar o Grupo Especial de Combate à Corrupção, Gecoc, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 4001/2022-PGJ, de 8.8.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1938/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk, para, com prejuízo de suas funções, atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1460/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1939/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando a Resolução nº 2/2015-CPJ, de 19.3.2015,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos, para, sem prejuízo de suas funções, atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1589/2020-PGJ, de 5.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1953/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e considerando o contido no artigo 3º da Resolução nº 17/2012-PGJ, de 3.5.2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça abaixo indicados para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem as seguintes funções no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, da Habitação e Urbanismo e do Patrimônio Histórico e Cultural (CAOMA), até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1436/2020-PGJ, de 4.5.2020:

COORDENADORA	1º SUPLENTE	2º SUPLENTE
Marigô Regina Bittar Bezerra	Belmires Soles Ribeiro	Edgar Roberto Lemos de Miranda

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1954/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e considerando o contido no artigo 3º da Resolução nº 17/2012-PGJ, de 3.5.2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça abaixo indicados para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem as seguintes funções no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais e do Controle Externo da Atividade Policial (CAOCRIM), até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 1437/2020-PGJ, de 4.5.2020, 3627/2022-PGJ, de 20.7.2022, e 2044/2023-PGJ, de 26.4.2023:

COORDENADOR	1º SUPLENTE	2º SUPLENTE
Helton Fonseca Bernardes	Gerardo Eriberto de Moraes	Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1955/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e considerando o contido no artigo 3º da Resolução nº 17/2012-PGJ, de 3.5.2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça abaixo indicados para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem as seguintes funções no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais (CAOPPE), até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1438/2020-PGJ, de 4.5.2020:

COORDENADOR	1º SUPLENTE	2º SUPLENTE
Antonio Siufi Neto	Evaldo Borges Rodrigues da Costa	Aroldo José de Lima

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1956/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e considerando o contido no artigo 3º da Resolução nº 17/2012-PGJ, de 3.5.2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça abaixo indicados para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem as seguintes funções no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude (CAOPJIJ), até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1439/2020-PGJ, de 4.5.2020:

COORDENADOR	1º SUPLENTE	2º SUPLENTE
Hudson Shiguer Kinashi	Silvio Cesar Maluf	Ariadne de Fátima Cantú da Silva

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1957/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e considerando o contido no artigo 3º da Resolução nº 17/2012-PGJ, de 3.5.2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça abaixo indicados para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem as seguintes funções no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência (CAODH), até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 5158/2022-PGJ, de 19.10.2022:

COORDENADOR	1ª SUPLENTE	2ª SUPLENTE
Francisco Neves Junior	Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira	Filomena Aparecida Depolito Fluminhan

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1940/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres, para, com prejuízo de suas funções, coordenar o Núcleo da Cidadania, vinculado aos Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, do Consumidor, do Idoso e das Pessoas com Deficiência e dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 4895/2022-PGJ, de 3.10.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1944/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho, para, com prejuízo de suas funções, coordenar o Núcleo Criminal, Nucrim, vinculado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais e do Controle Externo da Atividade Policial, Caocrim, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2412/2020-PGJ, de 9.7.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1943/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet, para, com prejuízo de suas funções, coordenar o Núcleo Ambiental vinculado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, da Habitação e Urbanismo e do Patrimônio Histórico e Cultural, Caoma; e revogar a Portaria nº 1465/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1942/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa, para, com prejuízo de suas funções, coordenar o Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações, Nupatri, vinculado ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais, CAOPPE, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1525/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1941/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar o Núcleo da Infância e da Juventude, Nuij, vinculado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, CAOPJIJ, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1464/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1945/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Moisés Casarotto para, sem prejuízo de suas funções, coordenar o Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações, Nupatri, vinculado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais, exclusivamente no âmbito eleitoral, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1526/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1947/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando a Resolução nº 20/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na Coordenação-Geral do Núcleo de Apoio à Atuação Especializada no Combate à Sonegação Fiscal e aos Ilícitos contra a Ordem Tributária, Naaesf, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1583/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1948/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando a Resolução nº 39/2012-PGJ, de 14.12.2012,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres, agregada ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na Coordenação Adjunta do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Nevid, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 4898/2023-PGJ, de 14.9.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1993/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando a Resolução nº 45/2023-PGJ, de 29.9.2023,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco para, sem prejuízo de suas funções, atuar na Coordenação Adjunta do Núcleo de Recuperação e Falência, Nuref, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 6491/2023-PGJ, de 29.11.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1992/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira para, sem prejuízo de suas funções, atuar como Coordenador Adjunto do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial, vinculado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3015/2022-PGJ, de 22.6.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1991/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando o artigo 2º, § 1º, da Resolução nº 44/2022-PGJ, de 29.9.2022,

R E S O L V E :

Designar as Promotoras de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani e Renata Ruth Fernandes Goya Marinho para, sem prejuízo de suas funções, auxiliarem a coordenação do Núcleo de Apoio às Vítimas de Crime e Atos Infracionais Violentos, Navit, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 4955/2022-PGJ, de 4.10.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1990/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Felipe Almeida Marques e Michel Maesano Mancuelho para, sem prejuízo de suas funções, atuarem na Coordenação Adjunta do Núcleo de Crimes Cibernéticos, Nucib, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3429/2021-PGJ, de 9.9.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1950/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando a Resolução nº 18/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Procuradora de Justiça Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na Coordenação Adjunta do Grupo de Atuação Especial da Educação, Geduc, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3306/2022-PGJ, de 4.7.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1951/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando a Resolução nº 20/2010-PGJ, de 9.11.2010,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na Coordenação Adjunta do Grupo de Atuação Especial da Execução Penal, Gaep, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2414/2020-PGJ, de 9.7.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1952/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti, para, com prejuízo de suas funções, atuar na Coordenação Adjunta do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 81/2023-PGJ, de 10.1.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1949/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando a Resolução nº 23/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na Coordenação Adjunta do Grupo de Atuação Especial dos Promotores de Justiça do Tribunal do Júri, Nojúri, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2690/2020-PGJ, de 13.8.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2112/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a Coordenação Adjunta do Grupo de Atuação Especial dos Promotores de Justiça do Tribunal do Júri, Nojúri, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2555/2020-PGJ, de 21.7.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1988/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando o artigo 6º da Resolução nº 15/2017-PGJ, de 5.7.2017,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (ESMP-MS), até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 307/2022-PGJ, de 27.1.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1989/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando o artigo 24 da Resolução nº 15/2017-PGJ, de 5.7.2017,

R E S O L V E :

Indicar a Procuradora de Justiça Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya e os Promotores de Justiça Antonio André David Medeiros, Claudia Loureiro Ocariz Almirão, George Zarour Cezar, Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro e Paulo César Zeni para, sob a presidência do Promotor de Justiça e Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (ESMP-MS), Fabio Ianni Goldfinger, comporem o Conselho Administrativo-Consultivo da ESMP-MS, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 1188/2020-PGJ, de 6.4.2020, e 1523/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1959/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Belmires Soles Ribeiro e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área Cível, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1417/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1960/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área Cível, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1416/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1961/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área Cível, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2401/2020-PGJ, de 9.7.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1962/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área Cível, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1415/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1963/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área Cível, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 4061/2021-PGJ, de 21.10.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1964/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Adhemar Mombrum de Carvalho Neto e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1422/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1965/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Esther Sousa de Oliveira e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1421/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1966/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Filomena Aparecida Depolito Fluminhan e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 82/2023-PGJ, de 10.1.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1967/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Gerardo Eriberto de Moraes e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 4432/2021-PGJ, de 10.11.2021, e 411/2022-PGJ, de 31.1.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1968/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça João Albino Cardoso Filho e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1419/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1969/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1423/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1970/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Avila e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1420/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1971/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Luis Alberto Safraidier e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1424/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1972/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 1409/2020-PGJ, de 4.5.2020, e 431/2022-PGJ, de 1º.2.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1973/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Rodrigo Jacobina Stephanini e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1425/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1974/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Silasneiton Gonçalves e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 1428/2020-PGJ, de 4.5.2020 e 1668/2020-PGJ, de 8.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1975/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área de Interesses Difusos e Coletivos, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 1429/2020-PGJ, de 4.5.2020, e 1667/2020-PGJ, de 8.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1976/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Aroldo José de Lima e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área de Interesses Difusos e Coletivos, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1977/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área de Interesses Difusos e Coletivos, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1612/2020-PGJ, de 6.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1978/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Sara Francisco Silva e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área de Interesses Difusos e Coletivos, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2334/2022-PGJ, de 18.5.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1979/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Sergio Luiz Morelli e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área de Interesses Difusos e Coletivos, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1413/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1980/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Procurador de Justiça André Antônio Camargo Lorenzoni, delegando-lhe competência para, sem prejuízo de suas funções, officiar nos feitos de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça, na área militar, perante o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 409/2022-PGJ e 410/2022-PGJ, ambas de 31.1.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1981/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui e indicá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, representar o Ministério Público Estadual na Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Estado de Mato Grosso do Sul, CEJAI/MS, para o biênio 2024/2026, nos termos do artigo 4º, inciso IV, da Resolução nº 119, de 25.3.2015, da Presidência do TJMS; e revogar a Portaria nº 576/2024-PGJ, de 9.2.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1983/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Sergio Fernando Raimundo Harfouche e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, fomentar e disseminar o Programa de Conciliação para Prevenir a Evasão e Violência Escolar (ProCEVE) no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul; e revogar a Portaria nº 3565/2018-PGJ, de 19.10.2018.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1984/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva, agregada ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento e consultoria legislativa, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2407/2022-PGJ, de 24.5.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1985/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, agregada ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento e consultoria legislativa, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1780/2020-PGJ, de 20.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1986/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo e designá-lo para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento e consultoria legislativa, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nº 1235/2022-PGJ, de 18.3.2022, e 2304/2022-PGJ, de 17.5.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1987/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Procurador de Justiça Marcos Fernandes Sisti, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3307/2022-PGJ, de 1º.7.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1982/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1433/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2028/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Bianka Machado Arruda Mendes para, sem prejuízo de suas funções, atuar, como membro colaborador voluntário, no Grupo Especial de Combate à Corrupção, Gecoc, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2294/2021-PGJ, de 29.6.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2029/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Daniel Pivaro Stadniky para, sem prejuízo de suas funções, atuar, como membro colaborador voluntário, no Grupo Especial de Combate à Corrupção, Gecoc, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 4067/2022-PGJ, de 12.8.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2030/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar, na qualidade de membro colaborador voluntário, no Grupo Especial de Combate à Corrupção, Gecoc, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 4088/2022-PGJ, de 12.8.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2033/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça George Zarour Cezar para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar, como membro colaborador voluntário, o Procurador-Geral de Justiça no trato de assuntos institucionais, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 849/2021-PGJ, de 8.3.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2034/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar, como membro colaborador voluntário, no Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3141/2021-PGJ, de 24.8.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2036/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira para, sem prejuízo de suas funções, atuar, como membro colaborador voluntário, no Núcleo Criminal, Nucrim, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2037/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Marcos André Sant'Ana Cardoso para, sem prejuízo de suas funções, como membro colaborador voluntário, atuar no Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Nupier, vinculado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1410/2024-PGJ, de 1º.4.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2032/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques para, sem prejuízo de suas funções, atuar, como membro colaborador voluntário, no Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3231/2020-PGJ, de 8.10.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1996/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Renzo Siufi, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, em razão de exercer o cargo de Ouvidor do Ministério Público, conforme a Portaria nº 5814/2023-PGJ, de 26.10.2023, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 4058/2021-PGJ, de 21.10.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2041/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo a função de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, para integrar o Comitê Estadual de Precatórios do Estado de Mato Grosso do Sul; até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1331/2023-PGJ, de 20.3.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2072/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza para, sem prejuízo de suas funções, representar o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, ENCCLA, da Secretaria Nacional de Justiça, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2064/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando o artigo 2º da Resolução nº 2/2023-CPJ, de 25.8.2023,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza para, sem prejuízo de suas funções, representar o Ministério Público de Mato Grosso do Sul nas ações referentes ao Programa Lar Legal; e revogar a Portaria nº 5158/2023-PGJ, de 25.9.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2027/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei nº 13.709, de 14.8.2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, LGPD, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2117/2022-PGJ, de 6.5.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2045/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar os Promotores de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa e Antonio André David Medeiros, como titular e suplente, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, comporem o Grupo de Trabalho para Estudos e Ações das Políticas Públicas de Inclusão das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (GTESUT); e revogar a Portaria nº 31/2024-PGJ, de 8.1.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2099/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar os Promotores de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa e Luiz Gustavo Camacho Terçariol, como titular e suplente, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, atuarem como responsáveis pela atualização do Sistema Nacional de Cadastro de Membros do Ministério Público; e revogar a Portaria nº 2453/2020-PGJ, de 10.7.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2049/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros e servidores abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul junto ao Fórum Nacional de Gestão, FNG, do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, até ulterior deliberação, e revogar as Portarias nºs 1594/2020-PGJ, de 5.5.2020; 1708/2021-PGJ, de 19.5.2021; e 2453/2022-PGJ, de 25.5.2022.

REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	
Titular:	Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa
Suplente:	Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos
COMITÊ DE POLÍTICA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
Titular:	Nádia de Moura Mattos Motta
Suplente:	Fabiano Alves Davy
COMITÊ DE POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS	
Titular:	Wellington Gradella Marthos
Suplente:	Augusto Aparecido Ribeiro Colato
COMITÊ DE POLÍTICAS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	
Titular:	Elisa Mari Kihara Zaha
Suplente:	Marco Aurelio de Sá Baptista
COMITÊ DE POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Titular:	Cynthia Maria Souza da Silveira
Suplente:	Waleria Silva Leite
COMITÊ DE POLÍTICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
Titular:	Myrian Raquel Rodrigues da Silva
Suplente:	Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira



COMITÊ DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
Titular: Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza
Suplentes: Marcos Antonio David dos Santos e Jose da Cruz Soares
COMITÊ DE POLÍTICAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Titular: Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira
Suplente: Reginaldo de Oliveira Vilanova

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2042/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar, a partir de 6.5.2024, a Portaria nº 989/2023-PGJ, de 2.3.2023, que designou membros para representarem o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) nos grupos de trabalho e comissões temáticas do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), de forma que, onde consta:

COMISSÃO/GRUPO	TITULAR	SUPLENTE
Grupo Nacional de Acompanhamento Legislativo (GNL)	Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior	Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva

- Passe a constar

COMISSÃO/GRUPO	TITULAR	SUPLENTE
Grupo Nacional de Acompanhamento Legislativo (GNL)	Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda	Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1994/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando o artigo 5º da Resolução nº 33/2023-PGJ, de 25.8.2023,

R E S O L V E :

Designar o Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Alexandre Magno Benites de Lacerda, e o Supervisor de Planejamento Estratégico, Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, para, sem prejuízo de suas funções, como Coordenador-Geral e Coordenador Adjunto, respectivamente, comporem a Câmara de Autocomposição de Conflitos de Alta Complexidade, CAMP; e revogar a Portaria nº 5150/2023-PGJ, de 22.9.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1995/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando o artigo 10 da Resolução nº 33/2023-PGJ, de 25.8.2023

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, Leonardo Dumont Palmerston e Camila Augusta Calarge Doreto para, sem prejuízo de suas funções, sob a coordenação-geral do primeiro, comporem o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição, Nupia, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 5151/2023-PGJ, de 22.9.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2039/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar os Promotores de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, e Camila Augusta Calarge Doreto, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa, para, como titular e suplente, respectivamente, representarem o Ministério Público Estadual no grupo de trabalho incumbido de elaborar o projeto de lei complementar dispoendo sobre regras e incentivos para fins de migração ao Regime de Previdência Complementar, de que trata a Lei Complementar nº 261, de 21.12.2018; e revogar a Portaria nº 3609/2020-PGJ, de 13.11.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2040/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXIV do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda para, sem prejuízo de suas funções, integrar a Comissão do VI Concurso Público de Provas para Ingresso na Carreira do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, instituída pela Portaria nº 605/2023-PGJ, de 9.2.2023, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1118/2023-PGJ, de 9.3.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2094/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Alexandre Magno Benites de Lacerda, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico; Ana Lara Camargo de Castro, Procuradora de Justiça Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco); Cristiane Mourão Leal Santos, Promotora de Justiça e Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça; Helton Fonseca Bernardes, Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais e do Controle Externo da Atividade Policial (Caocrim); e Renata Ruth Fernandes Goya Marinho, Promotora de Justiça Coordenadora do Núcleo Criminal (Nucrim), para, sem prejuízo de suas funções e sob a coordenação do primeiro, comporem o Grupo de Trabalho para acompanhamento das repercussões estaduais decorrentes dos fatos ocorridos em Brasília/DF em 8 de janeiro de 2023, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 90/2023-PGJ, de 11.1.2023, e 111/2023-PGJ, de 12.1.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2047/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres, como Presidente; a Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva, como Vice-Presidente; e os servidores Greyce Kelly Gomes Santiago, João Antonio Billó, Leonardo Bertaglia Agostinho, Priscilla Nóbrega Coelho e Sonia Tenuta, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão Permanente do Processo Seletivo de Estagiários e Residentes, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 2636/2022-PGJ, de 2.6.2022, e 3502/2023-PGJ, de 29.6.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2060/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando a Resolução nº 18/2019-PGJ, de 7.11.2019,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Clarissa Carlotto Torres e Ricardo de Melo Alves, e os servidores Alecy Dias da Silva, Ana Carolina Ramos Borges, Débora Duarte Santana, Leonardo Bertaglia Agostinho, Maria Caroline Lima Madureira e Tânia Batista Rosa Buzzachera, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão para Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 1561/2020-PGJ, de 4.5.2020; 5584/2022-PGJ, de 11.11.2022; 3917/2023-PGJ, de 17.7.2023; e 4100/2023-PGJ, de 26.7.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2054/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros Luiz Gustavo Camacho Terçariol, Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Bianka Karina Barros da Costa, Secretária-Geral do Ministério Público, e Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, Supervisor de Planejamento e Gestão Estratégica; e o servidor Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, para, sob a presidência do primeiro, comporem o Comitê de Gestão de Pessoas, nos termos do artigo 3º da Resolução nº 1/2019-PGJ, de 1º.2.2019, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2189/2022-PGJ, de 11.5.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2057/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os servidores Elisa Mari Kihara Zaha, Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira e Wellington Gradella Marthos, Diretores de Secretaria; Caroline Pires Aquino, Analista; Ana Carolina Ramos Borges, Chefe de Divisão, e Armenia Rodrigues da Silva, Técnica I, atualmente licenciada para o desempenho de mandato classista perante o Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, SINSEMP/MS, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sob a presidência da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva, comporem a comissão para regulamentar o Estatuto dos Servidores do Ministério Público Estadual, bem como revisar o Plano de Cargos e Carreiras previsto na Lei nº 4.134/2011, de 6.12.2011, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1548/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2063/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol, Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, e os servidores Ana Carolina da Costa Lima Vasques, Augusto Aparecido Ribeiro Colato, Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Desirée Oliveira da Silveira, Murilo Rolim Neto, Renata Valeria Brito Espindola, Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira, Vanduir Abadio Barbosa e Wellington Gradella Marthos, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão do Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho no MPMS, QVT/MPMS, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 2078/2022, de 5.5.2022; 6325/2022-PGJ, de 14.12.2022; e 1424/2023-PGJ, de 27.3.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2053/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Kristiam Gomes Simões e os servidores Adriana Lima Gonçalves Cheris, Augusto Aparecido Ribeiro Colato, Caroline Pires Aquino, Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Dantiele de Freitas Queiroz, Desirée Oliveira da Silveira, Elaine do Nascimento Malheiros Freitas, Fernanda Meira Guerra Birolini, Giovanni do Prado Azevedo, Jokasta dos Santos Lopes, Maristella Franzim Souza Camilo, Pedro Henrique Cavalcante de Oliveira e Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Gestão do Teletrabalho, objetivando o cumprimento das disposições previstas no artigo 17, I e II, da Resolução CNMP nº 157/2017, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 1824/2020-PGJ, de 21.5.2020; 1918/2020-PGJ, de 27.5.2020; 2076/2020-PGJ, de 5.6.2020; 3384/2022-PGJ, de 7.7.2022; e 4510/2022-PGJ, de 8.9.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2058/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa e os servidores Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Fabiano Alves Davy, Joana Maria Diedrich, Murilo Rolim Neto, Myrian Raquel Rodrigues da Silva, Nádia de Moura Mattos Motta, Reginaldo de Oliveira Vilanova, Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira, Valdemilson Massayoshi Thaada, Wagner Carstens Marques de Sousa e Wellington Gradella Marthos, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções e sob a presidência do primeiro, comporem a comissão responsável pelo Projeto Gestão por Competências no âmbito do Ministério Público Estadual, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 1547/2020-PGJ, de 4.5.2020; 977/2021-PGJ, de 18.3.2021; 1463/2021-PGJ, de 3.5.2021; 5311/2021-PGJ, de 10.12.2021; 2191/2022-PGJ, de 11.5.2022; 4393/2022-PGJ, de 1º.9.2022; e 5045/2022-PGJ, de 7.10.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2100/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa e Bianka Karina Barros da Costa, e os servidores Elisa Mari Kihara Zaha, Myrian Raquel Rodrigues da Silva, Nádia de Moura Mattos Motta, Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira e Wellington Gradella Marthos, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, comporem o Comitê de Modernização Administrativa, responsável por promover a modernização da gestão administrativa da Instituição por meio da execução do Projeto “Paiaguá”, nos termos da Lei nº 13.726, de 8.10.2018; e revogar as Portarias nºs 1191/2020-PGJ, de 6.4.2020, e 1591/2020-PGJ, de 5.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2051/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça e a servidora abaixo nominada para, sem prejuízo de suas funções, comporem o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, CETI, conforme o artigo 2º da Resolução nº 20/2011-PGJ, de 22.8.2011; e revogar as Portarias nºs 1894/2020-PGJ, de 25.5.2020, 2505/2020-PGJ, de 15.7.2020, e 2118/2022-PGJ, de 6.5.2022.

INTEGRANTE	FUNDAMENTO
Cristiane Mourão Leal Santos – Presidente do CETI	Indicação do Procurador-Geral de Justiça
Ricardo de Melo Alves	Indicação do Conselho Superior do Ministério Público
Antonio André David Medeiros (titular); Élcio Félix D'Angelo (suplente)	Indicação do Corregedor-Geral do Ministério Público
Bianka Karina Barros da Costa	Secretária-Geral do Ministério Público
Myrian Raquel Rodrigues da Silva – Secretária do CETI	Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2050/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Antonio André David Medeiros, Élcio Félix D'Angelo, Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa e Ricardo de Melo Alves, e os servidores Frederick Werner Castellani Viacek e Myrian Raquel Rodrigues da Silva, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções e sob a presidência da primeira, comporem o Comitê Gestor para Administração e Gerência da Implantação, Manutenção e Aperfeiçoamento das Tabelas Unificadas, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2183/2022-PGJ, de 11.5.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2059/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, e os servidores Alexandre Shiniti Shimada, Bruno de Abreu Cáceres, Gustavo da Silva Andrade, Gustavo Rocha Lobato, Leonardo da Silva Oba, Luciana Agüero Rivas Cavassa, Marcela Diniz Borges de Pauli, Marcelo Mendes do Amaral, Myrian Raquel Rodrigues da Silva, Nadson Soares de Oliveira, Pedro Henrique Cavalcante de Oliveira, Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira e Thiago Russo Nantes, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sob a presidência do primeiro e sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão de Pesquisa e Inovação em Inteligência Artificial no âmbito do Ministério Público Estadual, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 2421/2020-PGJ, de 9.7.2020; 2487/2020-PGJ, de 14.7.2020; 2614/2020-PGJ, de 30.7.2020; 207/2021-PGJ, de 19.1.2021; 563/2021-PGJ, de 19.2.2021; 3025/2021-PGJ, de 13.8.2021; 2187/2022-PGJ, de 11.5.2022; 3195/2022-PGJ, de 29.6.2022; 4528/2022-PGJ, de 8.9.2022; e 319/2024-PGJ, de 26.1.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2056/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza, e os servidores Diogo Banzer da Motta, Giovane Soares de Lima, Nilson Antonio Verga e Rafael Ademar Lemos de Moura, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções e sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Mista para Instalação do Laboratório de Lavagem de Dinheiro; até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 1503/2020-PGJ, de 4.5.2020, e 2185/2022-PGJ, de 11.5.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2062/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza, Coordenador do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI), e os servidores Angelo Maia Marcelo Pirani, Bruno de Abreu Cáceres, Diogo Banzer da Motta, Fernanda Tabarin Vieira, Gustavo da Silva Andrade, Leonardo da Silva Oba, Marcelo Mendes do Amaral, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções e sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Mista para implantação e manutenção do Laboratório de Evidências Digitais no âmbito do CI, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 2205/2022-PGJ, de 12.5.2022; 4003/2022-PGJ, de 9.8.2022; e 207/2024-PGJ, de 17.1.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2055/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Thalys Franklyn de Souza, Felipe Almeida Marques e Michel Maesano Mancuelho, bem como os servidores Angelo Maia Marcelo Pirani, Bruno de Abreu Cáceres, Diogo Banzer da Motta, Joabe Guimarães Querino Kachorroski, Myrian Raquel Rodrigues da Silva e Rafael Ademar Lemos de Moura, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções e sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Mista de Segurança da Tecnologia da Informação e Crimes Cibernéticos, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 2424/2020-PGJ, de 9.7.2020; 1324/2021-PGJ, de 23.4.2021; 1837/2022-PGJ, de 3.5.2022; 473/2023-PGJ, de 1º.2.2023; e 4844/2023-PGJ, de 12.9.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2048/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, Supervisor de Planejamento Estratégico e Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais; Bianka Karina Barros da Costa, Secretária-Geral do Ministério Público; Cristiane Mourão Leal Santos, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Comitê Estratégico da Tecnologia da Informação; Élcio Félix D'Angelo, Assessor Especial do Corregedor-Geral do Ministério Público; Renzo Siufi, Ouvidor do Ministério Público; e Thalys Franklyn de Souza, Coordenador do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação e Coordenador das Atividades de Segurança Institucional; e os servidores Aparecido Januário Júnior, Myrian Raquel Rodrigues da Silva e Renata Rafaela Angelotti Moro, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sob a presidência do primeiro, comporem o Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais, CEPDAP, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 30/2021-PGJ, de 29.7.2021, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 2182/2022-PGJ, de 11.5.2022; 2699/2023-PGJ, de 31.5.2023; e 523/2024-PGJ, de 8.2.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2061/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva e os servidores Ana Carolina da Costa Lima Vasques, Carolina Kasai Loureiro Cafure, Flávio Sobreira Aquino, Sandra de Campos e Waleria Silva Leite, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Análise Histórica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nºs 539/2022-PGJ, de 7.2.2022; 1018/2022-PGJ, de 9.3.2022; 2589/2022-PGJ, de 31.5.2022; e 1707/2024-PGJ, de 18.4.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2046/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa; Luiz Gustavo Camacho Terçariol, Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça; Bianka Karina Barros da Costa, Secretária-Geral do Ministério Público; e Fabricio Secafen Mingati, Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público (ASMMP), e os servidores do Quadro do Ministério Público Estadual Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; Augusto Aparecido Ribeiro Colato, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; Desirée Oliveira da Silveira, Analista/Assistente Social; Renata Valeria Brito Espindola, Analista/Psicóloga; Liza Lacerda de Barros, Técnica I; e Vanduir Abadio Barbosa, Auxiliar/Motorista e representante do Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (SINSEMP/MS), para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental do MPMS, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 5729/2023-PGJ, de 20.10.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2065/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol, Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, e os servidores Ana Paula de Campos Trindade, Ana Paula Leite da Silva, Egma Aparecida Vicente Pereira, Felinto Paes de Barros Neto, José Guilherme de Oliveira, Márcio Luiz de Sousa, Paula Rogeria Gama Santos, Renata Gomes Carpes, Sandra de Campos, Shirley Cristina da Silva Campos, Silvana Pinheiro da Silva, Waleria Silva Leite e Wilson Nantes de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções e sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão do Memorial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nº 1505/2020-PGJ, de 4.5.2020, e nº 1754/2020-PGJ, de 18.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2079/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos para, sem prejuízo de suas funções, acompanhar a execução do termo de cooperação entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, o Conselho Nacional de Justiça, CNJ, e o Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP; e revogar a Portaria nº 26/2022-PGJ, de 10.1.2022 (PGA nº 09.2021.00005521-9).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2067/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres para, sem prejuízo de suas funções, atuar como interlocutora nas ações decorrentes do termo de adesão do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, ao acordo de cooperação técnica entre o Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, MPRJ, para criação e expansão do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos, Sinalid, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2618/2020-PGJ, de 31.7.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2109/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thalys Franklin de Souza, Coordenador do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI, para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestor de termo de cooperação técnica entre o MPMS e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, MPFDT; e revogar a Portaria nº 3075/2020-PGJ, de 29.9.2020 (Processo PGJ/10/4323/2018).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2066/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza, Coordenador do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), para, sem prejuízo de suas funções, gerenciar a implantação dos serviços estabelecidos no termo de cooperação técnica entre o MPMS e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) de MS; e revogar a Portaria n° 2448/2020-PGJ, de 10.7.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2070/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestor do convênio de cooperação técnica entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, e o Consulado-Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo; e revogar a Portaria n° 5436/2022-PGJ, de 4.11.2022 (PGA n° 09.2022.00010159-0).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2071/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestor do termo de adesão ao acordo de cooperação técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério Público Federal; e revogar a Portaria n° 2914/2023-PGJ, de 6.6.2023 (PGA n° 09.2023.00006310-5).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2073/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestor do termo de cooperação técnica celebrado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e o Ministério Público do Estado da Bahia; e revogar a Portaria n° 4152/2023-PGJ, de 31.7.2023 (PGA n° 09.2023.00006853-3).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2069/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza como gestor do convênio celebrado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e a Polícia Rodoviária Federal; e revogar a Portaria nº 1659/2022-PGJ, de 11.4.2022 (PGA nº 09.2022.00000410-1).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2074/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestor no convênio firmado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e a Junta Comercial de Mato Grosso do Sul, JUCEMS; e revogar a Portaria nº 4706/2023-PGJ, de 31.8.2023 (PGA nº 09.2023.00005893-5).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2075/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestor no convênio firmado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, AGEPEN; e revogar a Portaria nº 4851/2023-PGJ, de 13.9.2023 (PGA nº 09.2023.00007387-0).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2107/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2495/2020-PGJ, de 15.7.2020, que designou membro e servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/1336/2020, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, de forma que onde consta: “1) Gestor do Contrato – Ricardo de Melo Alves, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI”; passe a constar: “1) Gestor do Contrato – Thalys Franklyn de Souza, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI”.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2068/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes integrantes do Quadro do Ministério Público Estadual como gestor e fiscal do Termo de Cooperação Técnica nº 1/2021, decorrente do Processo PGJ/10/2976/2020, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestor – Thalys Franklyn de Souza, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI; 2) Fiscal – Fabiano Alves Davy, Analista; e revogar a Portaria nº 1069/2021-PGJ, de 25.3.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2108/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2348/2021-PGJ, de 2.7.2021, que designou integrantes do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores do acordo de cooperação técnica decorrente do Processo PGJ/10/0626/2021, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, de forma que onde consta: “1) Gestor negocial – Ricardo de Melo Alves, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI”; passe a constar: “1) Gestor negocial – Thalys Franklyn de Souza, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI”.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2076/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 79/PGJ/2023, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestor – Thalys Franklyn de Souza, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI); 1.1) Suplente – Ana Lara Camargo de Castro, Procuradora de Justiça e Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco); 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Bruno de Abreu Cáceres, Assessor de Inteligência; 3.1) Suplente – Luis Henrique Leviski Venancio, Assistente Militar; e revogar as Portarias nºs 1383/2024-PGJ, de 27.3.2024, e 1621/2024-PGJ, de 12.4.2024 (PGA nº 09.2023.00012916-0).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2003/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, para conceder benefícios ou vantagens decorrentes de diárias e indenização de substituição previstas em lei aos membros do Ministério Público Estadual, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1717/2020-PGJ, de 13.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1997/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, para oficiar nos mandados de segurança de competência originária do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1402/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1998/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 30, inciso XIII, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e 29, inciso IX, da Lei nº 8.625, de 12.2.1993,

R E S O L V E :

Delegar ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, a decisão dos conflitos de atribuição entre membros, as decisões referentes ao artigo 28 do Código de Processo Penal e, ainda, a realização das audiências previstas no artigo 28-A do Código de Processo Penal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 963/2023-PGJ, de 1º.3.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1999/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, para oficiar nos pedidos de suspensão de liminar de competência originária da Presidência do Tribunal de Justiça, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2000/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, para atuar nos processos com foro de prerrogativa de função de competência originária do Tribunal de Justiça, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2001/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7° da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, para atuar nos processos de precatórios oriundos do Tribunal de Justiça, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2002/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7° da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, para autorizar despesas, movimentar contas e transferências financeiras, como ordenador de despesas, no âmbito do Ministério Público Estadual, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria n° 1403/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2010/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7° da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar competência à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva, atualmente exercendo o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, para conceder férias, licenças, benefícios ou vantagens previstos em lei e, ainda, decidir questões relativas ao registro e controle de frequência no tocante aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria n° 1408/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2004/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva, atualmente exercendo o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, para officiar nos mandados de segurança de competência originária do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1406/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2005/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 30, inciso XIII, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e 29, inciso IX, da Lei nº 8.625, de 12.2.1993,

R E S O L V E :

Delegar à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva, atualmente exercendo o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, a decisão dos conflitos de atribuição entre membros, as decisões referentes ao artigo 28 do Código de Processo Penal e, ainda, a realização das audiências previstas no artigo 28-A do Código de Processo Penal, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2006/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva, atualmente exercendo o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, para officiar nos pedidos de suspensão de liminar de competência originária da Presidência do Tribunal de Justiça, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 4177/2022-PGJ, de 17.8.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2007/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva, atualmente exercendo o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, para atuar nos processos com foro de prerrogativa de função de competência originária do Tribunal de Justiça, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 4176/2022-PGJ, de 17.8.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2008/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva, atualmente exercendo o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, para atuar nos processos de precatórios oriundos do Tribunal de Justiça, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2009/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva, atualmente exercendo o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, para autorizar despesas, movimentar contas e transferências financeiras, como ordenadora de despesas, no âmbito do Ministério Público Estadual, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1407/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2011/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional, para officiar nos mandados de segurança de competência originária do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2112/2022-PGJ, de 6.5.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2012/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 30, inciso XIII, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e 29, inciso IX, da Lei nº 8.625, de 12.2.1993,

R E S O L V E :

Delegar ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional, a decisão dos conflitos de atribuição entre membros, as decisões referentes ao artigo 28 do Código de Processo Penal e, ainda, a realização das audiências previstas no artigo 28-A do Código de Processo Penal, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2013/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional, para oficiar nos pedidos de suspensão de liminar de competência originária da Presidência do Tribunal de Justiça, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2111/2022-PGJ, de 6.5.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2014/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional do Estado de Mato Grosso do Sul, para atuar nos processos com foro de prerrogativa de função de competência originária do Tribunal de Justiça, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 4178/2022-PGJ, de 17.8.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2015/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional, para atuar nos processos de precatórios oriundos do Tribunal de Justiça, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2016/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional do Estado de Mato Grosso do Sul, para autorizar despesas, movimentar contas e transferências financeiras, como ordenador de despesas, no âmbito do Ministério Público Estadual, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2110/2022-PGJ, de 6.5.2022.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2017/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, atualmente exercendo o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa, para officiar nos mandados de segurança de competência originária do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria n° 1402/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2018/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 30, inciso XIII, da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994, e 29, inciso IX, da Lei n° 8.625, de 12.2.1993,

R E S O L V E :

Delegar atribuições à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, atualmente exercendo o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa, a decisão dos conflitos de atribuição entre membros, as decisões referentes ao artigo 28 do Código de Processo Penal e, ainda, a realização das audiências previstas no artigo 28-A do Código de Processo Penal, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2019/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, atualmente exercendo o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa, para officiar nos pedidos de suspensão de liminar de competência originária da Presidência do Tribunal de Justiça, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2020/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, atualmente exercendo o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa, para atuar nos processos com foro de prerrogativa de função de competência originária do Tribunal de Justiça, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2021/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuição à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, atualmente exercendo o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa, para atuar nos processos de precatórios oriundos do Tribunal de Justiça, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1120/2023-PGJ, de 9.3.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2022/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, atualmente exercendo o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa, para autorizar despesas, movimentar contas e transferências financeiras, como ordenadora de despesas, no âmbito do Ministério Público Estadual, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2025/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições à Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa, atualmente exercendo a função de Secretária-Geral do Ministério Público, para autorizar despesas, movimentar contas e transferências financeiras, como ordenadora de despesas, no âmbito do Ministério Público Estadual, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1445/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2026/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuições ao Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol, atualmente exercendo a função de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para autorizar despesas, movimentar contas e transferências financeiras, como ordenadora de despesas, no âmbito do Ministério Público Estadual, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1700/2021-PGJ, de 19.5.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2043/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 2188/2022-PGJ, de 11.5.2022, que indicou membros do Ministério Público para, sem prejuízo de suas funções, representarem a Procuradoria-Geral de Justiça e comporem a comissão criada no âmbito da Associação Sul-Mato-Grossense do Ministério Público, ASMMP, para debate e propositura de modernização da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2052/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar as Portarias nºs 3975/2022-PGJ, de 4.8.2022, e 4790/2022-PGJ, de 27.9.2022, que designaram membros e servidores para comporem a comissão para implantação de ambiente de educação a distância (EaD) na Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2044/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 4468/2021-PGJ, de 12.11.2021, que designou membros do Ministério Público para, sem prejuízo de suas funções, comporem grupo de estudo para fins de elaboração de proposta para aperfeiçoamento das atividades, procedimentos e estrutura da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, a fim de cumprir o que determina a Resolução CNMP nº 205, de 18.12.2019, apresentando propostas de solução para os problemas identificados e minutas que visem o aperfeiçoamento e a atualização dos atos normativos pertinentes à Ouvidoria do MPMS.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2101/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 109/2020-PGJ, de 14.1.2020, que criou grupo de trabalho para analisar os impactos institucionais inseridos pela Lei nº 13.964, de 24.12.2019, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2110/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 2943/2022-PGJ, de 21.6.2022, que designou o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves como gestor do convênio celebrado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e a empresa Verifact Tecnologia Ltda (PGA nº 09.2022.000000332-4).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2103/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar as Portarias nºs 1895/2020-PGJ, de 25.5.2020; 2506/2020-PGJ, de 15.7.2020; e 1426/2023-PGJ, de 28.3.2023, que designaram membros e servidores para comporem o comitê gestor de acompanhamento das atividades necessárias para a implantação do SAJMP.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2104/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar as Portarias nºs 1567/2020-PGJ, de 4.5.2020; 3053/2021-PGJ, de 17.8.2021; e 6989/2023-PGJ, de 15.12.2023, que designaram servidores para comporem o comitê de execução para acompanhamento do desenvolvimento do SAJMP.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2105/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar as Portarias nºs 1501/2020-PGJ, de 4.5.2020; 2783/2022-PGJ, de 10.6.2022; e 2855/2023-PGJ, de 5.6.2023, que designou servidores para comporem a comissão responsável pelo Projeto de Implantação da Governança de TI no âmbito do MPMS.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2031/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº Portaria nº 545/2024-PGJ, de 8.2.2024, que designou o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger para, sem ônus e sem prejuízo de suas funções, atuar, como membro colaborador voluntário, no Núcleo de Recuperação e Falência, Nuref, vinculado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, do Consumidor e do Idoso, CAOCCI.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2038/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 3119/2020-PGJ, de 1º.10.2020, que designou o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães para, sem prejuízo de suas funções, atuar, como membro colaborador voluntário, na Secretaria de Desenvolvimento de Apoio às Atividade de Execução, Daex.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2035/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 3106/2020-PGJ, de 1º.10.2020, que designou o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, compor, como membro colaborador voluntário, o Comitê Gestor de acompanhamento das atividades necessárias para implantação do SAJMP.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1958/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando o contido no artigo 3º da Resolução nº 17/2012-PGJ, de 3.5.2012,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 1441/2020-PGJ, de 4.5.2020, que designou Procuradores de Justiça para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem funções no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, do Consumidor e do Idoso (CAOCCI).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2089/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Sete Quedas a partir de 6.5.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, as Portarias nºs 3701/2023-PGJ, de 6.7.2023, e 4201/2023-PGJ, de 1º.8.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2088/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Sete Quedas a partir de 6.5.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3950/2023-PGJ, de 18.7.2023, que designou o Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2091/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas a partir de 20.5.2024, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2081/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça George Zarour Cezar para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Água Clara a partir de 6.5.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 132/2024-PGJ, de 12.1.2024, que designou a Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2080/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça George Zarour Cezar para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Água Clara a partir de 6.5.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 583/2024-PGJ, de 15.2.2024, que designou a Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2098/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 2.5.2024, a Portaria nº 4613/2022-PGJ, de 13.9.2022, que designou o Promotor de Justiça George Zarour Cezar para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2084/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados a partir de 6.5.2024, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2085/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ricardo Rotunno para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados a partir de 6.5.2024, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2086/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Juliano Albuquerque para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados de 6 a 15.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2087/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Daniel Pivaro Stadniky para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados a partir de 16.5.2024, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2096/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Juliana Nonato para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba a partir de 6.5.2024, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2090/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Juliana Nonato para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 13ª Zona Eleitoral de 6.5.2024 a 31.10.2025; e revogar, a partir de 6.5.2024, a Portaria nº 5250/2023-PGJ, de 28.9.2023, na parte que indicou o Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2097/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba a partir de 6.5.2024, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2102/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti para responder pela 76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 6 a 12.5.2024; e revogar a partir de 3.5.2024, a Portaria nº 716/2021-PGJ, de 1º.3.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2092/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 6.5.2024, a Portaria nº 68/2023-PGJ, de 10.1.2023, que designou o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 24ª Promotoria de Justiça comarca de Campo Grande.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2083/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas a partir de 13.5.2024, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2082/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas a partir de 13.5.2024, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2093/2024-PGJ, DE 6.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista a partir de 3.6.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 133/2024-PGJ, de 12.1.2024, que designou o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2095/2024-PGJ, DE 6.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 17ª Zona Eleitoral de 3.6.2024 a 31.10.2025; e revogar, a partir de 27.5.2024, a Portaria nº 137/2024-PGJ, de 12.1.2024, que indicou o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**RESOLUÇÃO N° 1/2024-CSMP, DE 2 DE MAIO DE 2024.**

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, inciso XXXVII, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, na forma do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e, expressamente:

I - a Resolução nº 3/2012-CSMP, de 18 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público;

II - a Resolução nº 2/2009-CSMP, de 2 de abril de 2009, que estabelece critérios, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para avaliação do mérito funcional, por ocasião dos processos de remoção ou de promoção por merecimento;

III - os arts. 1º a 12 da Resolução nº 1/2016-CSMP, de 20 de setembro de 2016, que dispõe sobre a concessão de licença aos membros do Ministério Público para frequentar cursos, seminários ou missão de interesse da Administração, no País ou no exterior, e dá outras providências.

Campo Grande, 2 de maio de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 1/2024/CSMP, DE 2 DE MAIO DE 2024.

Índice Remissivo

LIVRO I - DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO	61
TÍTULO I - DO CONSELHO SUPERIOR	61
Capítulo I - Da composição do Conselho	61
Capítulo II - Do Presidente	61
Capítulo III - Do Vice-Presidente	61
Capítulo IV - Dos Conselheiros	61
Capítulo V - Dos suplentes dos Conselheiros	62
Capítulo VI - Do Secretário	62
Capítulo VII - Das Comissões Especiais	63
Capítulo VIII - Da Secretaria	63
TÍTULO II - DA DISTRIBUIÇÃO	63
Capítulo I - Da distribuição eletrônica	63
Capítulo II - Do sorteio do Relator	63
Capítulo III - Da restituição dos autos	64
LIVRO II - DA COMPETÊNCIA E DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR	64
TÍTULO I - DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO SUPERIOR	64
Capítulo I - Das disposições gerais	64
Capítulo II - Da competência do Conselho	64
TÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DO CONSELHO	66
Capítulo I - Das atribuições do Presidente	66
Capítulo II - Das atribuições do Vice-Presidente	67
Capítulo III - Das atribuições do Secretário	67
Capítulo IV - Das atribuições dos Conselheiros	67
Capítulo V - Das atribuições da Secretaria do Conselho	68
Capítulo VI - Das atribuições das Comissões Especiais	69
LIVRO III - DAS SESSÕES DO CONSELHO SUPERIOR	69
TÍTULO ÚNICO - DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS	69
Capítulo I - Das disposições gerais	69
Capítulo II - Da decisão liminar	70
Capítulo III - Das sessões ordinárias	70
Capítulo IV - Das sessões extraordinárias	70
LIVRO IV - DAS ESPÉCIES DE JULGAMENTO	70
TÍTULO I - DO JULGAMENTO PRESENCIAL	70
Capítulo I - Das providências prévias	71
Capítulo II - Do procedimento do julgamento presencial	71
Capítulo III - Da instalação do julgamento presencial	71
Capítulo IV - Da verificação da ata	72
Capítulo V - Da leitura do expediente e das comunicações	72
Capítulo VI - Da ordem de votação	72
Capítulo VII - Da discussão e votação	72
Seção I - Das disposições gerais	72
Seção II - Do julgamento da promoção e da remoção	73
Seção III - Do quinto constitucional	74
Capítulo VIII - Das deliberações	74
Capítulo IX - Da execução das deliberações	74
TÍTULO II - DO JULGAMENTO VIRTUAL	74
Capítulo I - Do procedimento do julgamento virtual	74
Capítulo II - Da votação	75
Capítulo III - Da alteração do voto	76
Capítulo IV - Do encerramento da votação	76
Capítulo V - Da execução das deliberações	76
TÍTULO III - DA ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO	76



Capítulo I - Dos impedimentos.....	76
Capítulo II - Da suspeição	77
Capítulo III - Do procedimento da arguição de suspeição e impedimento	77
LIVRO V - DAS COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS RELATIVAS A DIREITOS INSTITUCIONAIS.....	78
TÍTULO I - DAS PROMOÇÕES E REMOÇÕES	78
Capítulo I - Das disposições gerais.....	78
Capítulo II - Da alternância dos critérios de antiguidade e merecimento	79
Capítulo III - Das inscrições.....	79
Capítulo IV - Da avaliação do mérito na Corregedoria-Geral	80
Capítulo V - Das impugnações e desistências das inscrições	80
Capítulo VI - Da suspensão	81
TÍTULO II - DA ANTIGUIDADE.....	81
Capítulo I - Das disposições gerais.....	81
Capítulo II - Do quadro geral de antiguidade	82
Capítulo III - Da recusa de candidato à promoção ou remoção por antiguidade	82
TÍTULO III - DO MERECIMENTO	82
Capítulo I - Das disposições gerais.....	82
Capítulo II - Da aferição do merecimento	83
Capítulo III - Das prerrogativas da remanescência.....	84
Capítulo IV - Da admissibilidade da inscrição	84
Capítulo V - Da composição da lista tríplice.....	84
Capítulo VI - Das causas interruptivas da remanescência.....	85
TÍTULO IV - DA REMOÇÃO VOLUNTÁRIA	86
Capítulo único - Das disposições gerais	86
TÍTULO V - DA REMOÇÃO POR PERMUTA.....	86
Capítulo I - Das disposições gerais.....	86
Capítulo II - Das providências prévias	86
Capítulo III - Da apreciação	87
TÍTULO VI - DA REMOÇÃO COMPULSÓRIA E DA DISPONIBILIDADE	87
Capítulo I - Das disposições gerais.....	87
Capítulo II - Das providências prévias	87
Capítulo III - Da admissibilidade da representação	88
Capítulo IV - Da instrução	88
Capítulo V - Do julgamento	89
TÍTULO VII - DA OPÇÃO	89
TÍTULO VIII - DA COMISSÃO DE CONCURSO	90
Capítulo I - Das disposições gerais.....	90
Capítulo II - Da eleição da Comissão de Concurso	90
TÍTULO IX - DA LICENÇA PARA FREQUENTAR CURSO.....	91
Capítulo I - Das disposições gerais.....	91
Capítulo II - Das deliberações	93
Seção I - Da decisão liminar	93
Seção II - Do julgamento	93
Capítulo III - Dos deveres	93
TÍTULO X - DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DO VITALICIAMENTO	93
Capítulo I - Das disposições gerais.....	93
Capítulo II - Da decisão.....	94
Seção I - Das providências prévias	94
Seção II - Dos casos de parecer desfavorável	94
Seção III - Dos casos de parecer favorável	94
Seção IV - Das providências complementares.....	95
TÍTULO XI - DO QUINTO CONSTITUCIONAL	95
TÍTULO XII - DOS RECURSOS.....	96
Capítulo I - Do agravo interno.....	96
Capítulo II - Do recurso de embargos de declaração	96
Capítulo III - Do recurso contra anotação no prontuário.....	97



Capítulo IV - Do recurso ordinário.....	97
LIVRO VI - DAS COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS RELATIVAS A DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS 97	
TÍTULO ÚNICO - INQUÉRITO CIVIL, PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO E RECURSO DA NOTÍCIA DE FATO	97
Capítulo I - Das disposições gerais.....	97
Capítulo II - Da instauração.....	97
Capítulo III - Dos pedidos de prazo.....	97
Capítulo IV - Do arquivamento	98
Seção I - Das disposições gerais	98
Seção II - Das providências prévias	99
Seção III - Das sessões.....	100
Seção IV - Da deliberação do arquivamento.....	100
Seção V - Do arquivamento parcial	101
Capítulo V - Do desarquivamento	101
Capítulo VI - Das recomendações	101
Capítulo VII - Do compromisso de ajustamento de conduta	102
Seção I - Das disposições gerais	102
Seção II - Do acordo de leniência	103
Seção III - Do acordo de não persecução cível	103
Capítulo VIII - Do recurso contra o arquivamento de notícia de fato	105
Capítulo IX - Da publicidade.....	105
Capítulo X - Do sigilo	105
Capítulo XI - Da litispendência	106
Capítulo XII - Da continência	106
LIVRO VII - DAS COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS RELATIVAS À NORMATIZAÇÃO106	
TÍTULO I - DAS COMISSÕES ESPECIAIS	106
TÍTULO II - DOS ENUNCIADOS	107
Capítulo I - Das disposições gerais.....	107
Capítulo II - Da edição de enunciados.....	107
Capítulo III - Da revisão.....	108
Capítulo IV - Do caráter normativo dos enunciados	108
TÍTULO III - DAS ALTERAÇÕES DO REGIMENTO INTERNO.....	108
Capítulo I - Iniciativa de Conselheiro.....	108
Capítulo II - Iniciativa do Presidente.....	109
Capítulo III - Do julgamento	109
LIVRO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS110	
ANEXO I - DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO....110	
FICHA DE AVALIAÇÃO PARA PROMOÇÃO E REMOÇÃO - FAPRE	110
ANEXO II - DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ..115	
LEVANTAMENTO NUMÉRICO DAS ATIVIDADES FUNCIONAIS	115
ANEXO III - DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.116	
MOVIMENTOS TAXONÔMICOS DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR	116



REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LIVRO I

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

TÍTULO I

DO CONSELHO SUPERIOR

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 1º O Conselho Superior do Ministério Público é órgão da Administração Superior e de execução da Instituição.

§ 1º Integram o Conselho Superior do Ministério Público:

- I - o Procurador-Geral de Justiça;
- II - o Corregedor-Geral do Ministério Público;
- III - 9 (nove) Procuradores de Justiça eleitos.

§ 2º Para o exercício de suas funções, o Conselho contará com os seguintes órgãos internos:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Conselheiros;
- IV - Secretário;
- V - Comissões Especiais;
- VI - Secretaria.

CAPÍTULO II

DO PRESIDENTE

Art. 2º O Conselho é presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, que será substituído, nos casos de ausência, suspeição, impedimento ou vacância, da seguinte forma:

I - em seus afastamentos, férias e licenças, o Procurador-Geral de Justiça será substituído, de forma automática e sucessiva, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional e pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo;

II - nas hipóteses de impedimento ou suspeição, o Procurador-Geral de Justiça será substituído, sucessivamente, pelo Vice-Presidente do Conselho e, na falta ou ausência deste, pelo membro do Conselho mais antigo na segunda instância, salvo em relação às matérias de gestão administrativa, aplicando-se neste caso o disposto no inciso I;

III - a substituição eventual do Procurador-Geral de Justiça após iniciada a sessão do Conselho será feita de acordo com os incisos I e II deste artigo;

IV - ocorrendo vacância do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a presidência do Conselho será exercida, interina e sucessivamente, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional, pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e, na falta ou ausência destes, pelo Procurador de Justiça mais antigo no cargo;

V - no caso de vacância, o Procurador-Geral de Justiça interino deverá realizar nova eleição, no prazo de 60 (sessenta) dias, para mandato de 2 (dois) anos, observado o procedimento do § 1º do art. 6º da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO III

DO VICE-PRESIDENTE

Art. 3º O Vice-Presidente será eleito na primeira reunião ordinária do Conselho, para mandato de 2 (dois) anos, e deverá substituir o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público nos casos de impedimento e suspeição.

CAPÍTULO IV

DOS CONSELHEIROS

Art. 4º São membros do Conselho, na qualidade de Conselheiros:



I - o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público, como membros natos, ou quem estiver no exercício das respectivas funções;

II - os 9 (nove) Conselheiros eleitos.

§ 1º As normas relativas à eleição dos Conselheiros serão estabelecidas por resolução do Colégio de Procuradores de Justiça, com antecedência de pelo menos 60 (sessenta) dias das eleições, observados os preceitos do art. 10, § 5º, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

§ 2º Os Procuradores de Justiça serão eleitos pelo voto obrigatório e secreto de todos os integrantes da carreira, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução.

Art. 5º A sessão solene de posse dos Conselheiros eleitos será realizada no mesmo dia da primeira reunião ordinária do mês de janeiro do Colégio de Procuradores de Justiça.

Art. 6º Os Conselheiros eleitos assumirão as vagas abertas, em lotações individualizadas e numeradas de 1 (um) a 9 (nove), de acordo com o critério de antiguidade, exceto no caso de recondução, quando será mantida a lotação original com o respectivo acervo.

Art. 7º Durante as férias, é facultado ao Conselheiro titular exercer suas atribuições, mediante prévia comunicação, escrita ou verbal, ao Presidente do Conselho, cabendo ao Secretário registrar sua participação em ata de reunião.

CAPÍTULO V

DOS SUPLENTES DOS CONSELHEIROS

Art. 8º Os Procuradores de Justiça que se seguirem aos eleitos, observada a ordem de votação, serão considerados Conselheiros suplentes.

§ 1º Será convocado o suplente para substituição dos Conselheiros eleitos nas seguintes hipóteses:

I - nas férias, licenças ou afastamentos dos titulares por mais de 30 (trinta) dias;

II - na vacância do cargo do titular, caso em que o suplente sucederá o substituído;

III - nos impedimentos e suspeições que importem falta de quórum para decisão.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos I e II do § 1º, a convocação será feita com antecedência mínima de 3 (três) dias, ou, em havendo anuência do suplente, em prazo inferior.

§ 3º A substituição cessará, implicando, em qualquer das hipóteses, prevenção com relação aos feitos já distribuídos aos Conselheiros suplentes:

I - na hipótese do inciso I do § 1º, automaticamente quando o Conselheiro titular reassumir suas funções; e

II - na hipótese do inciso III do § 1º, quando desaparecer o impedimento.

§ 4º Configurada a prevenção, em tantas sessões quantas forem necessárias, será garantido ao suplente assento para a apresentação dos procedimentos a seu cargo, em caráter preferencial.

§ 5º Será declarado vago o cargo do Conselheiro eleito que faltar sem justificativa a mais de 3 (três) sessões ordinárias consecutivas ou 5 (cinco) alternadas.

§ 6º O Corregedor-Geral do Ministério Público será substituído, em seus afastamentos, férias e licenças, pelo Corregedor-Geral Substituto, nos casos de impedimento ou suspeição, pelo Vice-Presidente do Conselho e, na falta ou ausência deste, pelo membro do Conselho mais antigo na segunda instância.

§ 7º Se o número de suplentes eleitos for insuficiente para substituir os Conselheiros titulares, serão considerados suplentes tantos integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça quantos forem necessários para a composição do quadro de suplentes do Conselho Superior do Ministério Público, mediante sistema de rodízio, iniciando-se pelo mais antigo no cargo, ressalvadas as restrições estabelecidas nos §§ 2º e 4º do art. 10 da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

Art. 9º No caso de renúncia de Conselheiro, o suplente convocado assumirá a vaga aberta com o acervo dos procedimentos e processos administrativos anteriormente distribuídos ao antigo Conselheiro.

CAPÍTULO VI

DO SECRETÁRIO

Art. 10. O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público será eleito pelos membros do Conselho na primeira sessão ordinária, para mandato de 2 (dois) anos.



§ 1º A escolha não poderá recair no Procurador-Geral de Justiça, no Corregedor-Geral do Ministério Público ou no Vice-Presidente do Conselho.

§ 2º Realizada a eleição do Secretário titular, o Conselho Superior do Ministério Público elegerá o seu substituto, que assumirá as funções de Secretário nas ausências daquele e, em caso de vacância, o sucederá.

§ 3º Ausentes na sessão o Secretário e seu substituto, o Presidente nomeará Secretário *ad hoc*.

CAPÍTULO VII DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Art. 11. O Conselho poderá constituir Comissões Especiais, integradas por seus membros e escolhidos por votação, com o objetivo de elaborar estudos, pareceres, enunciados, propostas de alteração do regimento interno e resoluções sobre matéria da competência do Conselho, instaurando-se para cada caso um procedimento de gestão administrativa específico, conforme disciplinado nos arts. 291 e seguintes deste Regimento.

§ 1º As Comissões Especiais deverão ser compostas por 3 (três) Conselheiros titulares, eleitos pelo colegiado entre os integrantes do Conselho Superior.

§ 2º Os membros da Comissão Especial devem deliberar sobre quem exercerá as funções de Presidente, de Revisor e de Secretário da Comissão.

CAPÍTULO VIII DA SECRETARIA

Art. 12. A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público contará com funcionários próprios, nos termos de ato da Procuradoria-Geral de Justiça que dispuser sobre a organização administrativa do Ministério Público.

§ 1º A Secretaria e seus funcionários ficarão sob orientação, disciplina e supervisão diretas do Secretário do Conselho Superior do Ministério Público.

§ 2º Os documentos endereçados ao Conselho Superior deverão ser enviados mediante sistema eletrônico do Ministério Público, cabendo à Secretaria encaminhá-los aos Conselheiros, de acordo com a respectiva competência.

TÍTULO II DA DISTRIBUIÇÃO CAPÍTULO I DA DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA

Art. 13. A Secretaria realizará a distribuição dos processos administrativos que versam acerca de direitos institucionais, revisão normativa e elaboração de enunciados de competência do Conselho Superior, bem como dos procedimentos administrativos que tutelam direitos difusos e coletivos.

§ 1º A distribuição aos Conselheiros eleitos terá seu início a partir da posse, observando-se em qualquer caso a equidade da matéria, a classe e a área de atuação.

§ 2º Ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público não serão distribuídos os processos administrativos ou procedimentos a que se refere o *caput* deste artigo.

Art. 14. Realizada a distribuição, o Conselheiro-Relator ficará prevento para atuar nos autos.

Parágrafo único. Ficaré prevento para atuar nos autos o Conselheiro que primeiro atuar nos procedimentos administrativos que tutelam direitos difusos e coletivos, especificados como inquérito civil, procedimento preparatório e notícia de fato, encaminhados ao Conselho Superior, inclusive para dilação de prazo.

CAPÍTULO II DO SORTEIO DO RELATOR

Art. 15. Os processos administrativos e procedimentos em trâmite no Conselho serão distribuídos para um Conselheiro-Relator mediante sorteio em sistema informatizado, seguindo os critérios de equidade, alternância, impessoalidade e proporcionalidade, observando-se as seguintes regras:

I - os procedimentos administrativos que tenham como matéria a tutela de direitos difusos e coletivos, classificados como inquéritos civis, procedimentos preparatórios e recursos interpostos nas notícias de fato, nos procedimentos administrativos e nas representações, serão distribuídos, ininterruptamente, consoante as regras do julgamento virtual;



II - os processos que tenham como matéria direitos institucionais dos membros do Ministério Público, revisão normativa e elaboração de enunciados serão distribuídos ao Conselheiro-Relator no efetivo exercício das funções, seguindo o rito de julgamento presencial.

CAPÍTULO III

DA RESTITUIÇÃO DOS AUTOS

Art. 16. O Relator deverá restituir os autos à Secretaria do Conselho Superior no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de seu recebimento, devidamente instruído com o voto, que conterà o relatório, a fundamentação e a ementa, constituindo peça única.

§ 1º O voto deverá permanecer disponibilizado no Sistema de Automação da Justiça do Ministério Público (SAJMP) exclusivamente aos Conselheiros durante a sessão de julgamento e, somente após a proclamação do resultado, será permitida a divulgação aos demais membros do Ministério Público, advogados, partes ou quaisquer interessados.

§ 2º A ementa deverá ser selecionada no sistema eletrônico como “complemento da movimentação” para fins de classificação e consulta do ementário institucional.

§ 3º Quando se tratar de arquivamento fundamentado na solução plena do conflito de interesses, mediante a garantia dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis, deverá constar da ementa a expressão “atuação resolutiva”, não bastando para esse fim a celebração do termo de ajustamento de conduta ainda não cumprido.

§ 4º Após a apresentação do voto do Conselheiro-Relator, o processo poderá ser pautado para a próxima reunião ordinária, obedecendo, preferencialmente, à ordem cronológica da remessa dos autos à Secretaria.

Art. 17. Na hipótese de opção pelo julgamento presencial, o voto finalizado será liberado no sistema eletrônico, vinculando-se ao movimento taxonômico da pauta presencial, conforme o Anexo III deste Regimento.

Art. 18. Caso o Relator delibere pelo julgamento virtual, o voto finalizado será liberado no sistema eletrônico, vinculando-se ao movimento taxonômico da pauta virtual, conforme o Anexo III deste Regimento.

Art. 19. Será admitida a redistribuição de processos em caso de impedimento, suspeição e prevenção.

LIVRO II

DA COMPETÊNCIA E DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR

TÍTULO I

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO SUPERIOR

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Considerando as disposições legais vigentes, cabe ao Conselho decidir a sua própria competência, conhecendo ou não dos assuntos que lhe sejam destinados.

§ 1º Qualquer expediente, correspondência, documento, requerimento, processo protocolado, representação ou procedimento de qualquer natureza, recebido pelo Procurador-Geral, pelo Corregedor-Geral, pelo Secretário ou por qualquer outro Conselheiro, desde que endereçado ao Conselho Superior ou que contenha matéria de competência do Conselho, será obrigatoriamente submetido ao conhecimento e à deliberação do colegiado, até a primeira reunião ordinária subsequente.

§ 2º Se o Procurador-Geral ou o Corregedor-Geral receberem expediente destinado ao Conselho e entenderem que a matéria é de sua atribuição, tomarão as providências, sem prejuízo da remessa do expediente ao Conselho, até a primeira reunião ordinária subsequente.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 21. São atribuições do Conselho Superior do Ministério Público:

I - editar regulamento estabelecendo as normas gerais do concurso de ingresso na carreira e eleger os membros da Comissão de Concurso, na forma deste Regimento;

II - deliberar, em caso de omissão injustificada do Procurador-Geral de Justiça, pela abertura de concurso de ingresso quando o número de vagas atingir 1/5 (um quinto) dos cargos iniciais da carreira;

III - julgar os recursos interpostos contra os resultados de concursos de ingresso na carreira;



- IV - homologar ou rejeitar os resultados dos concursos de ingresso na carreira;
- V - indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos a remoção ou promoção por merecimento;
- VI - indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para remoção ou promoção por antiguidade;
- VII - indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, Promotor de Justiça de entrância final para substituição de Procurador de Justiça, por convocação, nas hipóteses previstas neste Regimento;
- VIII - aprovar os pedidos de remoção por permuta entre os membros do Ministério Público;
- IX - expedir, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, depois de verificada a vaga para remoção ou promoção, edital para o preenchimento do cargo, salvo motivo de interesse público;
- X - decidir sobre o vitaliciamento de membros do Ministério Público;
- XI - determinar, por voto da maioria de seus integrantes, a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria de membros do Ministério Público, por interesse público, assegurada ampla defesa;
- XII - aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre reclamações formuladas a esse respeito;
- XIII - sugerir ao Procurador-Geral de Justiça a edição de recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público para o desempenho de suas funções e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços, visando construir uma atuação uniforme;
- XIV - autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no País ou no exterior, nos termos deste Regimento;
- XV - opinar nos processos que tratem de demissão de membros do Ministério Público não vitalícios;
- XVI - decidir nos casos de opção, reintegração, reversão e aproveitamento de membros do Ministério Público;
- XVII - solicitar informações ao Corregedor-Geral do Ministério Público sobre a conduta e a atuação funcional dos Promotores de Justiça e solicitar a realização de visitas de inspeção e correições extraordinárias para a apuração de eventuais irregularidades dos serviços;
- XVIII - recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de sindicância ou procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público;
- XIX - recomendar ao Procurador-Geral de Justiça o afastamento do exercício do cargo, sem prejuízo de subsídio e vantagens, de membro do Ministério Público indiciado em processo disciplinar;
- XX - determinar a verificação de incapacidade física, mental ou moral de membro do Ministério Público;
- XXI - tomar conhecimento dos relatórios da Corregedoria-Geral;
- XXII - determinar a aposentadoria compulsória de membro do Ministério Público nos casos previstos neste Regimento;
- XXIII - apreciar, reservadamente, as comunicações de impedimento e suspeição de membros do Ministério Público e decidir as exceções de impedimento e suspeição contra membros do Ministério Público no exercício de suas atribuições legais, opostas nos inquéritos civis ou nos demais procedimentos judiciais alusivos à defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;
- XXIV - apreciar a justificação apresentada por membro do Ministério Público que deixar de atender a qualquer determinação para cujo cumprimento tenha sido marcado prazo certo;
- XXV - apreciar as justificativas da falta de exercício do dever de voto nas eleições para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, bem como para os integrantes do Conselho Superior do Ministério Público;
- XXVI - homologar ou rejeitar, na forma da lei, promoção de arquivamento de inquérito civil e de procedimento preparatório alusivos à defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;
- XXVII - apreciar o recurso da decisão sobre o arquivamento ou desarquivamento de inquérito civil e procedimento preparatório de atribuição das Promotorias de Justiça;
- XXVIII - julgar o recurso da decisão sobre o arquivamento ou desarquivamento de inquérito civil e procedimento preparatório de competência originária do Procurador-Geral de Justiça e, não havendo confirmação, remeter ao substituto legal, na forma do art. 6º, §§ 10 e 11, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994;
- XXIX - conhecer e julgar recurso contra decisão que indeferir representação para instauração de inquérito civil;
- XXX - conhecer e julgar recurso contra decisão do Corregedor-Geral do Ministério Público que determinar o arquivamento de reclamação de qualquer pessoa sobre abusos, erros, omissões ou conduta incompatível dos membros do Ministério Público;
- XXXI - autorizar previamente o Procurador-Geral de Justiça a que, por ato excepcional e fundamentado, designe membro do Ministério Público para exercer funções processuais afetas a outro membro da Instituição;
- XXXII - autorizar o afastamento da carreira de membro do Ministério Público para o exercício de outro cargo, emprego ou função de nível equivalente ou superior, observado o disposto no art. 29, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988;



XXXIII - aprovar o regulamento de estágio probatório dos membros do Ministério Público, elaborado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público;

XXXIV - elaborar o procedimento de impugnação ao vitaliciamento dos membros do Ministério Público em estágio probatório;

XXXV - editar enunciados de caráter normativo em matéria de sua competência;

XXXVI - elaborar as listas sêxtuplas a que se referem os arts. 94, *caput*, e 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal;

XXXVII - elaborar o procedimento de indicação dos membros do Ministério Público para composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público;

XXXVIII - decidir sobre a participação de membro do Ministério Público em organismos estatais afetos à sua área de atuação;

XXXIX - elaborar seu regimento interno;

XL - elaborar a escala de suas reuniões ordinárias;

XLI - eleger o Vice-Presidente do Conselho entre os seus integrantes;

XLII - eleger o Secretário do Conselho e seu substituto;

XLIII - julgar recurso do membro do Ministério Público inconformado com anotação de demérito em seu prontuário;

XLIV - recusar a promoção por antiguidade, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros;

XLV - opinar nos processos administrativos que tratem de autorização para que membro do Ministério Público resida fora da comarca;

XLVI - opinar sobre ato do Procurador-Geral de Justiça que disponha sobre as regras aplicáveis aos estagiários e residentes, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994;

XLVII - editar resoluções que versem sobre matéria de sua competência, inclusive normatizar os critérios para avaliação do mérito funcional dos membros do Ministério Público nos processos de remoção ou de promoção por merecimento;

XLVIII - opinar conclusivamente sobre o direito de opção por permanecer em comarca cuja entrância foi elevada em caso de promoção, nos termos do art. 81 da Lei Complementar Estadual nº 72/1994;

XLIX - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela lei ou por este Regimento Interno.

TÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DO CONSELHO

CAPÍTULO I

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 22. São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar:

a) sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho, sempre que entender necessário ou for regimentalmente exigível;

b) os suplentes dos Conselheiros eleitos em caso de substituição ou sucessão;

c) o Secretário substituto em caso de substituição ou sucessão, para que assuma suas funções, na ausência do titular;

II - presidir as sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho;

III - elaborar a pauta, com a ordem do dia das sessões, nela incluindo as matérias pertinentes, obedecendo, preferencialmente, à ordem cronológica da restituição dos autos à Secretaria, podendo incluir os assuntos solicitados pelos demais Conselheiros;

IV - verificar, ao início de cada sessão ordinária ou extraordinária do Conselho, a existência de quórum;

V - assinar as atas das sessões ordinárias ou extraordinárias do Conselho, depois de aprovadas;

VI - representar o Conselho;

VII - proceder à leitura do expediente de cada sessão;

VIII - votar no caso de empate, dando o voto de qualidade;

IX - comunicar oficialmente ao Conselho:

a) toda vacância de cargo e sua data;

b) a abertura de concurso para ingresso na carreira do Ministério Público;

c) as providências de caráter administrativo e os assuntos de interesse do Conselho;

X - encaminhar à Secretaria do Conselho as matérias que devam constar na pauta da próxima sessão de julgamento;



XI - determinar à Secretaria do Conselho que proceda à autuação das seguintes matérias e a sua distribuição a um Conselheiro-Relator:

- a) sugestões para alteração do Regimento Interno do Conselho, assim que recebidas;
- b) correspondências, processos, representações, notícias de fato, papéis e expedientes endereçados ao Conselho e recebidos por seu intermédio, bem como aqueles que possam interessar ao órgão;
- c) pedidos de permuta de membros do Ministério Público de primeira instância;
- d) expedientes relativos à reversão e ao aproveitamento de membro do Ministério Público;
- e) processos que tratam de remoção compulsória, disponibilidade, suspensão e demissão de membro do Ministério Público;
- f) pedidos de afastamento de membro do Ministério Público, para o exercício de outro cargo, emprego ou função;
- g) pedidos de licença para membro do Ministério Público frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento ou estudo no País e no exterior;
- h) relatórios da Corregedoria-Geral;
- i) pedidos de opção de Promotores de Justiça para efetivarem sua promoção na comarca onde se encontrem e cuja entrância foi elevada;
- j) sugestões para elaboração de novo enunciado em matéria de competência do Conselho, assim que recebida a proposta, e pedido de revogação de enunciado;

XII - tomar as providências necessárias ao bom desempenho das funções do Conselho e à observância deste Regimento Interno;

XIII - exercer demais funções que lhe forem atribuídas pela lei ou por este Regimento Interno.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO VICE-PRESIDENTE

Art. 23. É atribuição do Vice-Presidente do Conselho substituir o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público nos casos de impedimento e suspeição.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO

Art. 24. São atribuições do Secretário do Conselho Superior:

- I - redigir as atas, sob processo informatizado, referentes às sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho;
 - II - executar e publicar as deliberações das sessões de julgamento;
 - III - proceder à leitura da ata da sessão anterior, caso solicitado por membro do Conselho no início de cada sessão;
 - IV - assinar as atas de reunião ordinárias e extraordinárias do Conselho, depois de aprovadas;
 - V - receber, despachar e encaminhar as correspondências, papéis, expedientes e procedimentos endereçados ao Conselho, antes da distribuição dos autos ao Conselheiro-Relator;
 - VI - publicar o aviso da existência de promoção de arquivamento de inquérito civil, procedimento preparatório ou recurso de notícias de fato;
 - VII - determinar a publicação de seus enunciados, resoluções, avisos e regulamentos no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) e a permanente atualização da página do Conselho Superior no *site* do Ministério Público;
 - VIII - controlar a ordem de votação dos Conselheiros durante as sessões de julgamento;
 - IX - publicar as deliberações que homologuem ou rejeitem a promoção de arquivamento do inquérito civil e procedimento preparatório ou julguem os recursos, indicando o número do procedimento, comarca de origem, nome dos interessados e de seus procuradores, nome do Relator e ementa da decisão;
 - X - orientar a Secretaria e a atuação dos respectivos funcionários;
 - XI - tomar as providências necessárias ao bom desempenho das funções do Conselho e à observância deste Regimento Interno;
 - XII - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela lei ou por este Regimento Interno.
- Parágrafo único. Deverá constar nas atas das sessões do Conselho o voto de cada um de seus membros e nas deliberações será registrada a ementa do voto vencedor.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

**Art. 25. São atribuições dos Conselheiros:**

- I - comparecer pontualmente às sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho;
 - II - assinar a ata da sessão anterior, depois de aprovada, inclusive por meio eletrônico;
 - III - encaminhar para a Secretaria do Conselho as matérias que devam integrar a ordem do dia das sessões para obrigatoria inclusão na pauta:
 - a) das reuniões ordinárias, até às 18h de segunda-feira;
 - b) das reuniões extraordinárias, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;
 - IV - comunicar ao Presidente do Conselho caso pretenda exercer as funções de Conselheiro durante as suas férias;
 - V - comunicar aos demais Conselheiros, durante as sessões, matéria que entenda relevante, independentemente de prévia inclusão em pauta;
 - VI - ditar ao Secretário seu posicionamento a propósito de questões discutidas ou decididas verbalmente no Conselho, em acréscimo ao voto do Relator, para que conste da ata;
 - VII - propor à deliberação do Conselho matéria de competência do órgão;
 - VIII - discutir e votar as matérias constantes da ordem do dia;
 - IX - relatar e julgar as promoções de arquivamento de inquérito civil, procedimento preparatório, bem como os recursos interpostos;
 - X - tomar as providências necessárias ao bom desempenho das funções do Conselho e à observância deste Regimento Interno;
 - XI - elaborar o voto por escrito e fundamentado, contendo ementa, nos processos em que for Relator;
 - XII - propor a convocação de sessão extraordinária, na forma deste Regimento Interno;
 - XIII - propor, fundamentadamente, a elaboração ou a revogação de enunciados e a modificação e a revisão deste Regimento Interno e das demais resoluções de matéria de competência do Conselho Superior;
 - XIV - conceder tutela de urgência, liminarmente, nos procedimentos de natureza funcional, quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do procedimento;
 - XV - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela lei ou por este Regimento Interno.
- Parágrafo único. Na hipótese do inciso V, qualquer Conselheiro poderá opor objeção à votação da matéria se a formação do Conselho não estiver completa por seus titulares.

CAPÍTULO V**DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DO CONSELHO****Art. 26. São atribuições da Secretaria do Conselho Superior:**

- I - receber, registrar, distribuir e expedir procedimentos e papéis, procedendo à juntada nos autos imediatamente após a apresentação, de acordo com a orientação do Secretário do Conselho;
- II - manter, organizar e controlar o arquivamento de correspondências, procedimentos e demais documentos próprios do Conselho;
- III - preparar os expedientes para os Conselheiros;
- IV - disponibilizar em sistema informatizado, para cada Conselheiro, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da reunião ordinária ou de 24 (vinte e quatro) horas da reunião extraordinária, a ata da sessão anterior, a pauta da próxima sessão, bem como os papéis, expedientes e procedimentos, sempre que a matéria deva ser objeto de apreciação ou de deliberação pelo órgão;
- V - elaborar os editais de promoção ou remoção e encaminhá-los ao Presidente do Conselho para expedição e publicação;
- VI - proceder às intimações das partes, dos interessados, dos procuradores ou defensores constituídos sobre os atos do processo, da seguinte forma:
 - a) nos procedimentos relativos a direitos institucionais dos membros do Ministério Público, a cientificação será realizada por meio de publicação no DOMP e por meio eletrônico, conforme preceitua o art. 246 do Código de Processo Civil;
 - b) nos procedimentos envolvendo a tutela de direitos difusos e coletivos, a intimação será efetivada por meio de publicação no DOMP e, no caso de julgamento presencial, por meio eletrônico, conforme preceitua o art. 246 do Código de Processo Civil;
- VII - registrar o deferimento das licenças para frequentar cursos e os respectivos períodos usufruídos pelos membros, mantendo o controle das licenças e devendo atualizar o quadro de concessão de licenças dos membros na Secretaria do Conselho Superior e informar as deliberações do Conselho Superior à Corregedoria-Geral do Ministério Público e à Secretaria de Gestão de Pessoas;



VIII - certificar, nos procedimentos de licença para frequentar cursos, antes da remessa para o Conselheiro-Relator, os deferimentos anteriores, se houver, especificando a modalidade da autorização, o período concedido e o efetivamente usufruído;

IX - registrar as promoções e remoções, qualquer que seja o critério, bem como as inclusões dos membros em lista tríplice de promoção ou remoção por merecimento, mantendo atualizado o quadro de movimentação dos membros na Secretaria do Conselho Superior e informando as deliberações à Corregedoria-Geral do Ministério Público e à Secretaria de Gestão de Pessoas;

X - certificar, antes da remessa para o Conselheiro-Relator, nos procedimentos de movimentação na carreira por merecimento, a figuração em lista tríplice nos concursos de remoção ou promoção, especificando a modalidade do certame, a data, a comarca, a entrância, bem como o número de vezes que integrou a lista tríplice;

XI - atualizar na Secretaria do Conselho Superior as listas tríplexes de merecimento;

XII - certificar a juntada da lista de antiguidade atualizada e informações sobre os candidatos inscritos para promoção ou remoção pelos critérios de antiguidade ou merecimento fornecidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas, antes de proceder à remessa ao Conselheiro Relator;

XIII - certificar a juntada das fichas de avaliação para promoção e remoção (FAPREs) e do levantamento numérico das atividades funcionais, elaboradas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, antes de proceder à remessa ao Conselheiro Relator;

XIV - encaminhar à Corregedoria-Geral do Ministério Público e à Secretaria de Gestão de Pessoas as deliberações que versem sobre a vida funcional do membro da Instituição;

XV - adotar as providências pertinentes para manter atualizada a página do Conselho Superior no *site* do Ministério Público, com relação a ementário, enunciados, resoluções e regimento interno;

XVI - executar as deliberações de caráter administrativo interno do Conselho Superior;

XVII - executar demais serviços administrativos que lhe forem determinados pelo Secretário.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Art. 27. As Comissões Especiais do Conselho têm atribuição de elaborar estudos, pareceres, proposta de alteração de regimento interno e resoluções sobre matéria da competência do órgão, consoante atribuição feita nas sessões.

LIVRO III

DAS SESSÕES DO CONSELHO SUPERIOR

TÍTULO ÚNICO

DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. Respeitadas as disposições procedimentais específicas, as normas deste Título aplicam-se a todos os capítulos seguintes.

§ 1º Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, conforme o art. 224 do Código de Processo Civil.

§ 2º Os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

§ 3º A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que se seguir ao da disponibilização da informação no DOMP.

Art. 29. O Presidente encaminhará à Secretaria os dados necessários para elaboração da pauta, que conterá a ordem do dia das reuniões ordinárias, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, e de reunião extraordinária, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo único. Poderão ser incluídas na ordem do dia, para deliberação pelo Conselho, as matérias encaminhadas nos prazos regimentais e os procedimentos restituídos com voto do Relator.

Art. 30. A Secretaria do Conselho, recebendo do Presidente a pauta, expedientes ou processos, providenciará para que cada membro do órgão receba, mediante sistema informatizado, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da reunião ordinária ou de 24 (vinte e quatro) horas da reunião extraordinária, os seguintes documentos:



- I - ata da sessão anterior;
- II - pauta com a ordem do dia;
- III - documentos e informações necessárias para discussão das matérias constantes da ordem do dia.

CAPÍTULO II

DA DECISÃO LIMINAR

Art. 31. A tutela de urgência poderá ser concedida liminarmente pelo Conselheiro-Relator, nos procedimentos de natureza funcional, se houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do procedimento, exceto nos casos que impliquem aumento de despesa, quando a liminar será concedida exclusivamente pelo Presidente do Conselho.

§ 1º A tutela de urgência será concedida mediante pedido expresso da parte, do legítimo interessado ou de seus procuradores.

§ 2º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

§ 3º A decisão liminar vincula-se ao movimento taxonômico próprio, conforme o Anexo III deste Regimento.

CAPÍTULO III

DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Art. 32. O Conselho Superior do Ministério Público reunir-se-á, ordinariamente, sempre que necessário, mediante prévia convocação do Presidente.

Parágrafo único. As sessões poderão ser presenciais, no edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, facultando-se a participação virtual dos Conselheiros.

CAPÍTULO IV

DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 33. O Conselho reunir-se-á em sessão extraordinária:

- I - quando convocado por seu Presidente;
- II - por proposta de pelo menos 4 (quatro) de seus membros.

§ 1º Estando subscrita por pelo menos 4 (quatro) dos membros do Conselho, a proposta de convocação extraordinária não poderá ser recusada.

§ 2º Poderá ser objeto de deliberação qualquer matéria dentro das atribuições do Conselho, mesmo aquelas previstas como próprias de sessões ordinárias.

Art. 34. A convocação extraordinária do Conselho Superior, por seu Presidente, será feita a cada Conselheiro, por ofício encaminhado virtualmente.

Parágrafo único. Ao ser convocado, o Conselheiro deverá receber a ordem do dia da reunião.

Art. 35. A convocação extraordinária do Conselho Superior, por proposta dos Conselheiros, será dirigida ao Presidente do órgão e deverá indicar as matérias que constarão da ordem do dia.

§ 1º Assim que despachar o pedido, o Presidente poderá incluir outras matérias na ordem do dia, além daquelas constantes do requerimento, e tomará as providências necessárias para dar ciência das matérias incluídas aos demais membros.

§ 2º A reunião extraordinária do Conselho Superior será realizada no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da entrega do pedido de convocação, em mãos, ao Presidente, ou no protocolo-geral do Ministério Público.

§ 3º Se o Presidente do Conselho não marcar a reunião no prazo, a convocação se dará automaticamente às 14h30min do quinto dia útil após o recebimento do requerimento pelo Presidente do Conselho Superior do Ministério Público e não será realizada se não houver quórum legal.

§ 4º Tendo sido incluídas outras matérias na ordem do dia, serão apreciadas em primeiro lugar aquelas constantes do requerimento de convocação.

LIVRO IV

DAS ESPÉCIES DE JULGAMENTO

TÍTULO I



DO JULGAMENTO PRESENCIAL

CAPÍTULO I

DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

Art. 36. O julgamento presencial será destinado aos processos administrativos de competência do Conselho Superior do Ministério Público que tenham como objeto direitos institucionais de membros, a revisão normativa e a elaboração de enunciados.

§ 1º Os procedimentos contendo os votos dos Relatores deverão ser incluídos na pauta de sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público.

§ 2º A pauta da sessão de julgamento deverá conter a ordem do dia das sessões ordinárias e extraordinárias e deverá ser publicada no DOMP.

§ 3º As reuniões ordinárias do Conselho Superior do Ministério Público serão realizadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação da pauta da sessão de julgamento no DOMP e as reuniões extraordinárias, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ressalvados os casos urgentes, mediante anuência dos membros.

Art. 37. O voto do Conselheiro-Relator deverá ser disponibilizado no SAJMP exclusivamente ao Colegiado, a contar de sua restituição à Secretaria, permitindo-se a divulgação somente após a proclamação do resultado do julgamento.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO DO JULGAMENTO PRESENCIAL

Art. 38. As sessões do Conselho Superior serão públicas e os votos fundamentados, sob pena de nulidade, podendo ser limitada a presença, em determinados atos, aos legítimos interessados e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

§ 1º As sessões do Conselho Superior serão transmitidas virtualmente, ressalvados os casos em que lei ou norma impuser sigilo, preservando-se, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, os arquivos de áudio e vídeo das sessões.

§ 2º Os arquivos de áudio das sessões públicas do Conselho Superior serão disponibilizados a quem os requerer, facultando-se a inserção de atalho para acesso aos arquivos no *site* do Ministério Público.

§ 3º A decretação do sigilo das sessões do Conselho Superior, nas hipóteses legais, dar-se-á por deliberação da maioria de seus integrantes.

§ 4º As deliberações do Conselho Superior serão disponibilizadas no *site* do Ministério Público e publicadas no DOMP após sessão de julgamento, exceto quando expressamente decretado o sigilo.

§ 5º O sigilo deverá ser suspenso pelo Conselho Superior na decisão de arquivamento, salvo no caso de decisão fundamentada estipulando prazo de sua prorrogação.

Art. 39. Nas sessões presenciais do Conselho Superior, será obedecida a seguinte ordem dos trabalhos:

- I - abertura, conferência de quórum e instalação da sessão;
- II - leitura, votação e assinatura da ata da sessão anterior;
- III - comunicações do Presidente;
- IV - comunicações do Corregedor-Geral do Ministério Público;
- V - comunicações do Secretário e dos Conselheiros;
- VI - leitura do expediente;
- VII - leitura da ordem do dia;
- VIII - discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia;
- IX - encerramento da sessão.

Parágrafo único. A leitura da ata poderá ser dispensada mediante concordância de todos os Conselheiros.

CAPÍTULO III

DA INSTALAÇÃO DO JULGAMENTO PRESENCIAL

Art. 40. A abertura, a conferência de quórum e a instalação da sessão competem ao Presidente do Conselho.

§ 1º Para a instalação da sessão, é necessária a presença de no mínimo 7 (sete) dos Conselheiros.

§ 2º Não havendo quórum suficiente, aguardar-se-á por 30 (trinta) minutos, após os quais, não havendo número legal, lavrar-se-á ata circunstanciada da ocorrência, ficando a instalação da sessão prejudicada e dependente de nova convocação, quando se tratar de sessão extraordinária, e adiada para a próxima semana, se a sessão for ordinária.



§ 3º Ausente o Secretário do Conselho, seu substituto assumirá as funções e, estando este ausente, os demais Conselheiros elegerão um Secretário *ad hoc* para o ato.

§ 4º Havendo quórum, o Presidente declarará instalada a sessão.

§ 5º Se, por qualquer motivo, o quórum mínimo não for mantido no curso da sessão, será esta suspensa, com registro em ata.

§ 6º A ausência ou o impedimento ocasional do Presidente ou de outro Conselheiro só suspenderá a sessão na hipótese de falta de quórum.

CAPÍTULO IV DA VERIFICAÇÃO DA ATA

Art. 41. O Secretário lerá a ata da sessão anterior, em caso de solicitação expressa de membro do Conselho, para conhecimento dos demais.

§ 1º Todos os incidentes relativos à ata da sessão anterior serão discutidos e votados antes do prosseguimento da sessão.

§ 2º O Conselheiro que não estiver de acordo com a ata proporá a questão ao Colegiado.

§ 3º A discussão e a votação da matéria obedecerão ao disposto neste Regimento.

§ 4º Aprovada a questão levantada contra a ata, na própria sessão será registrada a devida retificação.

§ 5º Aprovada a ata, esta será assinada pelos Conselheiros presentes.

§ 6º A leitura da ata poderá ser dispensada, com a anuência dos Conselheiros presentes, caso a minuta desse documento tenha sido previamente encaminhada aos Conselheiros, juntamente com a pauta da reunião.

CAPÍTULO V DA LEITURA DO EXPEDIENTE E DAS COMUNICAÇÕES

Art. 42. O expediente da sessão será lido pelo Presidente.

Art. 43. As comunicações do Presidente, do Secretário e dos Conselheiros versarão sobre matérias de interesse do Conselho e independerão de inclusão em pauta.

Parágrafo único. Se mais de um Conselheiro desejar fazer comunicações, o Presidente dar-lhes-á a palavra, primeiramente ao Secretário e, após, seguirá a ordem de votação.

CAPÍTULO VI DA ORDEM DE VOTAÇÃO

Art. 44. A votação das matérias seguirá a ordem fixada na pauta da sessão e inicia-se com o voto do Conselheiro-Relator, devendo prosseguir observando a sequência da antiguidade na entrância.

§ 1º Terão apreciação preferencial, respeitada a ordem de votação, os procedimentos que versarem sobre:

I - matéria de interesse da classe do Ministério Público;

II - matéria de interesse institucional;

III - matéria afeta à Corregedoria-Geral do Ministério Público;

IV - a vida funcional de membro do Ministério Público.

§ 2º A ordem de votação das matérias poderá ser alterada desde que haja a concordância do Conselheiro-Relator.

§ 3º O Presidente sempre votará em último lugar e o Corregedor-Geral, em penúltimo.

§ 4º Ao Secretário do Conselho incumbe fazer o controle da ordem de votação, anunciando-a antes do início de cada reunião.

§ 5º A ordem de votação nos procedimentos de promoção ou remoção, pelos critérios de antiguidade ou de merecimento, iniciará pelo Conselheiro-Relator, votando em segundo lugar o Corregedor-Geral do Ministério Público, transcorrendo a votação dos Conselheiros observado o critério de antiguidade, votando em penúltimo lugar o Secretário do Conselho Superior do Ministério Público e ao final o Procurador-Geral de Justiça.

CAPÍTULO VII DA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Seção I

Das disposições gerais



Art. 45. Após a leitura da ordem do dia pelo Presidente, serão discutidas e votadas as matérias nela constantes.

§ 1º Caberá ao Presidente do Conselho Superior manter a ordem e a urbanidade durante as sessões, não admitindo manifestações inoportunas e inadequadas, ressalvadas as questões de ordem.

§ 2º O Relator poderá retirar de pauta o procedimento, desde que não se tenha dado início à votação.

§ 3º Havendo informações ou documentos sigilosos no procedimento, não haverá discussão pública dessa matéria, salvo se constatada a imprescindibilidade, adotando-se as cautelas necessárias para preservação do sigilo.

§ 4º Será admitida excepcionalmente a realização de diligência necessária à decisão, suspendendo-se o julgamento.

Art. 46. Antes do início de qualquer votação, os membros do Conselho poderão pedir a palavra para discutir a matéria, devendo o Presidente concedê-la pelo prazo de 5 (cinco) minutos.

§ 1º Se 2 (dois) ou mais membros do Conselho pedirem a palavra pela ordem ao mesmo tempo, observar-se-á a ordem de votação da sessão.

§ 2º A sessão de julgamento presencial inicia-se com a sustentação oral das partes, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos, se houverem manifestado o interesse antes do início da sessão, cabendo a decisão ao Presidente.

§ 3º Antes de proferido o voto pelo Relator, poderão apresentar a sustentação oral:

I – o membro do Ministério Público;

II – o advogado legalmente constituído pelo autor da representação, pelo investigado, pelos recorrentes ou pelos interessados.

§ 4º Inexistindo requerimento de sustentação oral ou encerrada essa fase, o Relator enunciará as principais questões de fato e de direito e proferirá seu voto, podendo proceder de forma sucinta em face ao prévio compartilhamento do voto entre os Conselheiros.

Art. 47. Nenhum Conselheiro poderá recusar-se a votar matéria constante da ordem do dia, salvo caso de impedimento ou suspeição.

§ 1º Se, em virtude de impedimento ou suspeição, a votação de uma questão ficar impossibilitada por falta de quórum de instalação ou de deliberação, a apreciação dessa matéria específica será adiada por uma sessão, convocando-se o suplente para sua votação.

§ 2º A convocação do suplente será restrita à matéria em relação à qual houve o impedimento ou a suspeição.

§ 3º O impedimento ou a suspeição deverão ser justificados, exceto no caso de a suspeição ser por motivo de foro íntimo.

Art. 48. Aos Conselheiros é facultado o pedido de vista dos autos após voto do Relator, seguindo-se a ordem de votação.

§ 1º Havendo mais de um pedido de vista, o prazo será comum.

§ 2º O Conselheiro com vista do procedimento terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar seu voto, devendo ser este escrito caso contrário ao voto do Relator.

§ 3º O Conselheiro poderá pedir vista dos autos para examinar a questão, hipótese em que será facultado aos Conselheiros aguardar ou proferir o seu voto de imediato, adiando-se a sessão de julgamento.

§ 4º Decorrido o prazo sem apresentação de voto, o procedimento será obrigatoriamente incluído na pauta da primeira sessão ordinária seguinte.

§ 5º O Conselheiro que não se utilizar do pedido de vista do procedimento no momento oportuno só poderá fazê-lo se outro Conselheiro o tiver feito e proferido voto contrário ao do Relator.

§ 6º Reiniciada a sessão de julgamento, será a dada a palavra ao Conselheiro que pediu vista, seguindo-se a tomada dos votos anteriormente proferidos, a começar pelo Relator, e se algum Conselheiro modificar o seu voto, será reaberta a discussão, após a qual, reiniciar-se-á a votação.

Art. 49. Encerrada a discussão sobre a matéria, o Presidente a submeterá à votação, pela ordem a ser obedecida na sessão, que não poderá ser alterada.

§ 1º Iniciada a votação, não se concederá mais a palavra para discussão da matéria a ser votada, a não ser para questões de ordem, que poderão ser suscitadas a qualquer momento e serão imediatamente submetidas à deliberação.

§ 2º A questão de ordem poderá versar sobre o pedido de adiamento da votação quando forem necessários melhores esclarecimentos sobre a matéria.

Seção II

Do julgamento da promoção e da remoção



Art. 50. Nos processos de promoção e remoção, a lista de merecimento será composta pelos 3 (três) nomes mais votados, desde que obtida a maioria de votos, procedendo-se, para alcançá-la, a tantas votações quantas necessárias.

§ 1º As votações para indicação em lista tríplice de merecimento para os concursos de promoção e remoção serão realizadas vaga a vaga, em escrutínio aberto, mediante voto fundamentado, examinando-se em primeiro lugar os nomes dos remanescentes de lista anterior, impossibilitada a inclusão de candidato estreante em primeiro escrutínio.

§ 2º Os pedidos de promoção e remoção serão precedidos de deliberação sobre a sua admissibilidade.

§ 3º Durante a votação para compor a lista tríplice, se nenhum candidato obtiver a maioria de votos dos Conselheiros presentes ou se houver empate, prevalecerá a antiguidade na entrância ou na categoria, salvo se preferir o Conselho Superior delegar a competência ao Procurador-Geral de Justiça.

Seção III

Do quinto constitucional

Art. 51. A votação para composição da lista sêxtupla realizar-se-á em sessão pública, mediante voto aberto, podendo cada Conselheiro votar em até 6 (seis) nomes, integrando a lista os 6 (seis) candidatos mais votados.

Parágrafo único. Havendo empate, repetir-se-á a votação tantas vezes quantas forem necessárias.

CAPÍTULO VIII

DAS DELIBERAÇÕES

Art. 52. Terminada a votação, o Presidente proclamará o resultado.

Parágrafo único. Ocorrendo motivo superveniente e antes de ser proclamado o resultado, será permitida a retificação ou a reconsideração do voto.

Art. 53. As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples de votos dos Conselheiros presentes, inclusive para a fixação, revisão ou revogação de enunciados, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

§ 1º É necessária a maioria absoluta, assim definida como o primeiro número inteiro superior à metade de seus membros, para os seguintes casos:

I - recusa de vitaliciamento de membro do Ministério Público;

II - remoção compulsória de membro do Ministério Público;

III - disponibilidade de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público;

IV - aprovação ou revisão do Regimento Interno do Conselho Superior.

§ 2º Exige-se maioria qualificada de 2/3 (dois terços) de seus membros para:

I - recusa à promoção por antiguidade;

II - autorização prévia do Procurador-Geral de Justiça para afastamento de membro do Ministério Público de suas atribuições naturais, na hipótese do art. 10, inciso IX, alínea “g”, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, Lei Orgânica Nacional do Ministério Público;

III - afastamento cautelar de membro do Ministério Público.

Art. 54. As decisões do Conselho Superior serão sempre motivadas, com publicação de suas deliberações, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou por deliberação da maioria de seus membros.

CAPÍTULO IX

DA EXECUÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

Art. 55. O Secretário providenciará a execução das deliberações, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à sessão.

§ 1º A Secretaria providenciará a remessa dos procedimentos aos respectivos órgãos de origem.

§ 2º Será preservado o sigilo nas hipóteses legais e deste Regimento.

TÍTULO II

DO JULGAMENTO VIRTUAL

CAPÍTULO I

DO PROCEDIMENTO DO JULGAMENTO VIRTUAL



Art. 56. Os julgamentos dos procedimentos administrativos que tenham como matéria a tutela de direitos difusos e coletivos classificados como inquéritos civis, procedimentos preparatórios e recursos interpostos nas notícias de fato, nos procedimentos administrativos e nas representações poderão ser realizados por meio virtual.

Parágrafo único. A critério do Relator, poderão ser submetidos a julgamento em ambiente eletrônico os seguintes processos:

- I - promoção de arquivamento de inquéritos civis;
- II - promoção de arquivamento de procedimentos preparatórios;
- III - recurso contra o arquivamento de notícias de fato;
- IV - recurso contra a decisão de arquivamento ou desarquivamento do inquérito civil e de procedimento preparatório;
- V - prorrogação de prazo de investigações;
- VI - aprovação de acordo de não persecução cível.

Art. 57. As sessões virtuais, realizadas em ambiente eletrônico, terão início na primeira e na terceira segundas-feiras do mês, respeitado o prazo de 5 (cinco) dias úteis entre a data da publicação da pauta e o início do julgamento, conforme exigido pelo art. 935 do Código de Processo Civil.

§ 1º Os autos digitais serão restituídos ao Conselho Superior do Ministério Público, instruídos com o voto do Relator, permanecendo este disponibilizado no SAJMP exclusivamente aos demais Conselheiros, e serão incluídos na próxima pauta de sessão virtual, observado o disposto no art. 18 deste Regimento.

§ 2º O prazo para manifestação dos Conselheiros será de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de disponibilização dos autos na fila de processos em fase de julgamento na lotação da sessão virtual.

Art. 58. O Relator poderá retirar o procedimento da pauta de julgamento virtual visando a posterior realização do julgamento presencial, cuja decisão vincula-se à movimentação de deferimento de pauta presencial, conforme o Anexo III deste Regimento.

Art. 59. Serão julgados em ambiente presencial os processos com pedido de:

I - requerimento de julgamento presencial assinado e liberado eletronicamente nos autos por qualquer dos Conselheiros, no prazo assinalado no § 2º do art. 57, mediante liberação de requerimento vinculado à movimentação de pedido de pauta presencial, conforme o Anexo III deste Regimento;

II - requerimento de julgamento presencial feito por qualquer das partes interessadas, desde que requerido até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da sessão e deferido pelo Relator;

III - requerimento de sustentação oral realizado por qualquer das partes interessadas, desde que requerida após a publicação da pauta de julgamento e até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da sessão, cumprindo ao Relator, nos casos cabíveis, deferir o pedido.

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, o Relator retirará o processo da pauta de julgamento eletrônico e o incluirá em pauta de julgamento presencial.

§ 2º Nos casos previstos nos incisos I e II, o julgamento será reiniciado.

§ 3º As reuniões presenciais serão realizadas na sede do Ministério Público, permitindo-se a participação dos Conselheiros por teleconferência.

§ 4º As sessões serão públicas, salvo nas hipóteses de sigilo legal.

§ 5º Será permitido ao advogado realizar sustentação oral por meio de teleconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, pelo prazo de 10 (dez) minutos, desde que o requeira até o dia anterior ao da sessão.

CAPÍTULO II DA VOTAÇÃO

Art. 60. Os Conselheiros deverão assinar e liberar os seus votos diretamente nos autos digitais do SAJMP, de acordo com as seguintes opções, conforme o Anexo III deste Regimento:

- I - acompanhar o voto do Relator;
- II - acompanhar o voto do Relator com ressalva de entendimento;
- III - manifestar o voto divergente;
- IV - acompanhar a divergência;
- V - arguir suspeição;
- VI - arguir impedimento;



VII - alterar o voto proferido;

VIII - aprovar o acordo de não persecução cível.

§ 1º Os votos serão computados na ordem cronológica das manifestações.

§ 2º Não havendo manifestação do Conselheiro no prazo do § 2º do art. 57, presume-se que o seu voto acompanha o voto do Relator.

Art. 61. Enquanto perdurar a sessão de julgamento virtual, os votos devem permanecer disponibilizados no SAJMP, restringindo-se a visualização exclusivamente aos membros do Conselho Superior, sendo vedada qualquer divulgação externa até a conclusão da decisão colegiada.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO VOTO

Art. 62. Antes da proclamação da decisão, o Relator poderá aditar ou alterar o seu voto, solicitando nova conclusão à Secretaria, mediante a retirada do procedimento da sessão de julgamento virtual e comunicação do ato aos demais Conselheiros, restituindo-se os prazos para votação, conforme o Anexo III deste Regimento.

Art. 63. Proclamada a decisão, os Conselheiros somente poderão alterá-la:

I - para corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais;

II - por meio de recurso ao Colégio de Procuradores, observando-se o disposto no art. 9º, VII, alínea “j”, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e no art. 494 do Código de Processo Civil.

CAPÍTULO IV

DO ENCERRAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 64. Os autos digitais serão transferidos automaticamente para a fila de votação encerrada após o transcurso do prazo previsto no § 2º do art. 57 e em seguida serão restituídos à Secretaria do Conselho.

Parágrafo único. O resultado do julgamento virtual será certificado nos autos digitais pelo apoio administrativo do Conselho.

CAPÍTULO V

DA EXECUÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

Art. 65. A Secretaria cumprirá as deliberações do Conselho, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento do julgamento, devendo providenciar:

I - a expedição dos ofícios necessários;

II - a remessa dos procedimentos votados aos respectivos órgãos.

Parágrafo único. Homologado o arquivamento de inquérito civil, procedimento preparatório ou rejeitado recurso em notícia de fato, o sigilo será suspenso, salvo decisão fundamentada do Conselho Superior estipulando a sua manutenção.

TÍTULO III

DA ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO

CAPÍTULO I

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 66. Estará impedido de atuar no procedimento o Conselheiro que incidir nas seguintes hipóteses:

I - tenha lançado nos autos de inquérito, procedimento preparatório, procedimento administrativo ou recursos qualquer manifestação de mérito sobre o caso em julgamento, exceto se a manifestação ocorreu já na qualidade de Conselheiro;

II - tenha qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, atuando no feito;

III - seja parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;

IV - figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços;



V - figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório;
VI - promova ação contra a parte ou seu advogado, fora de suas atribuições funcionais.

Art. 67. O Procurador-Geral de Justiça não poderá presidir o julgamento nem proferir voto, nos seguintes casos:

- I - se a promoção de arquivamento for de sua autoria ou o ato a ser decidido pelo Conselho Superior tenha sido praticado pelo Procurador-Geral de Justiça no exercício de atribuição originária;
- II - se houver previamente oficiado no procedimento na qualidade de Conselheiro;
- III - se o arquivamento for encaminhado por membro que atuou no exercício de atividade delegada em casos de atribuições originárias do Procurador-Geral de Justiça.

CAPÍTULO II DA SUSPEIÇÃO

Art. 68. Haverá suspeição para atuar no procedimento se o Conselheiro incidir nas seguintes hipóteses:

- I - seja amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados;
- II - receba presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o procedimento, ou aconselhe alguma das partes acerca do objeto da causa;
- III - quando qualquer das partes for credora ou devedora sua, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive;
- IV - seja interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

Art. 69. Poderá o Conselheiro declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de justificar suas razões.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO DA ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO

Art. 70. O Conselheiro deverá declarar o seu impedimento ou a sua suspeição, por escrito ou oralmente, no início da sessão ou do sorteio do Relator, conforme o art. 60, incisos V e VI, deste Regimento.

Parágrafo único. Caso seja sorteado Relator, far-se-á novo sorteio, observada a posterior compensação.

Art. 71. A parte interessada poderá arguir o impedimento ou a suspeição do Conselheiro em petição fundamentada e devidamente instruída com documentos e rol de testemunhas, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da citação ou de fato superveniente que provocou o impedimento ou a suspeição.

§ 1º Apresentada a petição de arguição de qualquer Conselheiro, exceto o Relator, este a receberá e determinará o seu imediato encaminhamento à Secretaria para autuação e distribuição, competindo ao Relator sorteado determinar a intimação do Conselheiro arguido, mediante encaminhamento de contrafé, para que, em 15 (quinze) dias, preste informações, junte documentos ou ofereça rol de testemunhas.

§ 2º Não sendo reconhecida a arguição, o Relator determinará a produção de provas que entenda necessárias ou incluirá o feito em pauta de julgamento.

Art. 72. Na hipótese de a arguição ser alegada de ofício ou contra o Relator, este, reconhecendo-a, fará sua juntada aos autos e os devolverá à Secretaria para redistribuição, por sorteio, mediante posterior compensação.

Parágrafo único. Não sendo reconhecida a arguição, o Relator, em 15 (quinze) dias, fundamentará sua decisão, instruindo-a com documentos e rol de testemunhas e, no mesmo prazo, encaminhará a arguição à Secretaria para autuação e distribuição, por sorteio, competindo ao Relator sorteado determinar a produção de provas que entenda necessárias ou incluir o feito em pauta para julgamento.

Art. 73. Decidido o procedimento da arguição, os autos serão apensados ao procedimento do pedido principal.

§ 1º A apresentação de arguição em face do Relator suspenderá o curso do procedimento principal, até decisão do órgão colegiado, permanecendo os autos vinculados ao Relator.

§ 2º A apresentação de arguição em face de Conselheiro que não o Relator não suspenderá o curso do procedimento principal, devendo, entretanto, a arguição ser apreciada preliminarmente pelo órgão colegiado.



Art. 74. Ocorrido fato justificador, até 5 (cinco) dias antes da data do julgamento, a arguição poderá ser feita oralmente, durante a sessão de julgamento, hipótese em que deverá constar da ata.

§ 1º Apresentada a arguição, o Conselheiro arguido manifestar-se-á e, caso a aceite, estará afastado do julgamento, que seguirá o seu rito regular.

§ 2º Proposta a arguição em face do Relator e caso este a aceite, a sessão será suspensa, encaminhando-se os autos à Secretaria para redistribuição.

§ 3º Em caso de não aceitação, a sessão será suspensa, adotando-se as providências previstas no artigo anterior, com remessa da ata da sessão e documentos pertinentes à Secretaria para distribuição da arguição a outro Conselheiro, que será o novo Relator.

Art. 75. Decidindo o órgão colegiado pela procedência da arguição, o Conselheiro ficará impedido de atuar no processo.

Parágrafo único. No caso de arguição em face do Relator do processo, os autos serão devolvidos à Secretaria do Conselho para redistribuição, por sorteio, observada a posterior compensação.

Art. 76. Sendo a decisão do órgão colegiado pela improcedência, restituir-se-ão ao Conselheiro ou ao Relator todos os direitos inerentes ao exercício de sua função quanto ao julgamento do procedimento principal.

Art. 77. Nas hipóteses de impedimento e suspeição, o Procurador-Geral de Justiça será substituído, de forma automática e sucessiva, pelo Vice-Presidente do Conselho e, na falta ou ausência deste, pelo membro do Conselho mais antigo na segunda instância, salvo em relação às matérias de gestão administrativa, aplicando-se neste caso o disposto no art. 2º, inciso I, deste Regimento Interno.

Art. 78. O Corregedor-Geral do Ministério Público, em caso de impedimento ou suspeição, será substituído pelo Vice-Presidente do Conselho e, na falta ou ausência deste, pelo membro do Conselho mais antigo na segunda instância.

LIVRO V

DAS COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS RELATIVAS A DIREITOS INSTITUCIONAIS

TÍTULO I

DAS PROMOÇÕES E REMOÇÕES

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 79. A promoção e a remoção são formas de provimento derivado dos cargos do Ministério Público.

§ 1º Não se destinando o cargo a ser provido por concurso de ingresso, reintegração, reversão ou aproveitamento, far-se-á o provimento por concurso de promoção e remoção.

§ 2º As indicações para promoções e remoções serão realizadas em sessão pública, em votação nominal, aberta e fundamentada.

§ 3º Todos os debates e os fundamentos da votação serão registrados e postos à disposição do público, preferencialmente em sistema eletrônico, inclusive com transmissão de áudio ou de vídeo na rede interna de computadores do Ministério Público.

Art. 80. As promoções e remoções serão feitas, alternadamente, por antiguidade e merecimento, observado o seguinte:

I - a promoção será sempre da entrância especial para a entrância final, ou da primeira instância para a segunda;

II - a remoção voluntária será sempre para cargo de igual entrância, ressalvado o disposto no Título V, “Das disposições finais e transitórias”, art. 231-A, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

Parágrafo único. A promoção por antiguidade ou merecimento será sempre voluntária e a remoção poderá ser voluntária, compulsória ou por permuta.

Art. 81. O cargo de Procurador de Justiça será preenchido por promoção pelos critérios de antiguidade ou merecimento de membro do Ministério Público da entrância final, mediante inscrição.

Art. 82. As vagas serão providas uma a uma, ainda que existam várias a serem preenchidas.



CAPÍTULO II DA ALTERNÂNCIA DOS CRITÉRIOS DE ANTIGUIDADE E MERECIMENTO

Art. 83. Tendo em vista a necessidade e o interesse público, o Procurador-Geral de Justiça, observada a alternância dos critérios de merecimento e antiguidade, deliberará as vagas a serem preenchidas em primeiro lugar, expedindo-se aviso com prazo de 3 (três) dias para inscrição dos candidatos.

§ 1º A remoção a pedido dar-se-á alternadamente, por antiguidade e merecimento, em processo regularmente instaurado, e precederá ao provimento inicial, bem como à promoção por merecimento.

§ 2º O Conselho expedirá o edital para o preenchimento do cargo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, depois de verificada a vaga para remoção ou promoção, salvo motivo de interesse público.

§ 3º Do aviso constará o critério de provimento, o prazo e o cargo a ser preenchido.

§ 4º O aviso para inscrição às vagas existentes na carreira do Ministério Público será publicado no DOMP.

§ 5º O prazo de 3 (três) dias para a inscrição será contado a partir do dia útil seguinte ao da publicação da informação no DOMP, de forma ininterrupta, sem suspensão ou prorrogação, aplicando-se o disposto no art. 224 do Código de Processo Civil.

Art. 84. O Presidente encaminhará à Secretaria, com antecedência necessária, a relação dos cargos vagos a serem preenchidos e a fixação dos respectivos critérios.

Parágrafo único. A Secretaria providenciará a publicação dos avisos, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados do recebimento, para ciência dos interessados em participar dos concursos de promoção e remoção.

CAPÍTULO III DAS INSCRIÇÕES

Art. 85. Os candidatos interessados em participar dos concursos de promoção ou remoção devem apresentar requerimento dirigido ao Presidente do Conselho, declarando que atendem às seguintes condições da inscrição:

I - contar com 2 (dois) anos de exercício na respectiva entrância e integrar a primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago, caso em que se complementar a fração incluindo os quintos sucessivos;

II - estar com o serviço em dia, salvo por motivo justificado;

III - não ter dado causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 12 (doze) meses anteriores ao pedido, e assim o declarar expressamente no requerimento de inscrição;

IV - não ter sofrido penalidade disciplinar no período de 1 (um) ano anterior ao pedido de inscrição respectivo;

V - não ter sido removido por permuta no período de 6 (seis) meses anterior ao pedido de inscrição.

§ 1º A inscrição será considerada suficiente manifestação de interesse do candidato.

§ 2º Somente serão apreciados os requerimentos de inscrição que tenham sido apresentados pelo sistema eletrônico do Ministério Público, até o último dia do prazo.

§ 3º Não poderá concorrer à promoção o membro do Ministério Público que:

I - estiver em disponibilidade por motivos de interesse público;

II - responder a processo administrativo disciplinar por infração que possa acarretar demissão ou não vitaliciamento.

Art. 86. Sendo a quinta parte da antiguidade um número fracionário igual ou superior a 0,5 (meio), haverá arredondamento para o número inteiro seguinte.

Art. 87. A lista dos inscritos será publicada no DOMP, dando ciência aos interessados.

Art. 88. O Presidente do Conselho solicitará informações sobre os candidatos inscritos para promoção ou remoção pelos critérios de antiguidade ou merecimento aos seguintes órgãos:

I - Secretaria de Gestão de Pessoas, que deverá juntar a lista de antiguidade atualizada, especificando o período de permanência dos Promotores de Justiça na comarca a partir da última remoção, bem como os documentos e informações pertinentes no prazo de 10 (dez) dias;

II - Corregedoria-Geral do Ministério Público, que deverá prestar as informações pertinentes no prazo de 15 (quinze) dias.



CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO DO MÉRITO NA CORREGEDORIA-GERAL

Art. 89. A Corregedoria-Geral do Ministério Público colocará à disposição dos Conselheiros, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do procedimento, os seguintes documentos:

I - as FAPRES;

II - o levantamento numérico das atividades funcionais dos candidatos nas Promotorias de Justiça, nos órgãos da Administração Superior e órgãos auxiliares, correspondente ao período dos 2 (dois) últimos anos de exercício;

III - as informações eventualmente encaminhadas pelos candidatos.

Parágrafo único. A FAPRE e o levantamento numérico das atividades funcionais de cada candidato integram o Regimento Interno do Conselho Superior como Anexo I e Anexo II, respectivamente.

Art. 90. A atualização dos registros na Corregedoria-Geral será realizada considerando:

I - os documentos e trabalhos de relevância jurídica elaborados pelo Promotor de Justiça;

II - as referências mencionadas no pedido de inscrição do interessado no concurso de promoção ou remoção;

III - as anotações resultantes de fiscalização permanente dos Procuradores de Justiça e as referências em julgados dos Tribunais;

IV - as observações feitas em correições e visitas de inspeção;

V - os relatórios mensais com menção a volume, presteza e pontualidade dos serviços a seu cargo;

VI - os conceitos obtidos durante o estágio probatório;

VII - o tempo de efetivo exercício do cargo;

VIII - as informações e os documentos encaminhados pelos candidatos inscritos, desde que apresentados até o fim do prazo do respectivo aviso de abertura do concurso;

IX - outras informações pertinentes.

Art. 91. A Corregedoria-Geral do Ministério Público centralizará a coleta de dados para a avaliação do desempenho, segundo critérios objetivos, observando para elaboração da FAPRE e do relatório de atividades:

I - a produtividade;

II - a presteza no exercício das atribuições; e

III - o aperfeiçoamento técnico.

Art. 92. Finalizado o processo de levantamento de dados dos candidatos inscritos, a Corregedoria-Geral do Ministério Público devolverá os autos à Secretaria do Conselho.

CAPÍTULO V DAS IMPUGNAÇÕES E DESISTÊNCIAS DAS INSCRIÇÕES

Art. 93. No prazo de 1 (um) dia, contado da publicação da lista dos inscritos no DOMP, permitir-se-á a interposição de impugnações dos candidatos ou desistências das inscrições.

Parágrafo único. Serão consideradas extemporâneas as impugnações e desistências apresentadas no sistema eletrônico do Ministério Público depois de decorrido o prazo fixado neste artigo.

Art. 94. As impugnações e desistências referentes à lista dos inscritos deverão ser protocoladas na Procuradoria-Geral de Justiça e dirigidas, em petição fundamentada, ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público.

§ 1º As impugnações serão decididas pelo Conselho Superior antes do deferimento das inscrições.

§ 2º As desistências não se submetem à deliberação do Colegiado, que deverá proceder à homologação, antes do deferimento das inscrições.

Art. 95. Será conhecida a inscrição de candidato que:

I – requerer sua inscrição no prazo de 3 (três) dias, a contar da publicação do aviso na imprensa oficial, devendo constar do requerimento estar com o serviço em dia, salvo por motivo justificado;

II - não tenha dado causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 12 (doze) meses anteriores ao pedido, e assim o declarar expressamente no requerimento de inscrição;

III - não tenha sofrido pena disciplinar no período de 1 (um) ano anterior ao pedido de inscrição respectivo;

IV - não tenha sido removido por permuta no período de 6 (seis) meses anterior ao pedido de inscrição;

V - possuir 2 (dois) anos de exercício na respectiva entrância ou categoria, salvo se não houver outro inscrito;



VI - integre a primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver outro candidato ou ocorrer recusa ou renúncia, caso em que se complementar a fração incluindo-se outros integrantes da categoria na sequência da ordem de antiguidade.

Art. 96. Não será conhecida a inscrição para procedimento de promoção do candidato que estiver em disponibilidade por motivos de interesse público.

Art. 97. Não poderá concorrer à promoção por merecimento o membro que estiver afastado de suas funções em razão do exercício de cargo eletivo ou público permitido por lei.

Art. 98. O membro do Ministério Público que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar por infração que possa acarretar demissão ou não vitaliciamento não poderá concorrer à promoção.

Art. 99. Não poderá ser renovado idêntico pedido de remoção por permuta antes de decorrido o prazo de 2 (dois) anos da permuta anterior, verificado na data da inscrição.

Art. 100. Decididas as impugnações e homologadas as desistências, se houver, terá início o julgamento do concurso de promoção ou remoção, em sessão pública, por meio de votação nominal, aberta e fundamentada.

§ 1º Nas promoções ou remoções pelos critérios de merecimento ou de antiguidade, inicia-se o julgamento com o voto do Conselheiro-Relator.

§ 2º Votará em segundo lugar o Corregedor-Geral do Ministério Público, transcorrendo a votação dos Conselheiros observado o critério de antiguidade, votando-se em penúltimo lugar o Secretário do Conselho Superior do Ministério Público e ao final o Procurador-Geral de Justiça.

§ 3º Proferido o voto do Relator, será facultado aos Conselheiros proferirem oralmente o voto ou apresentarem voto escrito.

CAPÍTULO VI DA SUSPENSÃO

Art. 101. O concurso de promoção ou remoção poderá ser suspenso mediante manifestação do Procurador-Geral de Justiça, em qualquer caso, ou a requerimento do Relator, exclusivamente no concurso de merecimento.

Parágrafo único. Havendo suspensão do concurso de promoção ou remoção, os concursos subsequentes, direta ou indiretamente relacionados, serão suspensos até decisão daquele.

TÍTULO II DA ANTIGUIDADE CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 102. A antiguidade, para efeito de promoção ou remoção, será determinada pelo tempo de efetivo exercício na entrância ou, em se tratando de Promotor de Justiça Substituto, no cargo, segundo o quadro geral de que trata o art. 15, inciso XII, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

§ 1º Para os fins deste artigo, consideram-se as alterações ocorridas no quadro geral de antiguidade, em qualquer hipótese de vacância, até o encerramento do prazo das inscrições.

§ 2º Ocorrendo empate na classificação por antiguidade, terá preferência, sucessivamente:

I - o mais antigo na carreira do Ministério Público;

II - o que não tiver sofrido nenhuma punição;

III - o mais idoso.

§ 3º O tempo de afastamento por disponibilidade decorrente de punição não será computado para efeito de promoção ou remoção.

§ 4º A remoção por permuta impede, pelo período de 6 (seis) meses, as promoções por antiguidade e merecimento.

§ 5º O desempate entre Promotores de Justiça Substitutos com o mesmo tempo de exercício far-se-á segundo a classificação obtida no concurso de ingresso na carreira.



CAPÍTULO II DO QUADRO GERAL DE ANTIGUIDADE

Art. 103. O quadro geral de antiguidade será aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 15, inciso XII, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

Art. 104. O Procurador-Geral de Justiça publicará, anualmente, até o dia 31 de janeiro, o quadro geral de antiguidade dos integrantes do Ministério Público.

§ 1º As reclamações concernentes ao quadro geral de antiguidade deverão ser formuladas por escrito e fundamentadamente, no prazo de 10 (dez) dias, contados da sua publicação.

§ 2º Registradas, autuadas e distribuídas as reclamações, serão elas levadas à apreciação do Conselho Superior na próxima sessão ordinária.

CAPÍTULO III DA RECUSA DE CANDIDATO À PROMOÇÃO OU REMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

Art. 105. Antes de fazer a indicação dos candidatos a promoção ou remoção por antiguidade, o Conselho Superior deliberará sobre a admissibilidade dos pedidos.

Art. 106. O Conselho Superior poderá recusar o membro do Ministério Público mais antigo por 2/3 (dois terços) de seus integrantes, em razão do interesse do serviço, obstando a promoção ou remoção por antiguidade, nos termos do art. 15, § 3º, da Lei Federal nº 8.625/1993, e do art. 15, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, assim como deste Regimento Interno.

§ 1º O ato que obstar a promoção por antiguidade será escrito e fundamentado.

§ 2º A recusa poderá ser proposta por qualquer membro do Conselho Superior e, uma vez aprovada, será publicada para conhecimento do interessado e eventual impugnação recursal.

§ 3º Recusado o membro mais antigo, antes de repetir-se a votação para a indicação cabível, aguardar-se-á o decurso do prazo para interposição de recurso perante o Colégio de Procuradores de Justiça ou o julgamento deste.

§ 4º A recusa apenas impede o provimento imediato da vaga objeto do recurso ou da primeira das vagas para as quais eventualmente tenha se inscrito o candidato recusado.

Art. 107. Mantida a recusa pelo Colégio de Procuradores de Justiça, aplicar-se-á o disposto neste Título em relação ao segundo candidato mais antigo da lista dos inscritos e assim sucessivamente.

Art. 108. Inexistindo recusa ou se esta não for confirmada pelo Colégio de Procuradores, o Procurador-Geral expedirá o ato de remoção ou promoção por antiguidade.

TÍTULO III DO MERECIMENTO CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 109. O merecimento será apurado pela atuação do membro do Ministério Público da seguinte forma:

I - na promoção e remoção para cargos de primeira instância, o merecimento será apurado pela atuação do membro do Ministério Público em toda a carreira;

II - na promoção para o cargo de Procurador de Justiça, o merecimento será apurado exclusivamente na entrância final.

§ 1º Antes da remessa do procedimento para o Conselheiro-Relator, a Secretaria do Conselho Superior deverá expedir certidão em que conste a figuração em lista tríplice dos candidatos em concursos de remoção ou promoção anteriores, se houver, especificando a modalidade do certame, a data, a comarca, a entrância, bem como o número de vezes que integrou a lista tríplice.

§ 2º Antes de iniciar as votações para composição das listas tríplices para promoção ou remoção por merecimento, a Secretaria de Gestão de Pessoas encaminhará ao Conselho Superior a ficha funcional de cada candidato e a lista de antiguidade, devidamente atualizadas, especificando o período de permanência dos Promotores de Justiça na comarca desde a última remoção.



Art. 110. A promoção por merecimento pressupõe 2 (dois) anos de exercício na respectiva entrância ou categoria e integrar o Promotor de Justiça a primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago ou se ocorrer recusa ou renúncia expressa ou tácita.

Parágrafo único. Se nenhum integrante da primeira quinta parte da lista de antiguidade manifestar interesse, buscar-se-ão candidatos nos quintos subsequentes, considerando o número total de integrantes da respectiva entrância.

Art. 111. O Promotor de Justiça poderá encaminhar à Corregedoria-Geral do Ministério Público as informações que entender convenientes, de forma a complementar o seu formulário com dados objetivos que comprovem seu merecimento.

Art. 112. Os assentamentos relativos às atividades funcionais e à conduta dos membros do Ministério Público para fins de apuração de seu merecimento, serão coligidos em seu prontuário individual.

Art. 113. A Secretaria do Conselho realizará, mediante sistema informatizado, o sorteio de um Relator para cada procedimento de aferição do merecimento.

CAPÍTULO II DA AFERIÇÃO DO MERECIMENTO

Art. 114. O merecimento será aferido pelos Conselheiros com base no desempenho funcional do candidato inscrito, mediante utilização de critérios objetivos de produtividade, presteza, bem como a frequência e o aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento técnico, conforme registros elaborados e atualizados pela Corregedoria-Geral.

§ 1º O procedimento de aferição do merecimento tramitará em autos próprios, relativamente a cada cargo em concurso.

§ 2º O procedimento será instruído com o requerimento de inscrição, a FAPRE, o relatório de atividades e eventuais documentos apresentados pelos candidatos tempestivamente.

Art. 115. Na votação, os integrantes do Conselho Superior deverão declarar os fundamentos de sua convicção, com menção individualizada dos critérios objetivos utilizados na escolha, referentes ao desempenho funcional do membro do Ministério Público, concernentes:

I - à produtividade, envolvendo os aspectos da eficiência, da resolutividade, do impacto social e da unidade institucional;

II - à presteza no exercício das atribuições;

III - à frequência e ao aproveitamento em cursos oficiais, ou reconhecidos de aperfeiçoamento técnico.

Art. 116. O desempenho funcional quanto ao critério da produtividade será aferido sob os seguintes aspectos:

I - número de audiências judiciais, extrajudiciais e públicas realizadas;

II - número de manifestações judiciais e extrajudiciais proferidas;

III - número de reuniões e sessões administrativas realizadas;

IV - número de manifestações em procedimentos de gestão administrativa;

V - tempo médio de processo em gabinete;

VI - eficiência no desempenho de suas funções;

VII - estrutura de trabalho e de funcionamento, como recursos humanos, tecnologia, instalações físicas e recursos materiais;

VIII - participação em atividades ministeriais que tenham trazido efetivo impacto social;

IX - atuação resolutiva, mediante a solução extrajudicial do conflito, da controvérsia ou da situação de lesão ou ameaça, viabilizando resolução mais célere, econômica, implementável e eficaz, contribuindo para diminuir a litigiosidade;

X - cumprimento de metas do Plano Estratégico Institucional e orientações dos Centros de Apoio Operacional, Núcleos e Grupos de Atuação Especial visando à unidade institucional;

XI - atuação extraordinária no exercício de cargo ou função relevante ou em atividade funcional que busque o fortalecimento da unidade institucional;

XII - reconhecimentos decorrentes da atuação ministerial, registrados na ficha funcional;

XIII - desenvolvimento de projetos e sistemas informatizados para otimizar a atividade ministerial.



Art. 117. O desempenho funcional quanto ao critério da presteza deverá ser avaliado sob os seguintes aspectos:

I - dedicação, definida a partir de ações como:

- a) assiduidade ao expediente;
- b) pontualidade nas audiências e nas sessões; e
- c) atendimento de atos emanados dos órgãos superiores da unidade ministerial e cumprimento dos respectivos prazos;

II - celeridade no exercício da atividade ministerial, considerando-se:

- a) a observância dos prazos judiciais, extrajudiciais e administrativos, computando-se o número de processos com prazo vencido e os atrasos injustificáveis; e
- b) o tempo médio para a prática de atos.

Art. 118. Na avaliação do desempenho funcional quanto ao critério do aperfeiçoamento técnico, serão considerados:

I - a frequência e o aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos pelas escolas institucionais, fundacionais ou associativas do Ministério Público, da Magistratura, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil, de Governo ou de instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), considerando a contribuição para a atuação resolutiva e privilegiando as capacitações específicas na área de atuação;

II - a ministração de aulas, de palestras, de conferências e de cursos com o objetivo de promover as atividades do Ministério Público, desde que sem remuneração; e

III - os livros jurídicos, textos e artigos publicados em revistas do Ministério Público e em periódicos de qualidade reconhecida pelos extratos mais elevados da classificação oficial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

CAPÍTULO III

DAS PRERROGATIVAS DA REMANESCÊNCIA

Art. 119. Os remanescentes de lista anterior de merecimento possuem a prerrogativa de terem os seus nomes avaliados em primeiro lugar para compor a lista tríplice.

Parágrafo único. A remanescência não configura direito subjetivo à inserção em lista tríplice de merecimento, podendo o candidato remanescente não ser incluído nas hipóteses de:

- I - concorrer com candidato que tenha melhores qualificações;
- II - ocorrerem causas supervenientes impeditivas da promoção ou remoção.

Art. 120. É obrigatória a promoção ou remoção do integrante do Ministério Público que figure por 3 (três) vezes consecutivas ou 5 (cinco) vezes alternadas em lista de promoção ou remoção por merecimento.

§ 1º A consecutividade só se considerará interrompida se o candidato der causa a sua não indicação, direta ou indiretamente.

§ 2º Havendo mais de um candidato com direito a promoção ou remoção obrigatória, a escolha recairá sobre o mais antigo no cargo.

§ 3º O candidato remanescente da lista anterior será analisado em primeiro lugar e somente poderá ser promovido ou removido se não concorrer com candidato que esteja em quinta parte anterior, ainda que seja a terceira vez consecutiva ou a quinta alternada que figure na lista.

CAPÍTULO IV

DA ADMISSIBILIDADE DA INSCRIÇÃO

Art. 121. Antes da votação para a formação da lista tríplice por merecimento, o Conselho Superior deliberará sobre a admissibilidade dos pedidos.

Parágrafo único. A admissibilidade das inscrições dos candidatos será deferida exclusivamente em relação àqueles Promotores de Justiça que atenderem aos requisitos legais, salvo se não houver inscritos que atendam a tais requisitos no concurso em julgamento.

CAPÍTULO V

DA COMPOSIÇÃO DA LISTA TRÍPLICE



Art. 122. A lista tríplice de promoção ou remoção por merecimento será composta pelos integrantes do Ministério Público que obtiverem a maioria de votos.

§ 1º A votação far-se-á linearmente, em 3 (três) rodadas distintas, de forma nominal e individual, de um candidato para cada vaga na lista de promoção ou remoção por merecimento, observada a antiguidade em caso de empate.

§ 2º A lista será organizada, respeitada a ordem de votação, mediante a indicação de cada integrante separadamente, constando o número de votos obtidos e quantas vezes os indicados tenham entrado em listas anteriores.

Art. 123. Em primeiro escrutínio, o Conselho Superior examinará exclusivamente o nome dos remanescentes de lista anterior, garantindo-se a prerrogativa de análise preferencial do mérito funcional, vedada a inclusão de candidato estreante nessa fase.

§ 1º Consideram-se remanescentes de lista os candidatos que figuraram anteriormente em listas tríplices, alternadas ou consecutivas.

§ 2º A consecutividade ou alternância serão aferidas separadamente conforme listas tríplices específicas para os concursos de promoção e remoção.

§ 3º Não será remanescente o candidato que figurou exclusivamente em lista tríplice de promoção, quando se tratar de concurso de remoção.

§ 4º Estará afastada a remanescência do candidato que figurou somente em lista tríplice de remoção, quando se tratar de concurso de promoção.

§ 5º Se o número de remanescentes de lista anterior for superior a 3 (três), far-se-á prévio escrutínio em relação a todos eles, considerando-se incluídos na lista os que obtiverem a maioria de votos.

§ 6º No caso do § 5º, se a lista ficar completa, os que não tenham obtido a votação necessária para integrá-la não perderão a qualidade de remanescentes para concorrer à vaga seguinte.

Art. 124. Em segundo escrutínio, na hipótese de haver vagas para a composição da lista tríplice, será iniciada a votação destinada aos candidatos estreantes.

Parágrafo único. A votação realizar-se-á, fundamentadamente, mediante a indicação de um candidato estreante para cada posição na lista de merecimento, votando-se separadamente o nome dos novos integrantes.

Art. 125. Não sendo caso de promoção obrigatória, a escolha recairá no membro mais votado, observada a ordem dos escrutínios, prevalecendo, em caso de empate, a antiguidade na entrância ou categoria, salvo se preferir o Conselho delegar a competência ao Procurador-Geral de Justiça, nos termos do art. 62, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

CAPÍTULO VI DAS CAUSAS INTERRUPTIVAS DA REMANESCÊNCIA

Art. 126. A desistência de promoção ou remoção por merecimento será considerada causa interruptiva da consecutividade nas indicações.

Parágrafo único. Em caso de desistência de promoção ou remoção que obrigue a refazer-se a lista de merecimento, as indicações anuladas não serão consideradas para quaisquer fins, inclusive aferição de consecutividade.

Art. 127. A superveniência de promoção ou remoção, qualquer que seja o critério, interrompe a remanescência, cessando o direito de análise preferencial para integrar a lista tríplice de merecimento nos respectivos concursos, bem como a consecutividade e a alternância para fins de movimentação obrigatória.

§ 1º Após a movimentação na carreira, a remanescência será computada somente a partir de novas figurações em lista de merecimento.

§ 2º As listas de candidatos remanescentes nos concursos de promoção ou remoção serão analisadas separadamente em cada modalidade de movimentação na carreira, sendo vedado o aproveitamento da inserção do membro em uma lista tríplice para concurso diverso.

Art. 128. Encerrada a votação, o Secretário do Conselho Superior do Ministério Público encaminhará ao Procurador-Geral de Justiça a lista tríplice contendo os nomes indicados para a promoção por merecimento, comunicando-lhe a ordem dos escrutínios, o número de votos obtidos e quantas vezes os indicados entraram em listas anteriores, nos termos do art. 69 da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.



TÍTULO IV
DA REMOÇÃO VOLUNTÁRIA
CAPÍTULO ÚNICO
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 129. A remoção do membro do Ministério Público poderá ser a pedido para cargo de igual entrância que esteja vago, ressalvado o direito transitório dos membros lotados em Dourados, Três Lagoas e Corumbá na data da reclassificação das comarcas, conforme o disposto no Título V, “Das disposições finais e transitórias”, art. 231-A, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

Art. 130. É vedada a remoção a pedido, para outra Promotoria de Justiça, do membro do Ministério Público que tenha sido promovido ou removido voluntariamente no período de 3 (três) anos anterior ao pedido de inscrição, salvo se não houver outro inscrito.

Parágrafo único. A admissibilidade das inscrições dos candidatos será deferida exclusivamente em relação àqueles Promotores de Justiça que atenderem aos requisitos legais, salvo se não houver outro inscrito que atenda a tal requisito no concurso em julgamento.

Art. 131. A remoção a pedido dar-se-á alternadamente por antiguidade e merecimento, em processo regularmente instaurado e precederá ao provimento inicial, bem como à promoção por merecimento, aplicando-se, no que couber, as regras da promoção, da seguinte forma:

I - a ocorrência de vaga depois do procedimento de que trata o *caput* será provida por novo procedimento de remoção, observados os critérios alternados estabelecidos também no *caput* deste artigo, destinando-se a seguinte, obrigatoriamente, ao provimento por promoção;

II - o procedimento para a segunda remoção, que antecede a promoção nos termos do inciso I, será instruído com edital único que consignará o prazo de 3 (três) dias para inscrição e, inexistindo interessados na remoção, serão apreciados os requerimentos dos inscritos à promoção.

TÍTULO V
DA REMOÇÃO POR PERMUTA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 132. A remoção por permuta far-se-á por ato do Procurador-Geral de Justiça, a pedido dos interessados, ouvido o Conselho Superior, aplicando-se, no que couber, as condições da inscrição previstas neste Regimento.

§ 1º A permuta entre integrantes do Ministério Público será concedida aos interessados da mesma carreira, instância e entrância, preservada a respectiva antiguidade no cargo.

§ 2º O requerimento será admitido se, quando for formulado, os órgãos ministeriais a cargo dos interessados não se encontrarem em situação de acúmulo injustificado de processos.

CAPÍTULO II
DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

Art. 133. A permuta dependerá de pedido conjunto assinado pelos pretendentes e será admitida se possuírem 2 (dois) anos de exercício na respectiva entrância ou categoria e estiverem com o serviço em dia, assim declarado no requerimento escrito.

Parágrafo único. Caso não preencham os requisitos deste artigo, os interessados poderão apresentar justificativa ao Conselho Superior, que deliberará sobre a admissibilidade da permuta.

Art. 134. O Presidente do Conselho encaminhará à Secretaria o pedido de remoção por permuta para a publicação no DOMP.

§ 1º Os interessados poderão apresentar eventual impugnação, no prazo de 3 (três) dias, contado da data da publicação.

§ 2º Findo o prazo de impugnações, a matéria será incluída na ordem do dia da próxima reunião ordinária.

Art. 135. A remoção por permuta somente poderá ser renovada decorrido o prazo de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato administrativo que a houver deferido.



§ 1º A publicação a que se refere o *caput* implica a assunção automática do serviço dos respectivos órgãos ministeriais.

§ 2º A assunção ao cargo de um dos removidos implica, automaticamente, a assunção do outro, independentemente de comunicação ou impedimento decorrente de férias ou outro afastamento.

Art. 136. O Promotor de Justiça que tenha sido removido por permuta deverá observar o decurso do prazo de 6 (seis) meses, contados da remoção, para realizar pedido de inscrição para concorrer à promoção, conforme o art. 63, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

Art. 137. A remoção por permuta não confere aos permutantes o direito à ajuda de custo.

Parágrafo único. Fica sem efeito a permuta caso ocorra 1 (um) ano antes de vacância gerada por qualquer dos permutantes, em razão de aposentadoria voluntária ou compulsória, demissão, remoção voluntária, exoneração ou posse em outro cargo público inacumulável.

Art. 138. Não será deferida a permuta se um dos interessados:

- I - houver sofrido sanção disciplinar no período de 1 (um) ano anterior ao pedido de permuta;
- II - houver sofrido remoção compulsória no período de 2 (dois) anos anteriores ao pedido de permuta;
- III - houver dado causa a adiamento de audiência nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao pedido;
- IV - estiver afastado por qualquer razão do efetivo exercício de seu cargo.

CAPÍTULO III DA APRECIACÃO

Art. 139. O Conselho Superior do Ministério Público apreciará os pedidos de permuta, deferindo-os ou não, conforme as vedações e os impedimentos previstos neste Regimento, bem como observando razões de interesse público e o aferimento de eventual violação às normas legais, desvio de finalidade ou abuso de direito.

TÍTULO VI DA REMOÇÃO COMPULSÓRIA E DA DISPONIBILIDADE CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 140. A disponibilidade e a remoção compulsória, para cargo de igual entrância, será efetuada por motivo de interesse público, mediante proposta exclusiva do Procurador-Geral de Justiça ao Conselho Superior do Ministério Público, que decidirá por 2/3 (dois terços) de seus membros, assegurada ampla defesa, na forma deste Regimento Interno.

Art. 141. A disponibilidade só será aplicável a membro vitalício do Ministério Público, nas seguintes hipóteses:

- I - escassa ou insuficiente capacidade de trabalho;
- II - conduta incompatível com o exercício do cargo, consistente em abusos, erros ou omissões que comprometam o membro do Ministério Público para o exercício do cargo ou acarretem prejuízo ao prestígio ou à dignidade da Instituição.

Art. 142. O procedimento destinado à remoção ou à disponibilidade compulsória será instaurado por iniciativa própria do Procurador-Geral de Justiça e poderá ser instruída com os seguintes atos:

- I - representação do Corregedor-Geral do Ministério Público;
- II - deliberação do Conselho, independentemente de representação, por provocação de quaisquer dos membros do Colegiado.

§ 1º A proposta apresentada por iniciativa própria do Procurador-Geral de Justiça, bem como a representação e a deliberação deverão qualificar o representado, indicar os fatos imputados, a previsão legal sancionadora e as provas que possam ou devam ser produzidas.

§ 2º Funcionará como Relator e presidirá a instrução o membro do Conselho sorteados em sistema informatizado.

§ 3º Em todos os casos, será assegurada ampla defesa ao interessado.

CAPÍTULO II DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS



Art. 143. A Secretaria do Conselho providenciará o sorteio do Relator, que presidirá o processo de remoção ou disponibilidade.

Parágrafo único. O Conselho indicará os funcionários que deverão secretariar os trabalhos.

Art. 144. Aplicar-se-ão as normas do processo administrativo ordinário, funcionando o Relator como presidente do processo.

Parágrafo único. O procurador ou defensor constituído será intimado dos atos e termos do procedimento por meio de publicação no DOMP e por meio eletrônico, conforme preceitua o art. 246 do Código de Processo Civil.

Art. 145. Compete ao Relator:

I - ordenar e dirigir o processo, determinando as providências e diligências necessárias ao seu andamento, fixando prazos para os respectivos atendimentos;

II - conceder vista dos autos aos interessados, observadas as hipóteses de sigilo;

III - submeter ao colegiado quaisquer questões de ordem para o bom andamento do processo;

IV - decidir os incidentes que não dependerem de pronunciamento do colegiado, bem como fazer executar as diligências necessárias ao julgamento do processo;

V - elaborar o voto, que conterá relatório, fundamentação e ementa;

VI - proceder à instrução do processo e realizar atos ou diligências tidos por necessários;

VII - manifestar-se sobre prescrições, decadências e intempestividades do feito, para decisão do órgão colegiado.

Art. 146. O processo e a produção de provas observarão, em casos de omissão, as normas do processo administrativo e do Código de Processo Civil.

CAPÍTULO III

DA ADMISSIBILIDADE DA REPRESENTAÇÃO

Art. 147. Antes de receber a representação, o Relator determinará a notificação pessoal do representado para, querendo, apresentar defesa preliminar, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 148. Oferecida ou não a defesa preliminar no prazo do art. 147, o Relator apresentará voto escrito a respeito da admissibilidade da representação, na sessão ordinária subsequente.

Art. 149. A decisão sobre a admissibilidade da representação será tomada pela maioria simples de votos dos presentes na sessão.

Art. 150. Admitida a representação, o Relator decidirá sobre a conveniência de recomendar o afastamento do representado, designando data para sua oitiva no prazo de 10 (dez) dias, determinando sua citação pessoal para comparecer em dia e hora previamente designados.

CAPÍTULO IV

DA INSTRUÇÃO

Art. 151. Ao representado, após sua oitiva, será concedido o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa prévia, juntar documentos e arrolar testemunhas até o número máximo de 3 (três), sem prejuízo de outras provas determinadas pelo Relator.

§ 1º O prazo a que alude o *caput* correrá mesmo estando o representado afastado de suas funções, salvo na hipótese de licença médica.

§ 2º Ao Relator é facultado admitir manifestação escrita do representado.

§ 3º As testemunhas arroladas na representação serão ouvidas antes das arroladas pela defesa.

§ 4º Qualquer Conselheiro poderá presenciar a colheita dos depoimentos, inclusive com formulação de perguntas, e sugerir a produção de provas, sempre sob a presidência do Relator.

Art. 152. O representado e seu defensor deverão ser intimados de todos os atos e termos do processo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, por meio de publicação no DOMP e por meio eletrônico, conforme preceitua o art. 246 do Código de Processo Civil, quando não o forem em audiência.



Art. 153. As audiências para instrução e julgamento dos feitos serão realizadas em local, dia e hora designados pelo Relator.

§ 1º Nas hipóteses previstas em lei em que a preservação do direito à intimidade assim o recomendar, as audiências poderão ser realizadas em caráter reservado, com a presença apenas dos Conselheiros, do Relator, das partes e de seus advogados.

§ 2º Da audiência será lavrado o termo, no qual deverá constar o nome da autoridade que houver presidido o ato, das partes e de seus respectivos advogados, se presentes, e ainda os requerimentos verbais eventualmente apresentados e todos os outros atos e ocorrências.

Art. 154. Encerrada a instrução, o Relator concederá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação das alegações finais escritas pelo representante e pelo representado.

CAPÍTULO V DO JULGAMENTO

Art. 155. Com ou sem as alegações finais, vencido o prazo, o Relator terá o prazo de 30 (trinta) dias para lançar o seu voto e encaminhar os autos à Secretaria do Conselho, para inclusão na pauta da sessão de julgamento imediata.

Parágrafo único. Antes da sessão de julgamento, o voto do Relator será distribuído aos demais Conselheiros com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Art. 156. Na sessão de julgamento, as partes poderão apresentar sustentação oral, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos, se manifestado o interesse até antes do início da sessão.

Parágrafo único. O Relator fará exposição de seu voto e a seguir os Conselheiros deverão votar.

Art. 157. Julgada improcedente a representação, será arquivado o respectivo procedimento na Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 158. Julgada procedente a representação, deliberando pela remoção compulsória, o Conselho Superior indicará a Promotoria de Justiça a ser provida.

§ 1º O representado e seu procurador serão intimados pessoalmente da decisão, salvo se for revel ou furtar-se à intimação, casos em que será o ato publicado no DOMP, com prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º O recurso será endereçado ao Colégio de Procuradores de Justiça sem a apreciação do seu cabimento pelo Conselho.

§ 3º A efetivação da remoção compulsória não influirá na alternância de critérios.

§ 4º Decorrido o período de 2 (dois) anos da remoção compulsória, poderá o interessado formular pedido de remoção voluntária ou por permuta.

Art. 159. Aplica-se à disponibilidade compulsória o mesmo procedimento adotado com relação à remoção compulsória.

Art. 160. Transitada em julgado a decisão que deliberou pela remoção compulsória ou pela disponibilidade, o procedimento será remetido ao Procurador-Geral de Justiça, para as providências cabíveis, sendo arquivado em seguida na Secretaria do Conselho.

Art. 161. O tempo de afastamento por disponibilidade não será computado para efeito de promoção ou remoção.

Art. 162. O processo deverá estar concluído em um período de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por igual prazo, contado a partir da deliberação que receber a representação.

TÍTULO VII DA OPÇÃO

Art. 163. Admite-se opção em decorrência de elevação da entrância da comarca onde lotado o membro do Ministério Público.



Art. 164. A elevação de entrância da comarca não acarreta a promoção do respectivo Promotor de Justiça, ficando-lhe assegurado o direito a perceber a diferença de vencimento e vantagens e de permanecer na comarca elevada.

Art. 165. Quando promovido o Promotor de Justiça da comarca cuja entrância houver sido elevada, poderá ele, no prazo de 10 (dez) dias, requerer ao Procurador-Geral de Justiça que sua promoção se efetive na comarca onde se encontre.

Parágrafo único. Assim que despachado o pedido, o Presidente o encaminhará ao Secretário, que incluirá a matéria na ordem do dia da próxima reunião.

Art. 166. A opção será indeferida pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior, se contrária aos interesses do serviço.

Art. 167. Não se admitirá a opção se houver reclassificação de todas as comarcas da mesma entrância, caso em que o Procurador-Geral de Justiça expedirá os atos necessários para as adequações legais.

Art. 168. Deferida a opção, o Procurador-Geral de Justiça expedirá novo ato de promoção e tornará sem efeito o anterior, contando-se da publicação da promoção invalidada a antiguidade na entrância.

Parágrafo único. Nesse caso, abrir-se-á novo concurso para provimento do cargo que então vagar.

TÍTULO VIII

DA COMISSÃO DE CONCURSO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 169. À Comissão de Concurso, com estrutura administrativa própria, órgão auxiliar de natureza transitória, incumbe realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, na forma do disposto nos arts. 38 a 40 da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

Art. 170. A Comissão de Concurso será composta pelo Procurador-Geral de Justiça, que a presidirá, e pelos seguintes integrantes:

I - em número paritário, por Procuradores e Promotores de Justiça, com mais de 10 (dez) anos de carreira e 35 (trinta e cinco) anos de idade, e respectivos suplentes, eleitos pelo Conselho;

II - um representante e um suplente da Magistratura;

III - um representante e um suplente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Mato Grosso do Sul.

§ 1º Os representantes da Magistratura e da Ordem Advogados do Brasil serão indicados pela respectiva instituição, mediante solicitação do Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º Na impossibilidade de compor as vagas reservadas aos Procuradores de Justiça, serão preenchidas por Promotores de Justiça, desde que preencham os requisitos do inciso I deste artigo.

CAPÍTULO II

DA ELEIÇÃO DA COMISSÃO DE CONCURSO

Art. 171. O Presidente comunicará o Conselho da abertura de concurso de ingresso na carreira na primeira reunião ordinária.

Parágrafo único. Será colocada em pauta, na primeira reunião ordinária seguinte, a eleição dos membros da Comissão de Concurso.

Art. 172. O Conselho Superior elegerá os membros da Comissão de Concurso e seus suplentes.

§ 1º A indicação recairá nos Procuradores e Promotores de Justiça mais votados e que tenham manifestado interesse em participar da Comissão de Concurso.

§ 2º Cada membro do Conselho votará em 3 (três) Procuradores e 3 (três) Promotores de Justiça.

§ 3º Em caso de empate, será indicado o mais antigo na carreira.

§ 4º Serão considerados suplentes os Procuradores e Promotores de Justiça mais votados na ordem decrescente.

§ 5º Terminada a votação, o Presidente proclamará o resultado.



Art. 173. Como requisitos para a escolha dos integrantes da Comissão de Concurso, o membro do Ministério Público não poderá:

I - estar afastado do exercício do cargo;

II - ser proprietário de qualquer curso de preparação de candidatos para o concurso de carreira jurídica e não ter exercido participação financeira, direção ou magistério nesses cursos, nos últimos 12 (doze) meses anteriores à abertura do concurso;

III - estar respondendo a processo disciplinar administrativo ou cumprindo penalidade imposta.

§ 1º Não poderão servir na Comissão de Concurso o cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, em linha reta, ou na colateral até o terceiro grau de qualquer candidato, enquanto durar o impedimento.

§ 2º Ao membro indicado como representante da Ordem dos Advogados do Brasil aplicam-se os mesmos critérios de impedimento previstos neste artigo.

TÍTULO IX

DA LICENÇA PARA FREQUENTAR CURSO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 174. Compete ao Conselho Superior autorizar o membro do Ministério Público para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no País ou no exterior, observada a conveniência, a oportunidade, a necessidade, a disponibilidade e os interesses da Instituição, desde que guardem relação com a função exercida pelo interessado.

§ 1º Ao receber o requerimento, o Presidente do Conselho Superior promoverá a instauração de procedimento de gestão administrativa, solicitando à Secretaria de Gestão de Pessoas as informações funcionais pertinentes e o número de membros no usufruto da licença integral, se houver.

§ 2º O Corregedor-Geral do Ministério Público será ouvido, previamente, sobre a regularidade do pedido formulado.

§ 3º A Secretaria do Conselho Superior, antes da remessa do procedimento ao Conselheiro-Relator, deverá certificar os deferimentos de licença para frequentar cursos anteriores, se houver, especificando se a licença foi concedida com ou sem prejuízo das funções, o período concedido e o efetivamente usufruído pelo interessado.

§ 4º Devidamente instruídos os autos, a Secretaria do Conselho Superior fará a distribuição mediante sorteio eletrônico a um Conselheiro, que será o Relator do procedimento.

Art. 175. A licença para frequentar curso de pós-graduação será deferida pelo período máximo de 2 (dois) anos, restringindo-se ao tempo de conclusão das disciplinas comprovadamente obrigatórias, nas seguintes modalidades:

I - licença com prejuízo parcial, com redução das atribuições funcionais, concedida no máximo a 4 (quatro) membros, permitindo-se a residência fora da comarca, preservando a continuidade do serviço, mediante o regime de trabalho remoto, com utilização de tecnologias de informação, desde que apresentada a concordância expressa do substituto automático e a especificação detalhada da divisão das tarefas, nos limites estabelecidos pelo Conselho Superior;

II - licença sem prejuízo, preservando a continuidade do serviço e funções, mediante o regime de trabalho remoto nas datas do afastamento, salvo situação excepcional, com utilização de tecnologias de informação, desde que apresentada a concordância expressa do substituto automático, autorizando-se o deslocamento da comarca no prazo máximo de 8 (oito) dias mensais, não se acumulando o período para os meses seguintes.

§ 1º As licenças com e sem prejuízo das funções somente serão conhecidas se houver a indicação, no próprio requerimento, do órgão de execução que exercerá a substituição do interessado no período da autorização, da respectiva concordância do substituto automático e da especificação da divisão de tarefas, formalizada em documento escrito e assinado por ambas as partes.

§ 2º Será garantida a participação em cursos de aperfeiçoamento por meio remoto, sem prejuízo das funções, mediante o oferecimento de aulas assíncronas e em formato de educação a distância (EaD).

§ 3º A licença com prejuízo parcial, prevista no inciso I, poderá, excepcionalmente, ser convertida em licença com prejuízo integral das funções por prazo determinado previamente pelo Conselho Superior, no limite máximo de 1 (um) ano, desde que comprovada a estrita necessidade de afastamento das atribuições.

Art. 176. A licença para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no País ou no exterior, obedecerá às seguintes normas:

I - será admitida para o membro do Ministério Público que conte com pelo menos 10 (dez) anos de efetivo exercício na carreira, se houver prejuízo integral ou parcial das funções;



II - o período de afastamento será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais, inclusive para remoção ou promoção por merecimento;

III - a licença para frequentar curso e a sua renovação serão autorizadas pelo Conselho se houver conveniência do serviço e a concordância expressa do substituto automático;

IV - o afastamento será sem prejuízo da remuneração e demais vantagens do cargo;

V - o interessado deverá comprovar perante o Conselho a frequência e o aproveitamento no curso ou seminário realizado.

§ 1º Durante o ano em que ocorram eleições, não se conhecerá do pedido de licença com prejuízo parcial ou integral das funções de membro designado para atuar perante a Justiça Eleitoral.

§ 2º Caso deferida a licença para estudo a membro designado para atuar perante a Justiça Eleitoral, o afastamento deverá limitar-se ao período em que não ocorram as eleições.

§ 3º Não será concedida em nenhuma hipótese qualquer tipo de licença para frequentar cursos para os membros do Ministério Público que estejam no período de estágio probatório.

Art. 177. A licença para frequentar cursos, com prejuízo parcial ou integral das funções, não poderá ser superior a 2 (dois) anos ao longo do decurso da carreira, consecutivos ou não, e será restrita ao tempo de conclusão das disciplinas comprovadamente obrigatórias, vedada, em qualquer hipótese, a prorrogação.

§ 1º Havendo prejuízo integral das funções, para cada período de afastamento de 6 (seis) meses, consecutivos ou não, será computado, obrigatoriamente, 1 (um) período de férias da atividade funcional, com registro na ficha funcional.

§ 2º O membro do Ministério Público que estiver afastado integralmente de suas funções por prazo inferior a 6 (seis) meses e requerer férias individuais poderá renovar o pedido, devendo constar obrigatoriamente no requerimento que a nova licença será exercida sem prejuízo das funções, sob pena de indeferimento.

§ 3º O interessado poderá requerer o afastamento integral das funções para elaboração de dissertação, tese ou trabalho de conclusão, pelo período de 1 (um) a 3 (três) meses, que será computado no limite máximo previsto no *caput* e poderá ser deferido pelo Conselho somente no caso de usufruto da licença sem prejuízo das funções por todo o período do curso.

§ 4º Poderá ser concedida nova licença, ao longo do decurso da carreira, sem prejuízo das funções, no caso de ter usufruído a anterior com afastamento, mediante comprovação da inscrição do interessado em curso de pós-graduação distinto daquele que foi objeto de autorização anterior.

Art. 178. O requerimento de licença para frequência de cursos, presenciais ou virtuais, no País ou no exterior, será dirigido ao Conselho Superior, deverá conter a justificação de sua conveniência, a fixação do período pretendido, a carga horária, os dias e os horários do curso, bem como:

I - declaração formal de que o interessado está com os serviços em dia;

II - documento que comprove o convite ao interessado ou a aceitação deste, firmado pela autoridade competente da instituição que promoverá o curso ou seminário, ou onde serão realizados os estudos;

III - plano de estudo ou programa do curso ou seminário com ampla descrição de sua natureza, finalidade, atividades principais e complementares, data de início, de encerramento e carga horária (dias e horários de frequência obrigatória);

IV - nome do orientador ou supervisor, se houver, e documento em que este firme o compromisso de fornecer, posteriormente, os exemplares das publicações do interessado (livros e artigos científicos), para oportuna apreciação do Conselho Superior;

V - declaração de suficiência na língua estrangeira do estudo, curso ou seminário, se for o caso de curso no exterior;

VI - certidão comprobatória da data de ingresso do interessado no Ministério Público, do seu vitaliciamento e da progressão na carreira;

VII - certidão referente ao período e à natureza de afastamentos anteriores;

VIII - certidão da Corregedoria-Geral do Ministério Público sobre a vida funcional do interessado;

IX - certidão da Secretaria de Gestão de Pessoas atestando que o requerente da licença integral encontra-se dentro do limite máximo de 4 (quatro) membros que podem permanecer afastados de suas funções;

X - documentação referente ao período e à carga horária do curso, contendo dias e horários, com menção aos períodos em que o curso poderá ser interrompido, como no caso do período de férias;

XI - solicitação da concessão do gozo das férias integrais, indicando os períodos correspondentes dentro do recesso escolar previsto, para deferimento oportuno pela Procuradoria-Geral de Justiça, devendo eventual alteração ser imediatamente comunicada a ela e ao Conselho Superior;



XII - declaração formal na qual o interessado, durante, no mínimo, o dobro do tempo correspondente ao período de afastamento, se comprometerá a participar, sem qualquer remuneração, de eventos realizados pelo Ministério Público, em especial da Escola Superior, ou pela entidade de representação da classe.

§ 1º Os documentos em língua estrangeira deverão ser exibidos com tradução para o vernáculo.

§ 2º Considerada incompleta a instrução do pedido, o Conselho concederá oportunidade de retificação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, devendo o interessado completar a documentação e aduzir o necessário para justificar a conveniência da licença.

Art. 179. O pedido deverá ser formulado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data programada para o início das atividades, permitindo a sua apreciação pelo Conselho.

CAPÍTULO II

DAS DELIBERAÇÕES

Seção I

Da decisão liminar

Art. 180. O Presidente do Conselho Superior, em decisão monocrática, poderá deferir medida liminar autorizando a licença para frequentar curso, quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do procedimento.

Parágrafo único. A decisão liminar será submetida ao Conselho Superior, para apreciação, na primeira reunião subsequente.

Seção II

Do julgamento

Art. 181. O Conselho Superior poderá deferir a autorização do membro do Ministério Público para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no País ou no exterior, observada a conveniência, a oportunidade, a necessidade, a disponibilidade e os interesses da Instituição, observados os requisitos dispostos neste Título.

§ 1º A decisão do Conselho acerca da licença para frequentar curso será publicada no DOMP.

§ 2º A Secretaria do Conselho Superior deverá encaminhar a decisão à Corregedoria-Geral do Ministério Público, para anotações em ficha funcional do membro e à Secretaria de Gestão de Pessoas, possibilitando o controle dos afastamentos e o cômputo do período de férias.

CAPÍTULO III

DOS DEVERES

Art. 182. Em todos os casos, o interessado deverá apresentar, sob pena de revogação da licença:

I - ao Procurador-Geral, no prazo de 30 (trinta) dias, subsequentes ao seu início, o comprovante de sua inscrição ou matrícula;

II - ao Conselho, semestralmente, relatório sucinto dos trabalhos de que tenha até então participado, bem como a frequência regular às atividades pertinentes;

III - ao Conselho, no término do curso, relatório final, para comprovação do aproveitamento, no qual constará a avaliação pessoal de seu desempenho, bem como cópia de dissertação, tese ou trabalho de conclusão de curso e, em prazo razoável, prova da validação, por instituição nacional, do título obtido.

Parágrafo único. O membro licenciado para estudo de pós-graduação será acompanhado diretamente pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, mediante a remessa de relatório semestral ao Conselho Superior.

Art. 183. O relatório final do interessado será apreciado pelo Conselho, após parecer prévio sobre o aproveitamento, apresentado pelo Conselheiro a quem for distribuído o expediente.

Art. 184. A qualquer tempo poderá ser apresentado ao Conselho Superior pedido de revogação ou suspensão da licença concedida.

TÍTULO X

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DO VITALICIAMENTO

CAPÍTULO I



DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 185. Nos 2 (dois) primeiros anos de exercício do cargo, o membro do Ministério Público terá seu trabalho e sua conduta avaliados pelos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, a fim de que venha a ser vitaliciado ou não, ao término desse período.

Parágrafo único. Durante o período previsto neste artigo, o membro do Ministério Público remeterá à Corregedoria-Geral do Ministério Público cópias de trabalhos jurídicos, relatórios de suas atividades e peças que possam influir na avaliação de seu desempenho funcional.

CAPÍTULO II

DA DECISÃO

Seção I

Das providências prévias

Art. 186. O Corregedor-Geral do Ministério Público, 2 (dois) meses antes de decorrido o biênio, remeterá ao Secretário do Conselho relatório circunstanciado sobre a atuação pessoal e funcional dos Promotores de Justiça em estágio probatório, concluindo, fundamentadamente, pelo seu vitaliciamento ou não.

Parágrafo único. O Corregedor-Geral do Ministério Público poderá propor ao Conselho Superior, excepcionalmente, o não vitaliciamento de Promotor de Justiça antes dos 2 (dois) últimos meses do biênio de seu ingresso.

Art. 187. Os processos referentes ao vitaliciamento serão distribuídos entre os membros eleitos do Conselho, que farão relatório e emitirão parecer a propósito.

Seção II

Dos casos de parecer desfavorável

Art. 188. Se a conclusão do relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público for desfavorável ao vitaliciamento, suspende-se, automaticamente, até definitivo julgamento, o exercício funcional do membro do Ministério Público em estágio probatório.

§ 1º O termo inicial da suspensão é o da publicação no DOMP da conclusão do relatório mencionado neste artigo.

§ 2º Aplica-se a suspensão do exercício funcional também nas hipóteses em que o não vitaliciamento do Promotor de Justiça é proposto antes dos 2 (dois) últimos meses do biênio do seu ingresso.

Art. 189. O Relator fará intimar o interessado, com prazo mínimo de 15 (quinze) dias, para comparecer à reunião do órgão para ser ouvido, podendo apresentar defesa prévia e requerer produção de provas nos 15 (quinze) dias seguintes, pessoalmente ou por procurador.

§ 1º Ao ser intimado pessoalmente, o Promotor de Justiça em estágio probatório deverá receber o relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e, se a intimação for feita pelo DOMP, será remetida correspondência, com aviso de recebimento, a seu domicílio, com o aludido relatório.

§ 2º A prova documental será aduzida com a defesa, que poderá arrolar até 3 (três) testemunhas.

§ 3º Será dada ciência da intimação aos demais membros do Conselho Superior.

Art. 190. O Relator intimará as testemunhas arroladas na defesa para prestar depoimento na primeira reunião ordinária que se seguir, facultada a presença do interessado e de seu procurador.

Art. 191. No encerramento da instrução, o Relator intimará o interessado a apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias, quando terá vista dos autos na Secretaria do Conselho.

§ 1º Findo o prazo, com ou sem as alegações escritas, o Relator encaminhará os autos ao Secretário, para inclusão da matéria na ordem do dia da reunião ordinária imediata.

§ 2º O Conselho Superior decidirá pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

Seção III

Dos casos de parecer favorável



Art. 192. Recebido pelo Conselho Superior o relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público favorável ao vitaliciamento, qualquer dos membros desse colegiado poderá impugnar, dentro de 15 (quinze) dias de seu recebimento, por escrito e motivadamente, a proposta de vitaliciamento.

§ 1º A petição será dirigida ao Presidente do Conselho Superior, podendo ser requerida a produção de provas.

§ 2º Durante o prazo de que trata este artigo, o membro do Conselho poderá examinar os processos de vitaliciamento de qualquer Promotor de Justiça em estágio probatório.

§ 3º Ocorrendo a impugnação, suspende-se automaticamente o exercício funcional do interessado, em obediência ao procedimento estabelecido na Seção II deste Capítulo.

Seção IV

Das providências complementares

Art. 193. Caso não tenha havido impugnação ao vitaliciamento ou tendo sido esta recusada, o Conselho Superior expedirá o ato de vitaliciamento do interessado.

Art. 194. O Conselho Superior terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para decidir sobre o vitaliciamento, e o Colégio de Procuradores, 30 (trinta) dias para decidir eventual recurso.

§ 1º Os autos aguardarão na Secretaria até que se esgote o prazo de 15 (quinze) dias para recurso ao Colégio de Procuradores de Justiça.

§ 2º Se o recurso for interposto, o processo será remetido ao Colégio de Procuradores de Justiça e, em caso contrário, a decisão será executada de imediato.

§ 3º Sem prejuízo do recurso ao Colégio de Procuradores, assegura-se ao interessado o direito do uso das arguições de impedimento e suspeição e demais recursos internos dirigidos ao Conselho.

Art. 195. Transitada em julgado a deliberação desfavorável ao vitaliciamento, o processo será remetido ao Procurador-Geral de Justiça, para expedição do ato de exoneração, sendo arquivado ao final na Secretaria do Conselho Superior.

TÍTULO XI

DO QUINTO CONSTITUCIONAL

Art. 196. O Conselho elaborará as listas sêxtuplas a que se referem os arts. 94, *caput*, e 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, fazendo-o sob idêntico procedimento utilizado para as indicações por merecimento.

Parágrafo único. Poderão inscrever-se à indicação os Procuradores ou os Promotores de Justiça que contem com mais de 10 (dez) anos de carreira.

Art. 197. Verificada a existência de vaga nos Tribunais a ser preenchida por membro do Ministério Público, o Procurador-Geral de Justiça fará publicar no DOMP, pelo prazo de 5 (cinco) dias, aviso abrindo inscrição aos candidatos que pretendam concorrer, aplicando-se o disposto no art. 224 do Código de Processo Civil.

Art. 198. O pedido de inscrição, além do informe sobre a regularidade e tempestividade do serviço, será instruído com a prova de que o candidato tem mais de 10 (dez) anos de carreira no Ministério Público e de que se encontra no efetivo exercício de suas funções, devendo comprová-lo mediante certidão expedida pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Parágrafo único. O pedido deverá ser protocolizado e encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 199. Encerrado o prazo para inscrição, os pedidos serão apreciados pelo Conselho Superior do Ministério Público, que elaborará lista sêxtupla, em sessão pública, mediante voto aberto.

§ 1º Faculta-se aos Conselheiros votar em até 6 (seis) nomes escolhidos entre os inscritos, compondo a lista os 6 (seis) candidatos mais votados.

§ 2º Havendo empate, repetir-se-á a votação tantas vezes quantas forem necessárias.

Art. 200. Encerrada a votação e proclamado o resultado, o Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, remeterá ao Tribunal competente a lista dos membros do Ministério Público escolhidos, na forma da lei.



Art. 201. O Procurador-Geral de Justiça não poderá concorrer às listas sêxtuplas a que se referem os arts. 94, *caput*, e 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tampouco integrá-las, nos termos do art. 15, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

Art. 202. O Conselheiro que se habilitar como candidato à composição da lista sêxtupla deverá afastar-se de suas funções, requerendo licença anteriormente à inscrição, possibilitando a necessária convocação de seu suplente para ocupar a vaga em caráter temporário.

§ 1º O Conselheiro não poderá participar da votação, hipótese em que serão convocados tantos suplentes quantos forem necessários em substituição, que terá direito a voto no respectivo escrutínio.

§ 2º Se o número de suplentes eleitos for insuficiente para substituir os Conselheiros titulares inscritos no sufrágio, serão convocados para compor o quadro de suplentes os integrantes do Colégio de Procuradores, iniciando-se pelo mais antigo.

§ 3º O Conselheiro deverá retornar ao seu cargo após a elaboração da lista sêxtupla.

TÍTULO XII

DOS RECURSOS

CAPÍTULO I

DO AGRAVO INTERNO

Art. 203. Caberá agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, sem efeito suspensivo, contra decisão liminar que causar prejuízo ao direito da parte, proferida pelo Relator.

§ 1º Em matéria funcional envolvendo membro do Ministério Público, a decisão liminar poderá ser impugnada via agravo interno, que será julgado pelo Conselho Superior.

§ 2º A decisão liminar proferida em cumprimento a determinação legal, ato normativo ou precedente do Conselho Nacional do Ministério Público não é suscetível de impugnação via agravo interno.

Art. 204. O agravo interno deve ser dirigido ao Relator e interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ciência da decisão liminar recorrida, processando-se nos próprios autos.

Parágrafo único. Concluídos os autos ao Relator, será a parte interessada, se houver, intimada a manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 205. O Relator poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, reconsiderar a decisão, hipótese em que os efeitos retroagirão à data em que o ato foi praticado.

§ 1º Não havendo retratação, o Relator proferirá o seu voto e o recurso será levado a julgamento pelo órgão colegiado, com inclusão em pauta.

§ 2º Provido o recurso, o processo terá seguimento, conforme o caso.

CAPÍTULO II

DO RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 206. Das decisões do Conselho cabem embargos de declaração quando houver obscuridade, omissão ou contradição.

Art. 207. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao Relator, com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissão, devidamente fundamentado.

Parágrafo único. O Relator intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada.

Art. 208. O Relator apreciará os embargos, proferindo o seu voto, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 209. Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, bem como o cumprimento da decisão embargada.

Parágrafo único. Se o recurso versar sobre item específico da decisão, somente a parte impugnada ficará sujeita ao efeito suspensivo.



CAPÍTULO III

DO RECURSO CONTRA ANOTAÇÃO NO PRONTUÁRIO

Art. 210. O membro do Ministério Público poderá interpor recurso ao Conselho Superior contra anotação de demérito em prontuário existente na Corregedoria-Geral do Ministério Público, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da comunicação realizada pela Corregedoria-Geral do Ministério Público ao interessado.

§ 1º O recurso terá efeito suspensivo, cabendo à Secretaria do Conselho Superior comunicar a Corregedoria-Geral do Ministério Público de que terá o prazo de 15 (quinze) dias para manifestar-se sobre o recurso.

§ 2º Decorrido o prazo para manifestação da Corregedoria-Geral do Ministério Público, o recurso será distribuído a um dos Conselheiros, mediante sorteio eletrônico, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para elaborar o seu voto.

Art. 211. O Conselho julgará o recurso interposto pelo membro do Ministério Público em reunião ordinária.

Parágrafo único. A anotação de demérito somente permanecerá no prontuário da Corregedoria-Geral do Ministério Público em caso de desprovimento do recurso.

CAPÍTULO IV

DO RECURSO ORDINÁRIO

Art. 212. Cabe recurso ao Colégio de Procuradores contra as decisões terminativas proferidas pelo Conselho Superior em desacordo com o procedimento previsto na Lei Complementar Estadual nº 72/1994 ou com este Regimento Interno, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação da decisão no DOMP, conforme o art. 9º, inciso VII, alínea “j”, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

LIVRO VI

DAS COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS RELATIVAS A DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

TÍTULO ÚNICO

INQUÉRITO CIVIL, PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO E RECURSO DA NOTÍCIA DE FATO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 213. O Conselho Superior do Ministério Público não tem atuação consultiva em matéria de defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, exceto em matéria procedimental, como nas questões referentes à tramitação do inquérito civil, do procedimento preparatório ou das notícias de fato.

Art. 214. Sujeita-se à homologação do Conselho Superior qualquer promoção de arquivamento de inquérito civil ou de procedimento preparatório alusivos à defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

Parágrafo único. O arquivamento do procedimento na hipótese de celebração de acordo de não persecução cível em virtude de ato de improbidade administrativa será realizado judicialmente, não havendo que se falar em homologação pelo Conselho Superior.

Art. 215. O Conselho Superior não homologará promoção de arquivamento de notícia de fato, nem de procedimento administrativo, cabendo-lhe apreciar apenas os recursos interpostos contra os arquivamentos desses procedimentos.

CAPÍTULO II

DA INSTAURAÇÃO

Art. 216. O Conselho Superior do Ministério Público poderá determinar a instauração de inquérito civil:

I - em face de representação a ele dirigida;

II - em decorrência do exame de outro inquérito civil, de notícias ou de peças de informação;

III - quando der provimento a recurso interposto contra a decisão que arquivou representação ou notícia de fato.

CAPÍTULO III

DOS PEDIDOS DE PRAZO



Art. 217. O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, prorrogável por igual período, quantas vezes forem necessárias, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências.

§ 1º O inquérito civil para apuração de ato de improbidade administrativa deverá ser concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da data da sua instauração ou da data de conversão da notícia de fato ou do procedimento preparatório, prorrogável, por igual período, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências.

§ 2º O prazo para conclusão de inquéritos civis instaurados antes da vigência da Lei Federal nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, começa a ser contado na data em que a referida norma entrou em vigor, não retroagindo de modo a computar períodos anteriores à vigência da norma.

§ 3º O pedido de prorrogação não suspenderá as investigações, não havendo obstáculo para que o Promotor de Justiça natural continue realizando as diligências necessárias, a fim de não trazer prejuízos às investigações.

§ 4º Os inquéritos civis relacionados a atos de improbidade administrativa dolosos que geram dano ao erário são imprescritíveis, conforme o art. 37, § 5º, da Constituição Federal, não incidindo a prescrição.

Art. 218. A fundamentação da prorrogação de prazo deverá conter sucinto relatório das providências já adotadas, especificando-se as diligências faltantes para a conclusão do inquérito civil.

§ 1º A decisão de prorrogação do prazo será submetida à análise do Conselho Superior.

§ 2º Ao receber a comunicação de prorrogação de prazo, o Conselho Superior, caso entenda necessário, poderá limitar o prazo da prorrogação ou requisitar a remessa dos autos para exame.

§ 3º Após a deliberação do Conselho, a manifestação do Relator será comunicada ao membro solicitante por meio da Secretaria do Conselho Superior, juntando-se o voto no procedimento, conforme o Anexo III deste Regimento.

Art. 219. Na hipótese de o procedimento se prolongar injustificadamente, sem a devida realização das diligências imprescindíveis para a sua resolução, o Conselho poderá deliberar pela comunicação à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Art. 220. Concluídas as diligências, a ação deverá ser proposta, se não for o caso de arquivamento do inquérito civil.

Art. 221. O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável.

Parágrafo único. Ao final do prazo, o órgão de execução poderá promover o arquivamento do procedimento preparatório, convertê-lo em inquérito civil ou propor a ação civil pública.

Art. 222. As dilações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios serão automaticamente distribuídas e autuadas, mediante relatório, em procedimentos de gestão administrativa, posteriormente incluídos em pauta, por iniciativa do respectivo relator, que ficará prevento para atuar nesses procedimentos, conforme o Anexo III deste Regimento.

§ 1º Concluídas a análise e a deliberação, os autos serão restituídos à Secretaria para certificação do resultado.

§ 2º Caso haja deliberação do Conselho Superior do Ministério Público determinando o envio de comunicação, orientação ou recomendação ao órgão de execução, a Secretaria expedirá a certidão correspondente, que será encaminhada à Promotoria de Justiça respectiva mediante protocolo.

Art. 223. Os procedimentos de gestão administrativa de prorrogações de prazo serão arquivados no sistema eletrônico, após juntada da certidão de julgamento, das comunicações, orientações ou recomendações deliberadas pelo Conselho Superior.

CAPÍTULO IV

DO ARQUIVAMENTO

Seção I

Das disposições gerais

Art. 224. Ao Conselho Superior cabe homologar ou rejeitar a promoção de arquivamento dos autos de inquérito civil ou do procedimento preparatório, nos termos do art. 9º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parágrafo único. Serão públicas as sessões e as decisões do Conselho Superior na forma do *caput* deste artigo.



Seção II
Das providências prévias

Art. 225 O órgão de execução do Ministério Público remeterá ao Conselho Superior os autos de inquérito civil ou do procedimento preparatório, no prazo de 3 (três) dias, contados da comprovação da cientificação pessoal dos interessados, por meio de publicação no DOMP.

§ 1º Se a remessa for intempestiva, o Conselho Superior poderá requisitar os autos, de ofício ou a pedido de interessado, para exame e deliberação.

§ 2º O órgão de execução deverá obrigatoriamente autuar o inquérito civil, o procedimento preparatório e o recurso das notícias de fato, antes de sua remessa ao Conselho Superior.

§ 3º A remessa se fará por meio eletrônico, mediante termo de remessa nos autos dirigido ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 226. Quando, no curso das investigações, houver indícios da ocorrência de ilícito penal, o membro do Ministério Público, assim que tiver ciência, deverá adotar as providências pertinentes na esfera criminal.

§ 1º Caso não tenha atribuição criminal, o presidente do inquérito civil, do procedimento preparatório ou da notícia de fato deverá encaminhar as peças ao órgão de execução com atribuição para atuar.

§ 2º A promoção de arquivamento deverá explicitar quais foram as providências adotadas, indicando se houve requisição de inquérito policial, ajuizamento da ação penal ou encaminhamento para outra Promotoria de Justiça.

Art. 227. Antes de proceder à distribuição, a Secretaria fará publicar no DOMP o aviso da existência da promoção de arquivamento, para que associação legitimada ou quem tenha legítimo interesse, querendo, apresente, no prazo de 10 (dez) dias, razões escritas ou documentos.

§ 1º A parte interessada poderá apresentar razões escritas, documentos e requerer o julgamento presencial, nos termos do art. 59, inciso II, deste Regimento Interno.

§ 2º A Secretaria deverá juntar imediatamente no procedimento os documentos e petições apresentadas, que serão oportunamente apreciados pelo Relator.

§ 3º Durante o prazo mencionado no *caput*, os autos ficarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Art. 228. Se nos autos houver documentos ou informações sigilosas, a Secretaria deverá determinar as cautelas necessárias para a observação do sigilo legal.

Art. 229. Os requerimentos formulados pelas partes interessadas antes da distribuição dos autos ao Conselheiro-Relator serão decididos pelo Secretário do Conselho Superior.

Art. 230. Decorrido o prazo para manifestação da parte interessada, previsto no art. 227 deste Regimento, a Secretaria do Conselho fará a distribuição dos autos a um dos Conselheiros, que oficiará como Relator.

§ 1º A distribuição observará a impessoalidade, o rodízio e a proporcionalidade na divisão de serviços.

§ 2º O Relator terá o prazo de 30 (trinta) dias para devolver o procedimento à Secretaria, devidamente instruído com o respectivo voto, que conterá relatório, fundamentação e ementa, constituindo peça única disponibilizada no SAJMP, nos termos do art. 16 deste Regimento.

Art. 231. Antes da sessão de julgamento, o voto deverá ser disponibilizado no sistema eletrônico SAJMP, com visualização exclusiva aos integrantes do Conselho Superior, sendo vedada a divulgação externa a membros do Ministério Público, advogados, partes ou interessados, até a proclamação do resultado, nos termos do art. 16, § 1º, deste Regimento.

Art. 232. Será responsabilizado o funcionário que der conhecimento do voto a qualquer pessoa não autorizada antes da sessão pública de julgamento do caso.

Art. 233. A Secretaria do Conselho fará publicar no DOMP o aviso da data em que o caso será julgado em sessão pública.

Parágrafo único. Havendo informações ou documentos sobre os quais recaia sigilo legal, a Secretaria não lhes dará publicidade nem permitirá o acesso aos autos, ficando proibida a extração de cópia, bem como a expedição de certidão, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal do funcionário faltoso.



Seção III

Das sessões

Art. 234. Cabe ao Conselho Superior apreciar em sessão virtual o julgamento do arquivamento do inquérito civil, do procedimento preparatório, da aprovação do acordo de não persecução cível e o julgamento dos recursos interpostos contra o arquivamento de notícia de fato, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 59 deste Regimento.

§ 1º O julgamento virtual aplicar-se-á para análise do recurso de decisão sobre o desarquivamento de inquérito civil e de procedimento preparatório.

§ 2º As sessões de julgamento virtual seguirão os princípios da publicidade, ressalvados os casos de sigilo legal.

Art. 235. A sessão de julgamento virtual poderá ser convertida em sessão presencial, desde que haja pedido do Relator, de Conselheiro ou requerimento de sustentação oral formulado pelo advogado da parte interessada, conforme os arts. 58 e 59 deste Regimento.

Seção IV

Da deliberação do arquivamento

Art. 236. Homologada a promoção de arquivamento, o Conselho Superior, por intermédio da Secretaria, devolverá à Promotoria de Justiça de origem ou à Procuradoria-Geral de Justiça os autos de inquérito civil, procedimento preparatório ou notícia de fato, em caso de improcedência do recurso.

Art. 237. Não homologada a promoção de arquivamento promovida pelo Procurador-Geral de Justiça, os autos serão encaminhados ao seu substituto legal, da seguinte forma:

I - havendo impedimento ou suspeição, ao Vice-Presidente do Conselho e, na falta ou ausência deste, ao membro do Conselho mais antigo na segunda instância, conforme o disposto no art. 2º, inciso II, deste Regimento;

II - em seus afastamentos, férias e licenças, sucessivamente, ao Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, ao Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, ao Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional e ao Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo.

Art. 238. Rejeitada a promoção de arquivamento de inquérito civil e de procedimento preparatório lançada por membro do Ministério Público, ou provido o recurso interposto contra o arquivamento de notícia de fato, o Conselho tomará uma das seguintes providências:

I - converterá o julgamento em diligência para a realização de atos imprescindíveis à sua decisão, especificando expressamente as diligências a serem cumpridas, e remeterá os autos ao Promotor de Justiça que determinou o seu arquivamento;

II - deliberará pela propositura da ação civil pública, indicando os fundamentos de fato e de direito da sua decisão, e encaminhará os autos ao Procurador-Geral de Justiça a fim de que seja designado outro membro do Ministério Público.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso I, caso ocorra recusa fundamentada do membro do Ministério Público em executar as diligências determinadas, o Conselho encaminhará os autos ao Procurador-Geral de Justiça com o fim de designar outro membro para atuar.

Art. 239. Convertido o julgamento em diligência, o procedimento retornará ao Promotor de Justiça que promoveu o arquivamento do inquérito civil, do procedimento preparatório ou da notícia de fato, renovando-se a oportunidade de nova análise do caso, podendo manter sua posição favorável ao arquivamento ou propor ação civil pública.

Art. 240. Em caso de ajuizamento de ação civil pública, desnecessária a remessa dos autos ao Conselho Superior, bastando comunicar o ajuizamento da ação por ofício.

Art. 241. Na hipótese de recusa do Promotor de Justiça em cumprir as diligências determinadas pelo Conselho e no caso de designação de outro membro para ingresso da ação civil pública, não oficiará nos autos o órgão responsável pela promoção de arquivamento não homologada.

Art. 242. Das deliberações do Conselho Superior de que trata esta Seção não caberá recurso ou pedido de reconsideração.



Seção V
Do arquivamento parcial

Art. 243. Se o inquérito civil ou o procedimento preparatório versar sobre vários fatos lesivos ou se neles figurarem diversos agentes e a ação civil pública proposta excluir de seu objeto algum deles, o membro do Ministério Público poderá continuar com as investigações no bojo do procedimento administrativo ou promover o arquivamento parcial, de forma fundamentada.

Parágrafo único. A promoção de arquivamento parcial prevista neste artigo deverá ser encaminhada ao Conselho Superior para homologação, devidamente instruída com as principais peças do inquérito civil e a petição inicial da ação civil pública, no prazo de 3 (três) dias contados do ajuizamento da ação.

Art. 244. Se o Conselho recusar a homologação do arquivamento parcial, será designado outro membro do Ministério Público para propor a ação civil pública de maior objeto, abrangendo na integralidade os fatos e os agentes, aplicando-se as regras processuais de conexão e continência.

Parágrafo único. Atuará nas ações judiciais o Promotor de Justiça designado para ingressar com a ação civil pública, ficando impedido de atuar o membro que promoveu o arquivamento parcial.

Art. 245. Celebrado o compromisso de ajustamento de conduta e o acordo de leniência sem esgotar o objeto ou incluir todos os agentes, o órgão de execução promoverá o arquivamento parcial, com relação ao objeto do acordo, e o desmembramento do procedimento, instaurando-se novo inquérito civil ou procedimento preparatório, para continuidade das investigações.

§ 1º A promoção de arquivamento, instruída com o termo do acordo, deverá ser encaminhada, no prazo de 3 (três) dias, para homologação pelo Conselho Superior.

§ 2º O novo procedimento instaurado para apurar os fatos não abrangidos no acordo poderá subsidiar eventual ação civil pública ou ensejar promoção de arquivamento, que deverá ser homologada pelo Conselho.

CAPÍTULO V
DO DESARQUIVAMENTO

Art. 246. O membro do Ministério Público que promoveu o arquivamento do inquérito civil, do procedimento preparatório ou da notícia de fato poderá realizar o desarquivamento se surgirem novas provas.

§ 1º O desarquivamento do inquérito civil, diante de novas provas ou para investigar fato novo relevante, poderá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses após o arquivamento.

§ 2º Transcorrido o lapso temporal previsto no § 1º, será instaurado novo inquérito civil, sem prejuízo das provas já colhidas, que poderão ser reaproveitadas na integralidade.

Art. 247. Desarquivado o inquérito civil para continuidade das investigações e não sendo o caso de ajuizamento de ação civil pública, haverá novo arquivamento e remessa ao Conselho.

Art. 248. Compete ao Conselho Superior do Ministério Público apreciar recurso da decisão sobre o desarquivamento do inquérito civil, do procedimento preparatório e da notícia de fato.

CAPÍTULO VI
DAS RECOMENDAÇÕES

Art. 249. No caso de inquérito civil ou procedimento preparatório que tenha como objeto a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, entendendo não ser caso de propositura de ação civil pública, o órgão de execução poderá promover o arquivamento após expedir recomendações aos órgãos ou entidades investigados.

§ 1º As recomendações podem destinar-se à maior celeridade e racionalização dos procedimentos administrativos, requisitando-se do destinatário sua divulgação adequada e imediata, bem como resposta escrita.

§ 2º Expedida a recomendação, aguardar-se-á prazo razoável para resposta da autoridade sobre sua adoção ou não.



Art. 250. Somente após a apresentação da resposta do investigado acatando e cumprindo as medidas impostas, o inquérito civil ou procedimento preparatório que contenha recomendação deverá ser encaminhado ao Conselho Superior para deliberação sobre o seu arquivamento.

CAPÍTULO VII

DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Seção I

Das disposições gerais

Art. 251. Nos inquéritos civis ou procedimentos preparatórios, instaurados para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, o Ministério Público poderá tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, nas seguintes modalidades:

- I - termo de ajustamento de conduta;
- II - acordo de leniência;
- III - acordo de não persecução cível.

Art. 252. Antes da propositura de eventual ação judicial, o membro do Ministério Público promoverá, sempre que possível, a solução consensual do conflito, consignando nos autos, de forma fundamentada, a impossibilidade da proposta ou a sua não aceitação.

Art. 253. A celebração do compromisso de ajustamento de conduta deverá observar aos seguintes princípios:

- I - é vedada a dispensa, total ou parcial, das obrigações reclamadas para a efetiva satisfação do interesse lesado, devendo restringir-se às condições de cumprimento das obrigações, como modo, tempo, lugar ou outras semelhantes;
- II - deverão ser estipuladas cominações específicas, de caráter patrimonial, para a hipótese de descumprimento, ressalvados casos excepcionais, que serão expressa e motivadamente justificados perante o Conselho Superior;
- III - o compromisso terá eficácia de título executivo extrajudicial;
- IV - o compromisso será subscrito pelo responsável legal pelo dano, ou pelo seu representante legal, munido do instrumento de mandato, e pelo órgão do Ministério Público;
- V - o compromisso deverá conter obrigação certa, quanto à sua existência, e determinada, quanto ao seu objeto, para sua plena eficácia como título executivo extrajudicial.

Art. 254. Celebrado o termo de ajustamento de conduta ou acordo de leniência, no âmbito de inquérito civil ou procedimento preparatório, e esgotado o objeto da investigação, o membro do Ministério Público deverá promover o arquivamento do procedimento, encaminhando os autos para a competente homologação pelo Conselho Superior, no prazo legal.

Parágrafo único. Os termos de compromisso de ajustamento de conduta ou de acordo de leniência deverão instruir os autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório, possibilitando a análise pelo Conselho Superior e posterior homologação, na oportunidade do arquivamento.

Art. 255. Celebrado o acordo de não persecução cível no âmbito do procedimento preparatório ou inquérito civil e esgotado o objeto da investigação, a promoção de arquivamento do procedimento não será homologada pelo Conselho Superior, caso em que os autos devem ser encaminhados ao Poder Judiciário, para homologação judicial, nos termos do art. 17-B, § 1º, III, da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei de Improbidade Administrativa.

Art. 256. O acompanhamento do cumprimento das cláusulas estipuladas no termo de ajustamento de conduta, no acordo de leniência ou no acordo de não persecução cível será realizado pelo membro do Ministério Público em autos de procedimento administrativo especialmente instaurado para este fim.

§ 1º O órgão de execução fará constar expressamente nas razões da promoção de arquivamento do procedimento em que celebrou termo de ajustamento de conduta ou acordo de leniência o número de registro do procedimento administrativo que se destina a fiscalizar o cumprimento das obrigações pactuadas.

§ 2º Não haverá a instauração de procedimento administrativo quando o acordo celebrado for resolutivo, mediante o cumprimento imediato da obrigação pactuada, dispensando-se o acompanhamento pelo órgão do Ministério Público.

Art. 257. O compromisso de ajustamento de conduta e o acordo de leniência celebrados na fase judicial serão homologados judicialmente, sem necessidade de remessa ao Conselho Superior.



Parágrafo único. O acordo de não persecução cível celebrado judicial ou extrajudicialmente será homologado exclusivamente pelo Poder Judiciário, desnecessária a remessa posterior ao Conselho Superior.

Art. 258. Nas hipóteses de compromisso de ajustamento de conduta, poderá ser decretado o sigilo do procedimento, de forma fundamentada, desde que no interesse da investigação, persistindo o sigilo até sua homologação, salvo decisão estipulando a sua manutenção.

Art. 259. A celebração de compromisso de ajustamento de conduta, acordo de leniência ou acordo de não persecução cível com o Ministério Público não afasta, necessariamente, eventual responsabilidade administrativa, civil ou penal pelo mesmo fato, nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins não estabelecidos expressamente no termo.

§ 1º Fica ressalvada a hipótese da colaboração premiada celebrada na esfera penal, não se aplicando neste caso a regra prevista no *caput* deste artigo para a responsabilização criminal.

§ 2º As tratativas que envolvem ilícitos puníveis na esfera cível e criminal deverão ser estabelecidas em instrumentos distintos, diante da diferença da normatização e do procedimento.

Art. 260. Homologado o arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório pelo Conselho Superior, com base na celebração de compromisso de ajustamento de conduta ou acordo de leniência, os autos serão restituídos à Promotoria de Justiça de origem.

Parágrafo único. Homologado judicialmente o acordo de não persecução cível, desnecessária a remessa posterior do procedimento ao Conselho Superior.

Seção II

Do acordo de leniência

Art. 261. Nos inquéritos civis ou procedimentos preparatórios, instaurados para promover a proteção do patrimônio público e social, pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, o Ministério Público poderá celebrar acordo de leniência com pessoas jurídicas.

Art. 262. A responsabilidade administrativa e civil pela prática de atos contra a Administração Pública admite a reparação do dano por meio do acordo de leniência, com pessoas jurídicas que forem autoras da infração e colaborem efetivamente com as investigações ou com o processo administrativo, mediante o atendimento dos requisitos legais.

Art. 263. A celebração do acordo de leniência será possível desde que a pessoa jurídica admita a sua participação no ilícito e coopere, plena e permanentemente, com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada.

Art. 264. O acordo de leniência deve estipular as condições necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do procedimento administrativo e não eximirá a pessoa jurídica de reparar integralmente o dano causado.

Parágrafo único. A pessoa jurídica será representada no processo administrativo na forma de seu estatuto ou contrato social.

Seção III

Do acordo de não persecução cível

Art. 265. O acordo de não persecução cível poderá ser celebrado nos autos de inquérito civil e procedimento preparatório, com pessoas físicas investigadas pela prática de atos de improbidade administrativa, sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 8.429/1992, desde que a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do ilícito civil indiquem que a solução adotada apresenta-se suficiente para sua prevenção e repressão, visando:

I - aplicar, célere e proporcionalmente, as respectivas sanções, com base nos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da eficiência;

II - constituir meio de obtenção de provas, em qualquer ato de improbidade administrativa, desde que o compromissário, por meio da composição, colabore efetivamente com as investigações.



Art. 266. O acordo de não persecução cível poderá ser celebrado em qualquer fase da investigação, no curso da ação judicial ou no momento da execução da sentença condenatória, com as pessoas físicas investigadas ou processadas pela prática de ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. Na fase de negociação e assinatura do acordo de não persecução cível, deverá o compromissário ser acompanhado de advogado ou defensor público, ou ser por estes representado, devendo ser juntado aos autos o instrumento de mandato.

Art. 267. O ressarcimento do dano e o perdimento de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio não poderão ser objeto de transação sobre o seu montante, mas tão somente sobre a forma, o prazo e o modo de cumprimento da obrigação, podendo, se necessário, exigir do compromissário:

I - o oferecimento de garantias do cumprimento dos compromissos de pagamentos de multa civil, do ressarcimento do dano ao erário e da transferência de bens, direitos ou valores, em conformidade com a extensão do pactuado;

II - a manutenção ou a instituição da indisponibilidade de bens suficientes para garantir o ressarcimento do dano ao erário e da eventual multa civil pactuada.

Art. 268. A celebração do acordo de não persecução cível nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa deverá observar obrigatoriamente:

I - a manifestação expressa do compromissário de ter cessado completamente a prática do ato ilícito;

II - a quantificação do dano atualizado monetariamente com a indicação dos parâmetros utilizados e dos valores acrescidos ilicitamente quando houver;

III - o compromisso de reparação do dano, restituição total do produto do enriquecimento ilícito e perdimento de bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos do ilícito, quando for o caso;

IV - a previsão de correção monetária e juros prefixados em caso de parcelamento do pagamento de valores e reparação do dano;

V - o estabelecimento de multa cominatória para a hipótese de descumprimento das obrigações pactuadas.

Art. 269. O acordo de não persecução cível celebrado deverá ser encaminhado ao Tribunal de Contas, que se manifestará sobre o valor do dano a ser ressarcido e os parâmetros utilizados para quantificação do dano, no prazo de 90 (noventa) dias*. (*ADI nº 7.236 MC/DF – eficácia suspensa - obrigatoriedade da remessa ao Tribunal de Contas.)

Parágrafo único. O órgão de execução do Ministério Público encaminhará ao Procurador-Geral de Justiça as informações e documentos necessários para demonstração dos parâmetros observados para quantificação do dano a ser ressarcido, solicitando-lhe a posterior remessa ao Tribunal de Contas para análise e concordância*. (*ADI nº 7.236 MC/DF – eficácia suspensa - obrigatoriedade da remessa ao Tribunal de Contas.)

Art. 270. Se o inquérito civil ou procedimento preparatório versar sobre vários atos de improbidade administrativa ou se figurarem diversos agentes, e o acordo firmado excluir de seu objeto algum deles, o membro do Ministério Público deverá promover o seu desmembramento, instaurando-se novo procedimento com o acordo entabulado, anexando-se cópia integral dos autos originais.

§ 1º O encaminhamento de acordo de não persecução cível deverá ser feito exclusivamente por inquérito civil ou procedimento preparatório.

§ 2º O novo procedimento instaurado deverá ser enviado ao Tribunal de Contas para manifestação acerca do valor do dano a ser ressarcido, procedendo-se, posteriormente, à remessa ao Conselho Superior para aprovação do acordo*. (*ADI nº 7.236 MC/DF – eficácia suspensa – obrigatoriedade da remessa ao Tribunal de Contas.)

§ 3º Encerrada a fase de apreciação pelo Conselho Superior, o procedimento (inquérito civil ou procedimento preparatório) será encaminhado para homologação judicial.

Art. 271. O acordo de não persecução cível extrajudicial será encaminhado juntamente com o procedimento (inquérito civil ou procedimento preparatório) ao Conselho Superior do Ministério Público, que promoverá a análise formal e decidirá sobre sua aprovação, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Em caso de celebração do acordo de não persecução cível em processo judicial, fica dispensada a remessa ao Conselho Superior.

Art. 272. Os acordos de não persecução cível extrajudiciais ou judiciais, devidamente instruídos com os autos do procedimento (inquérito civil ou procedimento preparatório), deverão ser homologados judicialmente.



Parágrafo único. O Conselho Superior não conhecerá a promoção de arquivamento do procedimento (inquérito civil ou procedimento preparatório) ou o pedido de homologação do acordo de não persecução cível.

CAPÍTULO VIII

DO RECURSO CONTRA O ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO

Art. 273. Sob pena de não conhecimento, será protocolizado perante o órgão de execução competente, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da ciência, o recurso contra o arquivamento de notícia de fato.

Art. 274. O recurso será interposto com as razões de inconformidade, sob pena de não conhecimento.

Art. 275. Recebido o recurso, o órgão de execução poderá manter os fundamentos da decisão ou reformar seu próprio ato.

Art. 276. Caso o órgão de execução mantenha a decisão que arquivou a notícia de fato, os autos serão encaminhados, no prazo de 3 (três) dias, juntamente com as razões, ao Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 277. A Secretaria do Conselho Superior distribuirá imediatamente o recurso, mediante sorteio eletrônico, remetendo os autos ao Relator, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, elabore o seu voto.

Art. 278. Os recursos serão julgados pelo Conselho Superior do Ministério Público em sessão de julgamento virtual, de acordo com o disposto no art. 56 deste Regimento Interno.

Art. 279. Julgado procedente o recurso contra o arquivamento de notícia de fato, os autos devem retornar ao órgão de execução de origem para instauração de inquérito civil e continuidade das investigações.

Parágrafo único. O Relator que proferir o voto pela procedência do recurso contra o arquivamento da notícia de fato deverá especificar, em sua fundamentação, quais as diligências a serem cumpridas para a elucidação dos fatos.

CAPÍTULO IX

DA PUBLICIDADE

Art. 280. Aplica-se ao inquérito civil, ao procedimento preparatório e à notícia de fato o princípio da publicidade dos autos, podendo o membro do Ministério Público prestar informações, inclusive aos meios de comunicação social, a respeito das providências adotadas para apuração de fatos, abstendo-se de externar juízos de valor a respeito de apurações ainda não concluídas.

Art. 281. Nos procedimentos de atribuição do Ministério Público, deverão ser respeitados os direitos constitucionais atinentes à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, bem como o sigilo das informações decorrentes de disposição constitucional ou legal.

Art. 282. A publicidade dos fatos em tese ilícitos e dos atos praticados durante as investigações consistirá em:

I - divulgação oficial, com o exclusivo fim de conhecimento público, mediante publicação no DOMP;

II - divulgação em meios cibernéticos ou eletrônicos, devendo constar as portarias de instauração;

III - expedição de certidão e extração de cópias sobre os fatos investigados, mediante requerimento fundamentado e por deferimento do presidente do inquérito civil, devendo o requerente arcar com as despesas;

IV - prestação de informações ao público em geral, a critério do presidente do inquérito civil.

§ 1º Nos requerimentos que objetivam a obtenção de certidões ou extração de cópia de documentos constantes nos autos sobre inquérito civil, procedimento preparatório ou notícia de fato, os interessados deverão fazer constar esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido.

§ 2º O advogado poderá, mesmo sem procuração, examinar autos de investigações encerradas ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital, ressalvados os casos de sigilo legal.

CAPÍTULO X

DO SIGILO



Art. 283. O princípio da publicidade poderá ser suspenso, fundamentadamente, nas hipóteses em que haja sigilo legal ou em que a publicidade possa acarretar prejuízo às investigações.

Art. 284. A restrição à publicidade deverá ser decretada para fins do interesse público, em decisão motivada que delimitará a sua extensão, esclarecendo, conforme o caso, se o sigilo alcança a totalidade dos autos ou apenas determinadas pessoas ou documentos.

§ 1º O sigilo deverá cessar quando extinta a causa que o motivou.

§ 2º Quando a restrição à publicidade for parcial, os documentos ou arquivos sigilosos não serão juntados diretamente nos autos digitais, cumprindo ao órgão de execução determinar sua autuação em apartado, mediante cadastramento de protocolo sigiloso vinculado aos autos principais.

Art. 285. Nos autos sujeitos a sigilo, deve o advogado apresentar procuração para exercer o direito de examinar autos, copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital.

Parágrafo único. O presidente do inquérito civil poderá delimitar, de modo fundamentado, o acesso do advogado à identificação do representante e aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento, quando houver risco de comprometimento da eficácia das diligências.

Art. 286. O sigilo será suspenso depois de homologado o arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório ou rejeitado recurso em notícia de fato, salvo decisão fundamentada do Conselho Superior estipulando a sua manutenção.

Art. 287. O acordo de não persecução cível segue a regra da publicidade.

§ 1º O princípio da publicidade poderá ser suspenso mediante despacho fundamentado do seu presidente e desde que no interesse da investigação.

§ 2º O sigilo permanece até a aprovação do acordo pelo Conselho Superior, quando será suspenso.

§ 3º Em medida de exceção, a manutenção do sigilo poderá ser deferida pelo Conselho Superior, se houver necessidade ou requerimento prévio justificando a sua permanência.

Art. 288. A sessão de julgamento do Conselho Superior que decidir o arquivamento ou o recurso de procedimento envolvendo debates acerca de documentos sigilosos não será transmitida publicamente.

CAPÍTULO XI DA LITISPENDÊNCIA

Art. 289. No caso de tramitar na Promotoria de Justiça mais de um procedimento com identidade de partes, causa de pedir e objeto, o órgão do Ministério Público deverá promover o arquivamento do inquérito civil ou procedimento preparatório mais recente, permanecendo as investigações no procedimento que tiver sido instaurado em primeiro lugar.

Parágrafo único. Os documentos e demais elementos de prova que contribuam para o deslinde da investigação deverão ser trasladados para o procedimento mais antigo.

CAPÍTULO XII DA CONTINÊNCIA

Art. 290. Haverá reunião das investigações em um único procedimento na hipótese de, havendo tramitação simultânea de mais de um inquérito civil ou mais de um procedimento preparatório que tenham a mesma parte requerida e a mesma causa de pedir, o objeto de um ser mais amplo que o dos demais.

§ 1º A configuração da continência impõe a reunião dos procedimentos, prevalecendo a continuidade da investigação no procedimento mais abrangente.

§ 2º Nos casos em que os procedimentos continentes tramitem em diferentes Promotorias de Justiça, terá atribuição para atuar o órgão de execução que preside o inquérito civil mais abrangente, independentemente da data da instauração dos procedimentos e do estágio de andamento das investigações.

LIVRO VII DAS COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS RELATIVAS À NORMATIZAÇÃO TÍTULO I DAS COMISSÕES ESPECIAIS



Art. 291. O Conselho poderá constituir Comissões Especiais, integradas por seus membros e escolhidos por votação, para tratar de assuntos de sua atribuição.

§ 1º As Comissões Especiais deverão ser compostas pelo mínimo de 4 (quatro) Conselheiros, sendo 3 (três) titulares e 1 (um) suplente, nomeando-se um Presidente, um Revisor e um Secretário.

§ 2º O Conselheiro suplente será convocado para substituir o membro titular no caso de vacância.

§ 3º As funções de Presidente, Revisor e Secretário serão deliberadas pelos integrantes da Comissão Especial.

§ 4º Compete:

I - ao Presidente: elaborar a minuta dos trabalhos desenvolvidos, designar a data das reuniões e elaborar a pauta;

II - ao Secretário: redigir a ata e, juntamente com o Revisor, rever e sugerir alterações na minuta apresentada.

§ 5º Será instaurado um procedimento de gestão administrativa para cada Comissão Especial.

§ 6º Os integrantes da Comissão Especial deverão reunir-se regularmente para desenvolvimento dos trabalhos até a sua conclusão.

§ 7º O atraso injustificado para conclusão dos trabalhos poderá implicar a dissolução da Comissão Especial e formação de outra, mediante decisão do colegiado.

§ 8º Constituída nova Comissão Especial, os trabalhos realizados pela anterior poderão ser aproveitados.

Art. 292. As Comissões Especiais têm objetivo de elaborar estudos, pareceres, enunciados, propostas de alteração do regimento interno e resoluções sobre matéria da competência do Conselho.

Art. 293. Concluída a proposta da Comissão Especial, os autos do procedimento de gestão administrativa deverão ser restituídos à Secretaria do Conselho, que disponibilizará vista coletiva para os Conselheiros.

Art. 294. Qualquer membro do Conselho Superior poderá apresentar, por escrito e de forma fundamentada, emendas supressivas, aditivas ou modificativas à proposta inicial, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento, sendo vedado tratar de matéria não constante da proposta em discussão.

TÍTULO II

DOS ENUNCIADOS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 295. O Conselho Superior do Ministério Público poderá fixar enunciados sobre matérias administrativas de sua competência, bem como sobre questões jurídicas referentes ao julgamento dos arquivamentos e recursos nos inquéritos civis, procedimentos preparatórios, procedimentos administrativos e notícias de fato.

Parágrafo único. Os enunciados poderão ter por objeto o alcance e o conteúdo de dispositivo legal e devem conter ementa e fundamentação.

Art. 296. Os enunciados serão enumerados ordinalmente, seguida sua numeração pela data em que forem estabelecidos.

§ 1º A publicação dos enunciados no DOMP e no *site* do Ministério Público, área “Atos e Normas”, no campo destinado aos enunciados do Conselho Superior, deverá ser efetuada pela Secretaria do Conselho.

§ 2º A Secretaria do Conselho deverá remeter os enunciados aos Centros de Apoio Operacional, para sua divulgação e implementação, e à Corregedoria-Geral do Ministério Público, para conhecimento.

§ 3º Os enunciados permanecerão disponíveis no *site* do Ministério Público, cabendo à Secretaria providenciar sua atualização.

Art. 297. Os enunciados em vigor serão disponibilizados aos membros do Conselho Superior na primeira reunião ordinária após a posse.

CAPÍTULO II

DA EDIÇÃO DE ENUNCIADOS

Art. 298. Qualquer dos membros do Conselho Superior poderá sugerir novos enunciados em matéria de sua competência, por meio de proposta fundamentada.

§ 1º A Secretaria do Conselho promoverá a instauração de procedimento de gestão administrativa, devendo o proponente atuar como Relator do enunciado.



§ 2º O proponente apresentará a minuta do enunciado, contendo a exposição de motivos.

§ 3º A proposta do enunciado e a sua exposição de motivos deverão ser disponibilizadas pela Secretaria para visualização dos membros do Conselho, mediante sistema eletrônico até a data da sessão, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

§ 4º O Presidente incluirá a proposta de enunciado em pauta de sessão ordinária de julgamento presencial.

§ 5º Na sessão de julgamento, o Relator apresentará a sua proposta de enunciado, de forma sucinta, no prazo máximo de 10 (dez) minutos, dispensando-se a leitura do relatório e da exposição de motivos, mediante anuência do Conselho.

Art. 299. Para a aprovação do enunciado, é necessária maioria simples de voto, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

CAPÍTULO III DA REVISÃO

Art. 300. A revisão ou revogação dos enunciados será feita sempre que necessário e seguirá o procedimento estabelecido no Capítulo II deste Título.

Art. 301. Qualquer membro do Conselho Superior poderá propor a revisão ou revogação de enunciado, devendo fazê-lo por escrito e de forma fundamentada.

§ 1º O proponente deve apresentar a minuta da revisão ou revogação do enunciado, contendo a exposição de motivos.

§ 2º A Secretaria do Conselho deverá instaurar procedimento de gestão administrativa, nomeando o proponente como Relator da revisão ou revogação do enunciado.

CAPÍTULO IV DO CARÁTER NORMATIVO DOS ENUNCIADOS

Art. 302. Os enunciados têm caráter normativo e devem ser observados pelos membros do Ministério Público e integrantes do Conselho Superior, conforme disciplina o art. 15, inciso XXXIII, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

TÍTULO III DAS ALTERAÇÕES DO REGIMENTO INTERNO CAPÍTULO I INICIATIVA DE CONSELHEIRO

Art. 303. Ao Conselho compete elaborar o seu Regimento Interno e aprovar suas alterações.

Art. 304. Qualquer membro do Conselho poderá sugerir alterações do Regimento Interno, por meio de proposta contendo a minuta da alteração pretendida e a exposição de motivos, encaminhada ao Presidente do Conselho.

Parágrafo único. A Secretaria do Conselho deverá instaurar procedimento de gestão administrativa, que terá início mediante portaria do Presidente.

Art. 305. A proposta de alteração do Regimento Interno e a exposição de motivos deverão ser disponibilizadas pela Secretaria para visualização em sistema eletrônico aos Conselheiros, certificando-se nos autos, conforme o Anexo III deste Regimento.

Art. 306. Os Conselheiros poderão apresentar emendas supressivas, aditivas ou modificativas à proposta, por escrito e acompanhadas de justificativas, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da disponibilização eletrônica, sendo vedado tratar de matéria não constante da proposta em discussão, conforme o Anexo III deste Regimento.

Parágrafo único. As emendas que modifiquem substancialmente a proposta poderão ser apresentadas sob a forma de substitutivo, contendo uma única justificativa, desde que a matéria seja correlata com a proposta original, conforme o Anexo III deste Regimento.



Art. 307. Transcorrido o prazo para apresentação das emendas, o Presidente incluirá a proposta de alteração do Regimento Interno em pauta de sessão ordinária de julgamento presencial, para constituição de uma Comissão Especial, nos termos deste Regimento.

§ 1º A Comissão Especial será constituída com o fim específico de analisar a proposta e apresentar parecer sobre a alteração do Regimento.

§ 2º A Comissão Especial poderá apresentar proposta de minuta substitutiva, caso entenda necessário, fazendo-o de forma escrita e fundamentada.

Art. 308. Apresentado o parecer ou a proposta de minuta substitutiva da Comissão Especial, a matéria será incluída pelo Presidente em pauta de julgamento presencial da próxima sessão ordinária.

CAPÍTULO II INICIATIVA DO PRESIDENTE

Art. 309. O Presidente do Conselho poderá determinar a revisão total ou parcial do Regimento Interno do Conselho Superior, constituindo Comissão Especial que deverá elaborar a proposta de minuta e a exposição de motivos.

Parágrafo único. A Secretaria do Conselho deverá instaurar procedimento de gestão administrativa, iniciado mediante portaria do Presidente.

Art. 310. A proposta de alteração do Regimento Interno, a exposição de motivos e os respectivos documentos deverão ser disponibilizados aos Conselheiros pela Secretaria para visualização em sistema eletrônico, com certificação nos autos.

Art. 311. Os Conselheiros poderão apresentar emendas supressivas, aditivas ou modificativas à proposta, por escrito e acompanhadas de justificativas, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da disponibilização eletrônica, aplicando-se o disposto no art. 294 deste Regimento.

Art. 312. Transcorrido o prazo para apresentação das emendas, o Presidente incluirá a proposta de alteração do Regimento Interno em pauta de sessão ordinária de julgamento presencial.

CAPÍTULO III DO JULGAMENTO

Art. 313. Iniciado o julgamento da proposta de alteração do Regimento Interno, o Relator da Comissão Especial fará a exposição sucinta do parecer e da proposta de alteração, podendo ser dispensada a leitura do relatório, mediante anuência do colegiado.

Parágrafo único. Em caso de divergência, caberá ao Relator da Comissão Especial pronunciar-se, de imediato, mantendo o parecer ou acolhendo as argumentações expostas.

Art. 314. Após a manifestação do Relator, inicia-se a votação, que poderá conter destaques para votação em separado, de dispositivos, frases ou palavras em relação à proposta de alteração inicialmente apresentada ou constante de emendas formuladas tempestivamente.

Art. 315. Para a aprovação de alteração do Regimento Interno, é necessário o voto da maioria absoluta dos Conselheiros, assim definida como o primeiro número inteiro superior à metade dos membros do Conselho.

Parágrafo único. A votação da proposta obedecerá a ordem de votação prevista neste Regimento Interno.

Art. 316. É vedada a concessão de vista dos autos nas hipóteses disciplinadas neste Título.

Art. 317. A Secretaria deverá publicar no DOMP as alterações previstas neste Título e manter atualizado o Regimento Interno do Conselho Superior no *site* do Ministério Público, na área de “Atos e Normas”.



LIVRO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 318. O Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público (ASMMP) terá assento nas reuniões do Conselho Superior, com direito ao uso da palavra nos temas de interesse direto da entidade e de interesse coletivo dos associados.

Art. 319. As questões de ordem e os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Superior.

Art. 320. O presente Regimento Interno entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande/MS, 2 de maio de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

ANEXO I DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

FICHA DE AVALIAÇÃO PARA PROMOÇÃO E REMOÇÃO - FAPRE

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA:	COMARCA:
-------------------------	----------

Atribuições:

Posição que ocupa na lista de antiguidade publicada no DOMP:

É titular de Promotoria de Justiça com instalação própria?

() Sim () Não

Dispõe de funcionário? () Não () Sim – quantos? _____

Dispõe de estagiário? () Não () Sim – quantos? _____

Dispõe de residente? () Não () Sim – quantos? _____

CRITÉRIOS OBJETIVOS DE MERECIMENTO

A. PRODUTIVIDADE, ENVOLVENDO OS ASPECTOS DA EFICIÊNCIA, DA RESOLUTIVIDADE E DA UNIDADE INSTITUCIONAL:

1. Audiências públicas realizadas:

() Nada a registrar () Registra-se (especificar):

2. Participação em atividades ministeriais com efetivo impacto social:

() Nada a registrar () Registra-se (especificar):



3. Atuação resolutive mediante solução extrajudicial de conflito, controvérsia ou situação de lesão ou ameaça, viabilizando resolução mais célere, econômica, implementável e eficaz, contribuindo para diminuir a litigiosidade:

() Nada a registrar () Registra-se (especificar):

4. Cumprimento de metas do Plano Estratégico Institucional e de orientações dos Centros de Apoio Operacional, Núcleos e Grupos de Atuação Especial visando à unidade institucional:

() Nada a registrar () Registra-se (especificar):

5. Atuação extraordinária no exercício de cargo ou função relevante ou em atividade funcional que busque o fortalecimento da unidade institucional:

() Nada a registrar () Registra-se (especificar o período e o cargo ou função):

6. Premiações concedidas em razão da atuação ou execução de projetos relacionados à função ministerial:

() Nada a registrar () Registra-se (especificar):

7. Reconhecimentos decorrentes da atuação ministerial, registrados na ficha funcional:

() Nada a registrar () Registra-se (especificar):

8. Desenvolvimento de projetos e sistemas informatizados para otimizar a atividade ministerial:

() Nada a registrar () Registra-se (especificar):

B. PRESTEZA NO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES:

Presteza, desempenho e dedicação no exercício das atribuições e funções institucionais

1. Reside na comarca? () Sim () Não – por quê?

2. Atende diariamente no expediente forense? () Sim () Não – por quê?

3. Número de pessoas atendidas: _____

4. Participação nas atividades cívicas e culturais de sua comarca?

() Nada a registrar () Registra-se (especificar):

5. Participação em projetos comunitários em sua área de atuação que possam trazer benefícios à comunidade:

() Nada a registrar () Registra-se (especificar):

6. Iniciativas de elaboração e execução de projetos que possam trazer reais benefícios à comunidade:



☐ Nada a registrar ☐ Registra-se (especificar):

7. Atende com presteza e eficiência às solicitações de colaboração feitas por membros ou pela Administração Superior do Ministério Público?

☐ Sim ☐ Não

Registra-se (especificar):

8. Acata, no plano administrativo, as decisões da Administração Superior.

☐ Sim ☐ Não

Registra-se (especificar):

9. Atende com presteza e qualidade de atuação quando no exercício das substituições automáticas ou determinadas por designação?

☐ Sim ☐ Não

Registra-se (especificar):

10. Age com rapidez na solução de problemas e no atendimento às questões da coletividade?

☐ Sim ☐ Não

Registra-se (especificar):

11. Comparece às solenidades oficiais do Ministério Público?

☐ Sim ☐ Não

Registra-se (especificar):

Presteza e eficiência nas manifestações processuais

12. Cumpre os prazos processuais judiciais?

☐ Sim ☐ Não

13. Teve resultado negativo em processo judicial por desídia ou fundamentação deficiente?

☐ Sim ☐ Não

Registra-se (especificar):

14. Fundamenta satisfatoriamente suas manifestações?

☐ Sim ☐ Não

Registra-se (especificar):

15. Cumpre os prazos processuais nos feitos administrativos?

☐ Sim ☐ Não

Registra-se (especificar):

**C. APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO**

1. Frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos:

☐ Pós-doutorado ☐ Doutorado ☐ Mestrado ☐ Especialização

Especificar:

☐ Com prejuízo da função ☐ Sem prejuízo da função

Especificar o período de afastamento das funções:

2. Retribuição à Instituição: ☐ Sim ☐ Não

Especificar:

3. Frequência e participação efetiva em eventos culturais e de aperfeiçoamento promovidos pela Instituição:

☐ Participa de forma regular

☐ Participa de forma irregular

☐ Não participativo

Registra-se (especificar):

4. Publicação, individual ou não, de livro ou tese jurídica:

☐ Nada a registrar ☐ Registra-se (especificar):

5. Publicação, individual ou não, de artigo relacionado à atividade funcional:

☐ Nada a registrar ☐ Registra-se (especificar):

6. Apresentação e defesa de tese de interesse do Ministério Público, de forma individual ou não, em congresso, simpósio ou outro evento de natureza jurídica:

☐ Nada a registrar ☐ Registra-se (especificar):

7. Premiação em concurso jurídico:

☐ Nada a registrar ☐ Registra-se (especificar):

8. Participação como conferencista ou palestrante em cursos, seminários e congressos de interesse institucional, realização de assistência nestes ou ministração de aulas:

☐ Nada a registrar ☐ Registra-se (especificar):

9. Participação em debates, mesas-redondas, painéis, audiências públicas, exposições e conferências de cunho institucional:



() Nada a registrar () Registra-se (especificar):

10. Elaboração de peças forenses que serviram de modelo para Centro de Apoio Operacional:

() Nada a registrar () Registra-se (especificar):

11. Colaboração ou palestras em cursos de adaptação ou atualização de membros do Ministério Público:

() Nada a registrar () Registra-se (especificar):

**D. INFORMAÇÕES QUE INTERESSAM AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CONSTANTES DA FICHA DE ASSENTAMENTO FUNCIONAL**

1. Licenças:

() Sim () Não

Registra-se (especificar):

2. Afastamento:

() Sim () Não

Registra-se (especificar):

3. Atuação em comarca que apresente particular dificuldade para o exercício de suas funções:

() Sim () Não

Registra-se (especificar):

E. NÚMERO DE VEZES QUE JÁ TENHA CONSTADO EM LISTA DE MERECIMENTO

1. Figurou em lista de remoção por merecimento?

() Sim () Não

1.1. Listas consecutivas ()

Especificar comarca(s) e respectivas datas em que integrou a lista tríplice de remoção de forma consecutiva:

1.2. Listas alternadas ()

Especificar comarca(s) e respectivas datas em que integrou a lista tríplice de remoção de forma alternada:

1.3. Houve remoção do candidato para outra comarca?

() Sim () Não

Especificar comarca e data da última remoção:

2. Figurou em lista de promoção por merecimento?

() Sim () Não



2.1. Listas consecutivas ()

Especificar comarca(s) e respectivas datas em que integrou a lista tríplice de promoção de forma consecutiva:

2.2. Listas alternadas ()

Especificar comarcas e respectivas datas em que integrou a lista tríplice de promoção de forma alternada:

2.3. Houve promoção do candidato para outra comarca?

() Sim () Não

Especificar comarca e data da última promoção:

F. INFORMAÇÕES RELEVANTES CONSTANTES DAS CORREIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS, ORDINÁRIAS E INSPEÇÕES

Campo Grande, data.

Corregedor-Geral do Ministério Público.

ANEXO II DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEVANTAMENTO NUMÉRICO DAS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Devem ser relatadas a produtividade e a organização no desempenho das funções, especificando-se:

1. Procedimentos de investigação preliminar;
2. Inquéritos civis;
3. Procedimentos administrativos;
4. Procedimentos de gestão administrativa;
5. Procedimentos de investigação criminal;
6. Acordos de leniência;
7. Acordos de não persecução cível;
8. Participações em audiência pública;
9. Termos de ajustamento de conduta;
10. Acordos de não persecução penal;
11. Ações civis públicas;
12. Denúncias;
13. Número de processos judiciais;
14. Número de manifestações processuais e recursais;
15. Número de audiências judiciais;
16. Número de audiências extrajudiciais;
17. Número de júris;
18. Número de pessoas atendidas;
19. Número de reuniões para discussão de problemas comunitários;
20. Número de decisões administrativas e pareceres jurídicos;
21. Colaboração para o cumprimento de metas de Centro de Apoio Operacional;
22. Número de reuniões e sessões administrativas realizadas;
23. Participação em atividades ministeriais que tenham trazido efetivo impacto social;
24. Atuação extraordinária no exercício de cargo ou função relevante ou em atividade funcional que busque o fortalecimento da unidade institucional;
25. Premiações concedidas em razão da atuação ou execução de projetos relacionados à função ministerial;
26. Projetos institucionais desenvolvidos para otimizar a atividade ministerial;
27. Outros reconhecimentos decorrentes da atuação ministerial registrados na ficha funcional.

**ANEXO III DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO****MOVIMENTOS TAXONÔMICOS DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR**

- 1) Art. 17: pauta presencial - “920110-Voto|1000087-Relator|1000090-Pauta Presencial”;
- 2) Art. 18: pauta virtual - “920110-Voto|1000087-Relator|1000089-Pauta Virtual”;
- 3) Art. 31: decisão liminar – movimento taxonômico novo;
- 4) Art. 58: retirada de pauta virtual pelo Relator - “920110-Voto|1000087-Relator|1000093-Defere Pauta Presencial”;
- 5) Art. 59, I: requerimento de julgamento presencial – “920110-Voto|1000088-Conselheiro |1000098-Pedido de Pauta Presencial”;
- 6) Art. 60, I: acompanhar voto do Relator – “920110-Voto|1000088-Conselheiro|1000094-Acompanhar o Relator”;
- 7) Art. 60, II: acompanhar o voto do Relator com ressalva de entendimento – “920110-Voto|1000088-Conselheiro|1000095-Acompanhar o Relator com Ressalva”;
- 8) Art. 60, III: manifestar o voto divergente – “920110-Voto|1000088-Conselheiro|1000096-Divergente do Relator”;
- 9) Art. 60, IV: acompanhar a divergência – “920110-Voto|1000088-Conselheiro|1000097-Acompanhar Divergência”;
- 10) Art. 60, V: arguir suspeição - movimento taxonômico novo;
- 11) Art. 60, VI: arguir impedimento - movimento taxonômico novo;
- 12) Art. 60, VII: alterar voto proferido - movimento taxonômico novo;
- 13) Art. 60, VIII: aprovar acordo de não persecução cível - movimento taxonômico novo;
- 14) Art. 62: alteração do voto – movimento taxonômico novo;
- 15) Art. 218, § 3º: juntada da deliberação de prorrogação de prazo pela Secretaria nos autos de inquérito civil ou procedimento preparatório – movimento taxonômico novo;
- 16) Art. 222: devolução do inquérito civil ou procedimento preparatório fixando a prevenção do Conselheiro-Relator assim que proferir o voto nos autos de inquérito civil ou procedimento preparatório, deliberando acerca da prorrogação de prazo – movimento taxonômico novo. MOVIMENTAÇÕES: (i) Prorrogação deferida; (ii) Prorrogação indeferida; (iii) Prorrogação deferida com redução de prazo; (iv) Prorrogação indeferida com requisição dos autos.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO Nº 019/PGJ/2024

Processo nº 09.2024.00000036-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MAURO PORTILHO**.

Procedimento licitatório: Dispensa, nos termos do inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Amparo legal: Artigo 124, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Objeto: Alteração da periodicidade prevista na Cláusula Primeira da Carta-Contrato, para que passe a constar que o serviço será executado trimestralmente e da Cláusula Quarta, para que onde consta “valor estimado mensal”, passe a constar “valor estimado trimestral”.

Vigência: 29.04.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 29 de abril de 2024.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

CAMPO GRANDE

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do PIC, do inquérito policial ou de qualquer outro elemento informativo da mesma natureza dos Autos nº 08.2023.00205878-2, em que constam como investigado(a/s) A apurar e vítima(s) Fernando Henrique de Lima Borges, conforme se transcreve: “ausente justa causa para o oferecimento da denúncia em relação ao crime de furto, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia, e arquiva o presente Inquérito Policial, ressalvado, contudo, o disposto no artigo 18 do CPP”.

Campo Grande, 3 de maio de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA

Promotora de Justiça

62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0038/2024/66PJ/CGR

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00074504-5 em que constam como investigado Lourival Apolinario Ferreirae vítima Adriana Da Silva Anastacioconforme se transcreve: “o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, nos termos do artigo 28, do CPP, promove o ARQUIVAMENTO do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”

Campo Grande/MS, 03 de maio de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AQUIDAUANA

EDITAL N.º 009/2024-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2017.00002356-0 - 1ªPJCA. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>. Contato (67) 2020-9318.

Inquérito Civil n. 06.2017.00002356-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Antônia Ferraz de Vasconcelos

Assunto: Apurar possível desmatamento irregular de 2,04 ha no imóvel rural denominado Fazenda Santa Lourdes, atual proprietária Antônia Ferraz de Vasconcelos, antes de propriedade de Ana Flávia Fogolin Domingos, Lyandra Fogolin Domingos Siufi, Benjamin Siufi Neto, localizada no município de Aquidauana/MS.

Aquidauana - MS, 16 de abril de 2024.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

BATAYPORÃ

EDITAL N.º 0018/2024/PJ/BIP**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900097-44.2024.8.12.0027, em que constam como investigado "A Apurar" e vítima Márcio Rogério Perin Campitelli, conforme se transcreve: “Ante o exposto, em face da atipicidade do fato apurado, o Ministério Público manifesta-se pelo arquivamento do presente inquérito policial, com as cautelas do artigo 18 do Código de Processo Penal”.

Batayporã, 03 de maio de 2024.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça.

BONITO

EDITAL N.º 0044/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, nº 897, Vila Donária, CEP 79290-000, Bonito/MS, Telefone:(67) 3255-4570.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000893-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: José Manoel Mateus Sandin; Pedro Matheos Matheos

Assunto: “Apurar desmatamento de 17,66 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Coqueiro, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização n.º 074/4ªCIA/BPMA/2021.”

Bonito/MS, 26/04/24.

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR

Promotor de Justiça

**BRASILÂNDIA****EDITAL N. 0015/2024/PJ/BR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000119-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio Ismael Vergilio

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do Auto de Infração 26024-U do IAGRO em face de Antonio Ismael Vergilio.

Brasilândia/MS, 02 de maio de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0016/2024/PJ/BR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000183-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ralf da Silva Bittencourt

Assunto: Apurar notícia de uso de agrotóxico inapropriado para a cultura de Eucalipto, na Fazenda Campo Limpo, Brasilândia/MS

Brasilândia/MS, 02 de maio de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0017/2024/PJ/BR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000182-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Gustavo Gonçalves

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da prescrição de receita agrônômica de maneira incorreta, displicente ou indevida, em desacordo com as especificações técnicas do produto e sem a estrita observância das recomendações de uso aprovadas em bula, rótulo ou folheto complementar.

Brasilândia/MS, 02 de maio de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0018/2024/PJ/BR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000251-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jotapar Participações Ltda

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do Auto de Infração 22067-U, 22070-U e 22072-U do IAGRO em face de Jotapar Participações.

Brasilândia/MS, 02 de maio de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0019/2024/PJ/BR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000124-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Guerino

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do Auto de Infração 23673-U do IAGRO em face de Luiz Guerino.

Brasilândia/MS, 02 de maio de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0020/2024/PJ/BR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000121-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Silvana Maria Hoffig Ramos

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do Auto de Infração 25122-U, 25124-U e 25125-U do IAGRO em face de Silvana Maria Hofig Ramos.

Brasilândia/MS, 02 de maio de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0021/2024/PJ/BR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000123-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Guerino

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do Auto de Infração 23662-U e 23666-U do IAGRO em face de Luiz Guerino.

Brasilândia/MS, 02 de maio de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0022/2024/PJ/BR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000122-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Silvana Maria Hoffig Ramos

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do Auto de Infração 25277-U e 25278-U do IAGRO em face de Silvana Maria Hofig Ramos.

Brasilândia/MS, 02 de maio de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0023/2024/PJ/BR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000120-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Silvana Maria Hoffig Ramos

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do Auto de Infração 25110-U, 25111-U, 25112-U, 25113-U, 25114-U, 25115-U, 25116-U, 25117-U, 25118-U e 25119-U do IAGRO em face de Silvana Maria Hofig Ramos.

Brasilândia/MS, 02 de maio de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça



COSTA RICA

EDITAL N. 00016/2024/02PJ/KCA.**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Costa Rica/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Thierica Custódio Rodrigues, e ao investigado Aguinaldo Justino de Almeida a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos 0900075.40.2024.8.12.0009, em que consta como investigado Aguinaldo Justino de Almeida e como vítima Thierica Custódio Rodrigues, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Costa Rica, 03 de maio de 2024.

GUILHERME PEREIRA DINIZ PENNA
Promotor de Justiça

DEODÁPOLIS

EDITAL N° 0014/2024/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis N° 09.2023.00013151-0.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2023.00013151-0, cujos dados e documentos seguem sob sigilo até ulterior deliberação, nos termos do art. 30 da Resolução nº 0015/2007/PGJ.

Deodápolis/MS, 02 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

EDITAL N° 0013/2024/PJ/DPS.**Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas N° 09.2024.00000488-6.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2024.00000488-6, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Mato Grosso do Sul.

Interessado: Estado de Mato Grosso do Sul, Município de Deodápolis, Codevale - Consorcio Público de Desenvolvimento do Vale do Ivinhema.

Objeto: Acompanhar a atualização e o cumprimento da PPI (Programação Pactuada e Integrada) e da REMUME (Relação Municipal de Medicamentos) do Município de Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 02 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

**EDITAL N° 0015/2024/PJ/DPS.****Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas N° 09.2023.00012737-2.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2023.00012737-2, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Município de Deodápolis.

Objeto: acompanhar o funcionamento do Comitê Municipal de Combate a Dengue do Município de Deodápolis/MS, bem como auxiliar na edição de medidas de prevenção e de enfrentamento ao combate dos vetores de transmissão da "Dengue", da "Zika" e da "Chikungunya", notadamente o mosquito *Aedes Aegypti*, adotadas pelo município..

Deodápolis/MS, 02 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

DOURADOS**EDITAL N. 0002/2024/09PJ/DOS**

A 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/>.

Procedimento Administrativo n. 09.2024.00003274-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Acompanhamento das providências para realização de parceria com o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul visando à oferta de cursos a adolescentes em conflito com a lei.

Dourados/MS, 02 de maio de 2024.

FABRÍCIA BARBOSA LIMA
Promotora de Justiça

MIRANDA**EDITAL N° 001/2024**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00004533-3

Representante: Ministério Público Estadual

Requerido: Municípios de Miranda e Bodoquena-MS

Assunto: Acompanhar diligências realizadas por esta Promotoria de Justiça na mobilização social para o incremento das destinações de parte do Imposto de Renda ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA), com o lançamento da campanha denominada "DECLARE SEU CARINHO".

Miranda/MS, 02 de maio de 2024.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 017/2024**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, nº 935, Centro - CEP: 79380- 000, Miranda/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001071-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Felipe Machado Florença

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 11,03 hectares de vegetação nativa, na Fazenda São José, em Bodoquena/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 304/2023/NUGEO (Programa DNA Ambiental).”

Miranda/MS, 03 de maio de 2024.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 018/2024

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, nº 935, Centro - CEP: 79380- 000, Miranda/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001013-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Felipe Machado Florença

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 11,36 hectares de vegetação nativa, na Chácara São José, em Bodoquena/MS (CARMS0077983), sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 304/2023/NUGEO.”

Miranda/MS, 03 de maio de 2024.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 019/2024

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, nº 935, Centro - CEP: 79380- 000, Miranda/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000288-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Damaro Comercial Agropecuária Ltda

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental de queimada de 8,31 hectares em área de vegetação nativa em Bioma Pantanal, na Fazenda Damaro, em Miranda/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 492/23/NUGEO e Relatório de Fiscalização Ambiental n. 002/2ºPPMA/2024.”

Miranda/MS, 03 de maio de 2024.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

**NOVA ANDRADINA****EDITAL N° 06.2023.00001084-0**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São José, 564, Centro, em Nova Andradina/MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001084-0

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Maria Regina Lopes

Assunto: Apurar a ausência de 2,39 hectares de vegetação nativa para compor o mínimo de 20% à título de Reserva Legal, na Fazenda Canto Real, em Nova Andradina/MS, conforme Relatório de Vistoria n. 114/3ºGPMA/2022.

Nova Andradina, 02 de Maio de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça em substituição legal

SIDROLÂNDIA**EDITAL IC N° 11/2024/02PJ/SDN**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000427-5

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Sidrolândia/MS;

Assunto: *"Apurar eventual desconformidade da Escola Municipal Olinda Brito de Souza com o Código de Segurança Contra Incêndio, Pânico e Outros Riscos, além das demais desconformidades descritas na Notificação n.º 12/SST/2023 do Corpo de Bombeiros Militar"*.

Sidrolândia/MS, 02 de maio de 2024

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

EDITAL IC N° 12/2024/02PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000428-6

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Sidrolândia/MS;

Assunto: *"Apurar eventual desconformidade da Escola Municipal Valério Carlos da Costa com o Código de Segurança Contra Incêndio, Pânico e Outros Riscos, além das demais desconformidades descritas na Notificação n.º 13/SST/2023 do Corpo de Bombeiros Militar"*.

Sidrolândia/MS, 02 de maio de 2024

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

**EDITAL IC Nº 13/2024/02PJ/SDN**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000429-7

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Sidrolândia/MS;

Assunto: "Apurar eventual desconformidade da Escola Municipal Sandro Luiz Gonzales com o Código de Segurança Contra Incêndio, Pânico e Outros Riscos, além das demais desconformidades descritas na Notificação n.º 04/SST/2024 do Corpo de Bombeiros Militar".

Sidrolândia/MS, 02 de maio de 2024

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

.....

TRÊS LAGOAS

.....

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n.º 0901669-87.2023.8.12.0021, em que constam como investigado Robson Rodrigues Amorim e vítima Patrícia dos Santos Coelho conforme se transcreve: ante a falta de justa causa para oferecimento de denúncia, o Ministério Público promove o arquivamento do incluso inquérito policial, ressalvado, evidentemente, o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal.

Três Lagoas, 25 de abril de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA

Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”